



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM SERGIPE: a
Cátedra no Colégio Atheneu Pedro II**

LUCIMAR FERREIRA ARAGÃO

São Cristóvão-SE

Fevereiro/2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM SERGIPE: a Cátedra
no Colégio Atheneu Pedro II**

LUCIMAR FERREIRA ARAGÃO

Dissertação apresentada a Banca de Defesa do
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma Soares Barbosa
Lima.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vilma Soares Barbosa Lima - Orientadora

Universidade Federal de Sergipe

Dr. Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas

Dr. Ivan Fontes Barbosa

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão-SE

Fevereiro/2025.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE

A659e Aragão, Lucimar Ferreira
O ensino de Sociologia em Sergipe : a cátedra do Colégio
Atheneu Pedro II / Lucimar Ferreira Aragão ; orientador
Vilma Soares Barbosa Lima. – São Cristóvão, SE, 2025.
171 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2025.

1. Sociologia – Estudo e ensino - Sergipe. 2. Currículos. 3.
Reforma do ensino. 4. Colégio Atheneu Sergipense. 5.
Menezes, Florentino, 1886-1959. I. Lima, Vilma Soares
Barbosa, orient. II. Título.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, sou grata a Deus e a minha família, que é minha base, meu ponto de referência e a razão pela qual luto todos os dias.

Ao meu companheiro, amigo e parceiro, Péricles, meu agradecimento especial. Obrigada por toda a dedicação, apoio, orientação e pelos valiosos ensinamentos. Você esteve ao meu lado desde o primeiro momento em que decidi retomar meus estudos, sendo o meu maior incentivador. Sou imensamente grata por suas palavras de encorajamento, e por me lembrar com frequência da minha capacidade e por me impulsionar a seguir em frente.

Aos meus filhos, Júlia e Miguel, minha eterna gratidão por compreenderem que este era um momento em que eu precisaria estar menos presente. Obrigada por se colocarem ao meu lado, oferecendo apoio incondicional e acreditando que tudo ficaria bem, mesmo em meio a tantas mudanças.

Júlia, obrigada por compartilhar comigo sua empolgação, muitas vezes maior que a minha, por ser minha melhor amiga e por todos os conselhos e reflexões. Ser mãe me ensinou que os filhos têm muito a nos ensinar, e você me mostra isso todos os dias. Miguel, obrigada pelo seu carinho, por seus abraços e por todo o amor que me oferece. Vocês cresceram e amadureceram tanto durante a minha “ausência” e, com uma leveza admirável, entenderam que tudo isso é por vocês e para vocês.

Aos meus pais, Gisélia e Gerson, minha gratidão eterna por sempre celebrarem minhas conquistas como se fossem de vocês. Vocês nunca deixaram de acreditar que a educação é o bem mais precioso que podemos conquistar e a única riqueza que ninguém pode nos tirar. Mãe, obrigada por compreender minha ausência nos momentos em que era tão necessária minha presença na vida de vocês. Sua força e resiliência são uma fonte constante de inspiração para mim.

Pai, obrigada por entender que nem sempre pude estar ao seu lado para ajudá-lo, mas ainda assim percebi sua alegria quando me viu perseguindo e realizando um sonho. Ao meu irmão, Ricardo, meu agradecimento por estar sempre disposto a me ajudar, por segurar as pontas quando foi necessário e por acreditar, junto comigo, que eu conseguiria chegar até aqui.

Aos meus amigos, minha gratidão por todo o apoio, compreensão e por estarem sempre prontos a entender minhas ausências e angústias. Um agradecimento especial à minha amiga e irmã Sylvia, que sempre me apoiou, me ouviu e me compreendeu. Obrigada por sempre estar disposta a me manter de pé e sorrindo. Obrigada por todos esses anos de amizade! À minha amada sobrinha do coração, Nathália, sou grata por sua energia vibrante e por sempre me incentivar a seguir em frente.

Aos meus compadres e amigos Ana Cláudia, Amadeu, Rosângela e Everaldo, agradeço por sempre me lembrar do meu potencial e por me motivar a concluir essa jornada. A minha querida amiga Josi, obrigada por sempre ter as palavras certas nos momentos certos. Você é uma fonte de inspiração para mim. Aos amigos Carla, Érico, Priscila, Marcos e Valter — agradeço por trazerem leveza e alegria à minha vida. Obrigada por celebrarem comigo cada conquista e por estarem ao meu lado nos momentos desafiadores.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha querida orientadora, Prof. Dra. Vilma Soares Barbosa Lima, pelo apoio incondicional e incentivo durante este processo, que representou, acima de tudo, um retorno aos estudos após um longo período afastada da Academia. Agradeço sinceramente pelos ensinamentos, sugestões, paciência e pelas inúmeras leituras e releituras do meu texto. Obrigada de coração por tudo!

Agradeço também ao Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa, cujo entusiasmo pelo meu tema de pesquisa e suas valiosas sugestões, textos e conversas foram essenciais para a construção deste trabalho. Ao Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart, sou grata pela contribuição significativa que trouxe à minha pesquisa durante a banca de qualificação. Suas orientações ajudaram a direcionar meu trabalho de forma mais objetiva.

Gratidão também ao Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira por ter aberto as portas do CEMAS para mim. Sem as fontes adquiridas lá, este trabalho certamente não teria sido possível. Agradeço a todos os estagiários do CEMAS, que compartilharam comigo manhãs de descobertas e me ensinaram a respeitar as fontes históricas. Um agradecimento especial à Prof. Dra. Eva Maria Siqueira Alves, que se dispôs a me ajudar na busca por informações relevantes para minha pesquisa, além de compartilhar textos e pesquisas que contribuíram diretamente

para o meu trabalho. A Prof. Dra. Maria Edna dos Santos agradeço por disponibilizar documentos digitalizados e sugerir caminhos de pesquisa, que foram de grande importância para a construção desta dissertação.

Quero agradecer a André, Luciana, Larissa, Carlos Enrique, Drica e Mildes meus queridos colegas de turma, que juntos desde 2023, vivenciamos momentos de partilhas, risadas, angústias, ansiedades, medos e vitórias. Ao meu querido colega Bruno, agradeço pelo apoio, cuidado e atenção que me dedicou ao longo desse período. Nossas conversas foram de grande relevância e fizeram a diferença durante meu percurso no mestrado.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar processo de inserção do ensino de Sociologia em Sergipe, tendo como foco o Colégio Atheneu Sergipense, no período de 1925 a 1942. A investigação aborda a constituição do campo do ensino de sociologia em Sergipe a partir da Reforma Rocha Vaz (1925), a adoção do modelo organizacional e curricular do Colégio Pedro II, o concurso para professor catedrático de Sociologia e atuação docente de Florentino Menezes (1886-1959). A luz de um debate da *Sociologia Currículo*, objeto de investigação proposto nesta pesquisa se constitui numa temática recorrente das discussões contemporâneas da *Sociologia do Currículo* no Brasil, a perspectiva da *Nova Sociologia da Educação* (NSE), iniciada por Michael Young (2014). Ao mesmo tempo, utilizaremos os conceitos de campo e capital elaborados por Pierre Bourdieu (1930-2002). A hipótese de pesquisa aqui adotada parte da compreensão de que a inclusão de Sociologia no currículo da Educação Básica na década de 1920 e sua “exclusão” a partir da década seguinte refletem os conflitos e as disputas de forças educacionais no Brasil. Ao investigar esse processo no Atheneu Sergipense, buscamos identificar quais são as forças e interesses que estão em jogo naquele universo educacional, que implicou sua oferta em um curto período entre 1925 e 1942, tornando-se opcional a partir da década de 1940 nos cursos secundários e com novas configurações nas ofertas dos cursos técnicos de formação docente.

Palavras Chave: Ensino de Sociologia; Atheneu Sergipense; Currículo; Florentino Menezes.

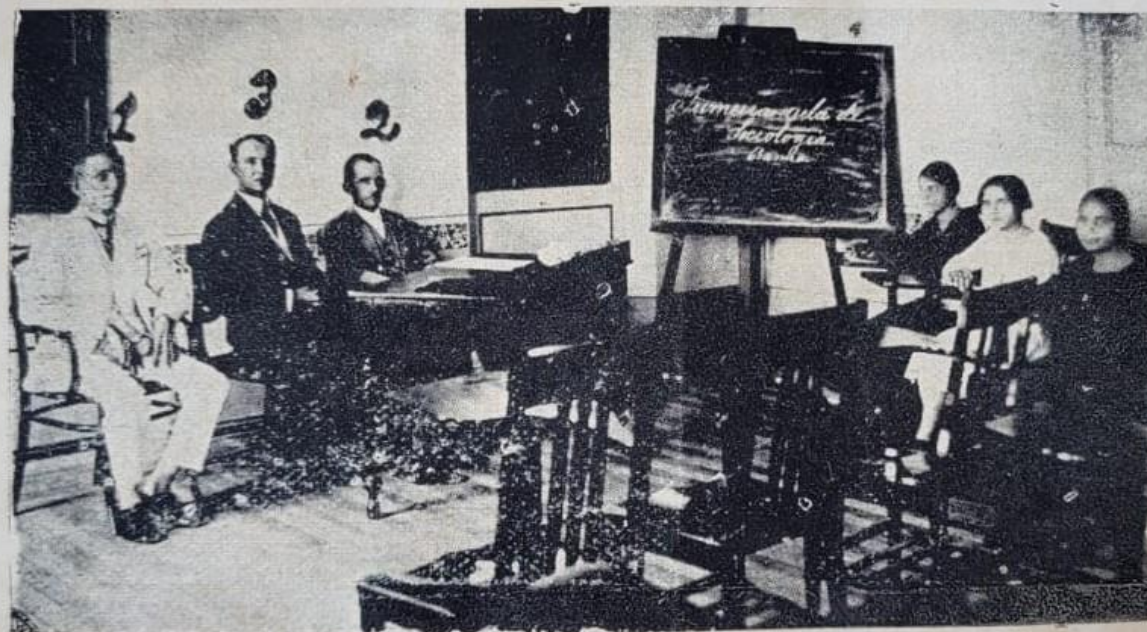
Abstract

This research aims to analyze the process of introducing the teaching of sociology in Sergipe, focusing on the Atheneu Sergipense School from 1925 to 1942. The study examines the establishment of sociology as a teaching field in Sergipe, emphasizing the Rocha Vaz reform (1925), the adoption of the organizational and curricular model of *Colégio Atheneu Pedro II*, the competition for the sociology teaching position, and the teaching career of Florentino Menezes (1886–1959). In light of the sociology of curriculum debate, the object of study is framed within recurring themes in contemporary discussions of Brazilian sociology of curriculum, particularly the perspective of the New Sociology of Education (NSE) developed by Michael Young (2014). In parallel, the concepts of *field* and *capital*, as developed by Pierre Bourdieu (1930–2002), are applied in this study. The research hypothesis is that the inclusion of sociology in the basic education curriculum in the 1920s and its subsequent “exclusion” in the following decade reflect the conflicts and disputes among educational forces in Brazil. By studying this process at Atheneu Sergipense, the research aims to identify the forces and interests at play in this educational context, which led to its inclusion in the curriculum for a brief period between 1925 and 1942, and later to its designation as an optional subject in secondary education from the 1940s, along with new configurations in technical teacher training courses.

Keywords: Teaching of Sociology; Atheneu Sergipense; Curriculum; Florentino Menezes

O meu trabalho constante, na aula de Sociologia, não se efetivou somente no sentido de aumentar a instrução, elevar a mentalidade da juventude, mas se orientou ainda com uma finalidade mais grandiosa, tal a de acender no coração dos moços, a chama sacrossanta do mais puro ideal e desenvolver em sua alma, o estímulo que é a alavanca formidável, com que se realizam todos os grandes cometimentos, fazendo florescer, para sempre, o amor à ciência, de todos os sentimentos o mais rial, porque ele procura desvendar a verdade, fazendo irradiar do cerebro dos genios as centelhas refulgentes que iluminam os mundos (Menezes, 1936, p. 15).

INAUGURAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA EM SERGIPE. (Em 3 de Abril de 1929)



1 — Dr. Octaviano Mello, integro e illustre inspector federal do ensino no Atheneu Pedro II. 2 — Professor Dr. Leandro Diniz, illustre cathedratico de Francez e activo director do Atheneu Pedro II. 3 — Professor Florentino Menezes, cathedratico de Sociologia e vice-director do mesmo Estabelecimento

(Menezes, 1932)

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO _____	02
2 – “O ENSINO DE SOCIOLOGIA E O ATHENEU SERGIPENSE _____	12
3 – A SOCIOLOGIA NO BRASIL _____	37
4 – O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO ATHENEU SERGIPENSE _____	66
5 – A CÁTEDRA DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO ATHENEU PEDRO II _____	94
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	129
7 – REFERÊNCIAS _____	136
8 – FONTES CONSULTADAS _____	146
9 – ANEXOS _____	149

1 – INTRODUÇÃO

Introduzida no final do século XIX, a Sociologia começou a ganhar espaço no currículo escolar com esforços de figuras como Rui Barbosa e Benjamin Constant, mas sua efetivação foi limitada a poucas instituições. Em 1916, um Decreto Municipal (n. 1.059, de 14 de fevereiro) no Rio de Janeiro incluiu a disciplina "Educação Moral, Noções de Sociologia e Direito Usual" nas Escolas Normais, mas a prática real da disciplina na sala de aula permaneceu incerta. Com a Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782) em 1925, a Sociologia tornou-se obrigatória no Colégio Pedro II, um modelo para outras instituições, e em 1931, a Reforma Francisco Campos (Decreto n. 19.890), a consolidou nos cursos complementares, dando-lhe um status mais formal (Bodart, 2020).

No entanto, essa trajetória foi marcada por desafios significativos, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, quando a falta de diretrizes claras sobre conteúdos e métodos de ensino limitou sua oferta na Educação Básica. A ausência de uma definição curricular bem estabelecida resultou em práticas pedagógicas diversas e, muitas vezes, desarticuladas, com influência de textos e manuais estrangeiros. Em 1942, com a Reforma Capanema (Decreto-lei n.4.244), a Sociologia foi retirada do currículo do ensino secundário, sinalizando um retrocesso em sua inclusão no espaço escolar. Essa retirada resultou em uma lacuna significativa, onde a disciplina ficou relegada a um segundo plano por décadas.

Somente em 1971, com a Lei Jarbas Passarinho (Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus¹, a Sociologia foi reintegrada ao currículo, mas ainda como componente optativo, o que continuou a limitar seu alcance e impacto. Durante o período de 1942 até os anos 1980, a disciplina foi predominantemente ensinada em cursos de formação de professores, muitas vezes sob as denominações de *Sociologia da Educação* e *Sociologia Educacional*, restringindo sua abordagem aos aspectos educacionais em detrimento de uma análise mais ampla dos fenômenos sociais. Essa intermitência ao longo da história da Sociologia na educação básica reflete simultaneamente as mudanças nas demandas sociais e nas políticas educacionais, mas também a

¹ Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 07 out 2024.

contínua reavaliação do seu papel na formação de cidadãos críticos e conscientes, essenciais para a construção de uma sociedade democrática.

A Lei 7.044/82², que alterou a Lei 5.692/71, desobrigou a qualificação profissional compulsória no 2º grau, substituindo "qualificação para o trabalho" por "preparação para o trabalho". Essa legislação manteve um currículo dividido em um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender às peculiaridades locais. Embora tenha reaberto espaços para disciplinas de Ciências Humanas, não tornou a Sociologia obrigatória, iniciando assim um movimento de reintrodução da disciplina no Ensino Médio, que se estendeu de 1984 a 2008. A presença da Sociologia nos currículos foi marcada por tentativas legais e normativas, mas a efetivação só ocorreu com a Lei Federal nº 11.684, de 2008³, que a tornou obrigatória. Essa trajetória envolveu uma série de discussões e diretrizes que defendiam uma abordagem interdisciplinar, embora muitos ainda clamassem pela inclusão da Sociologia como um componente disciplinar (Bodart & Feijó, 2020).

Com a revogação da profissionalização na escola secundária pela Lei 7.044 de 1982, surgiu um ambiente favorável ao retorno da Sociologia no currículo escolar, refletindo uma reorientação dos discursos pedagógicos em resposta às novas demandas sociais. A partir de 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN))⁴, a Sociologia foi reconhecida como uma disciplina fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes, integrando-se a um conjunto de regulamentações curriculares. A Lei nº 11.684 de 2008 consolidou essa obrigatoriedade no Ensino Médio, enfatizando a relevância da Sociologia na construção da cidadania. Esta nova abordagem incorpora conhecimentos da Antropologia e das Ciências Políticas, promovendo um campo epistemológico diversificado que fundamenta práticas pedagógicas intencionais. Essa trajetória evidencia a importância da Sociologia como instrumento de transformação social e formação integral do estudante (Campos, 2022).

² Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 07 out 2024. 9h.

³ Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-norma-pl.html>. Acesso 07 out 2024.

⁴ Ver: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96>. Acesso 07 out 2024.

Entretanto, a partir de 2017 a presença da Sociologia no currículo escolar volta a ser objeto de discussão educacional. A Reforma do Ensino Médio no Brasil, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017⁵, gerou muitas preocupações entre os professores de Sociologia, especialmente em relação à continuidade da disciplina no currículo, à carga horária e à implementação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A exclusão da obrigatoriedade explícita da disciplina na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a substituição por "estudos e práticas" tornam a situação ainda mais ambígua. Essa falta de clareza não só gera apreensão sobre o futuro da Sociologia no ensino básico, mas também levanta questões sobre a efetividade do aprendizado, a valorização da disciplina e o impacto na formação dos estudantes (Bodart, 2020).

A proposta da BNCC dividiu o currículo em duas partes; um com conteúdo básico e outro mais flexível⁶. A partir dessa diretriz curricular, adota-se a ideia de conteúdos itinerários, com os estudantes "escolhendo" as disciplinas, visando uma formação voltada ao mercado de trabalho. As aprendizagens (disciplinas) serão agrupadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); Língua Portuguesa e Matemática como itens obrigatórios durante os três anos de formação; contando também com itinerários formativos que possibilitam uma flexibilização curricular, dando brechas para não inserção da disciplina de Sociologia e Filosofia, por exemplo, uma vez que a mesma atualmente vive sua possível extinção dos processos de aprendizagem. Configura-se uma fragmentação do ensino, especialmente na área das humanidades (Ricardo et al, 2019).

Após amplas discussões e reivindicações para sua revogação, a recente reforma do Novo Ensino Médio (NEM), sancionada pela Lei 14.945 de 2024, trouxe mudanças na estrutura do ensino médio no Brasil, com impacto direto nas

⁵ Ver:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be> . Acesso 07 out 2024.

⁶ [...] os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. [...] a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento as diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista à promoção do convívio social e o respeito universal as pessoas, ao bem público e a coletividade (BNCC, 2018, p. 567).

disciplinas como a Sociologia. A carga horária total do ensino médio permanece em 3 mil horas, sendo 2,4 mil horas destinadas à Formação Geral Básica, que inclui disciplinas fundamentais como a Sociologia. Essas horas são obrigatórias para os alunos que optam por uma formação não técnica, enquanto outras 600 horas são reservadas para os itinerários formativos. A disciplina de Sociologia continua sendo parte do núcleo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas a sua presença no currículo passou a depender do itinerário formativo escolhido pelos alunos⁷.

No novo formato, a Sociologia não é mais uma disciplina obrigatória em todos os anos do ensino médio, como anteriormente. Em vez disso, ela está presente na Formação Geral Básica, mas sua oferta depende do planejamento pedagógico de cada escola e das escolhas dos alunos dentro dos itinerários formativos. Esses itinerários permitem um estudo mais aprofundado das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para os estudantes que optam por essa área, promovendo uma abordagem mais personalizada do conhecimento.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a introdução dos itinerários formativos têm gerado preocupação em relação à redução da carga horária de disciplinas como Sociologia, Filosofia e Artes. Essa diminuição pode afetar negativamente o processo de ensino-aprendizagem, especialmente na rede pública, onde o acesso a uma formação mais ampla já é limitado. A redução do tempo dedicado a essas áreas contribui para o esvaziamento de conteúdos essenciais para a formação crítica e cidadã dos estudantes. A nova legislação não obriga as escolas a oferecer todos os eixos formativos, o que pode agravar ainda mais a situação, uma vez que as instituições, especialmente as públicas, podem priorizar outros itinerários em detrimento de disciplinas voltadas para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, como a Sociologia. A desvalorização dessas áreas de conhecimento considera um processo mais amplo de sucateamento da educação pública, onde a formação integral dos alunos pode ser comprometida (Rêgo et al, 2024).

No entanto, essa mudança tem gerado debates no campo educacional. Muitos educadores têm expressado preocupação de que a redução da carga horária obrigatória para Sociologia possa enfraquecer o desenvolvimento crítico dos alunos em temas fundamentais como cultura, política e sociedade. A presença da

⁷ Ver [Reforma do Novo Ensino Médio é sancionada com veto a mudança no Enem — Senado Notícias](#)

Sociologia nos itinerários formativos oferece a oportunidade para que os alunos interessados aprofundem seus conhecimentos, mas sua ausência como disciplina obrigatória levanta questionamentos sobre o impacto na formação cidadã dos jovens. Dessa forma, a Sociologia mantém sua relevância no currículo, mas seu ensino agora depende diretamente das escolhas pedagógicas das instituições e da decisão dos alunos sobre quais áreas de conhecimento desejam priorizar em seus estudos.

Desse modo, constatamos que as idas e vindas da oferta de Sociologia na Educação Básica no campo educacional brasileiro também se reproduzem em Sergipe e não é um processo exclusivo das dinâmicas educacionais contemporâneas, conforme brevemente relatado quanto à BNCC. Nesse estado, pesquisas sobre os aspectos históricos da cadeira de Sociologia indicam a presença dos conteúdos de ensino da Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense durante o século XIX. No entanto, essa matéria de ensino não foi introduzida como uma disciplina específica, mas como parte de uma cadeira mais ampla intitulada "Sociologia, moral, noções de economia, política e direito pátrio". Seus conteúdos abrangiam temas voltados para a civilidade, moralidade, respeito à ordem, civismo, responsabilidade moral, político-social, formas de governo, importância da família e do Estado, além de noções de direito. Essa abordagem refletia as ideias da ciência positivista, com ênfase na instauração da razão para a busca da ordem social, evidenciando a integração do pensamento sociológico e moral na formação dos alunos (Alves & Costa, 2012).

A inclusão da cadeira de "Sociologia, moral, noções de economia, política e direito pátrio" no currículo do Atheneu, em **1892**, aponta a importância atribuída à formação cívica e moral dos jovens sergipanos. Essa abordagem, influenciada pelo pensamento positivista e pelos intelectuais locais como Tobias Barreto e Sílvio Romero, enfatizava a racionalidade e a ordem social como fundamentos para a educação. No entanto, a forma como a Sociologia foi integrada ao currículo – não como uma disciplina isolada, mas combinada com outros conhecimentos – já indicava uma abordagem intermitente e multifacetada.

Inicialmente esta pesquisa, aprovada durante o processo seletivo em 2023 para o Mestrado em Sociologia, tinha como foco o Ensino de Sociologia a partir das mudanças advindas da BNCC. O projeto inicial buscava investigar a implantação da

BNCC em Sergipe, analisando a inserção da disciplina de Sociologia nesse processo a partir da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. A partir da implementação da Base Comum algumas questões seriam respondidas a) a Sociologia continuará no currículo escolar? b) De que forma ficará a distribuição da carga horária entre as disciplinas nos novos currículos estaduais, o que está relacionado à preocupação com uma possível redução da jornada de trabalho, de salário e demissão de professores(as) contratados(as) por designação temporária? c) Como lecionar a disciplina a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2018 (Brasil, 2018) e em fase de elaboração e/ou implementação nos estados brasileiros (Bodart, 2020).

Entretanto, a ampliação das leituras da produção bibliográfica sobre o Ensino de Sociologia, as orientações realizadas com a Profa. Dr. Vilma Soares, as discussões em Seminário de Dissertação e as sugestões e críticas oriundas da banca de qualificação, implicariam numa mudança significativa da problemática investigativa. Em primeiro lugar, as tensões e novas reformulações envolvendo a implementação do Novo Ensino Médio, com uma possível reformulação ou revogação. Em segundo, constatou-se a ausência de pesquisas mais amplas sobre o processo de inclusão e institucionalização do Ensino de Sociologia nas primeiras décadas do século XX, ao contrário de outras experiências estaduais, com produção bibliográfica a cerca da temática.

Diante desta lacuna, esta pesquisa tem como objetivo identificar os aspectos sociais e históricos que fizeram parte do processo de inserção do ensino de Sociologia em Sergipe, tendo como foco o Centro de Excelência Atheneu Sergipense, no período de 1925 a 1942, quando Reformas Educacionais garantiram sua permanência no currículo escolar. Além disso, destacamos que os objetivos específicos da investigação consistem em: 1) acompanhar a constituição do ensino de sociologia a partir da recepção dessa disciplina no Colégio Atheneu Sergipense; 2) elaborar cronologia histórica com o objetivo de identificar os períodos em que a disciplina foi ofertada, destacando os docentes e as nomenclaturas utilizadas para a disciplina; 3) identificar e analisar o currículo proposto desta matéria de ensino no Atheneu Sergipense, 4) analisar o concurso para professor catedrático de Sociologia e atuação docente de Florentino Menezes (1886-1959) no Colégio Atheneu.

Estudar a história desta disciplina no Colégio Atheneu Sergipense permite identificar como a educação sociológica foi utilizada para preparar os estudantes para a vida social e acadêmica. Essa análise oferece uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas e das transformações sociais ao longo das primeiras décadas do século XX, destacando a relevância da Sociologia na formação dos estudantes e sua intermitência curricular na educação básica no Brasil. Diante disto, se faz necessário a seguinte pergunta de pesquisa: como ocorreu o processo de introdução e institucionalização da disciplina de Sociologia no sistema de ensino de Sergipe?

A luz de um debate da *Sociologia Currículo*, o objeto de investigação proposto nesta pesquisa se constitui numa temática recorrente das discussões contemporâneas da *Sociologia do Currículo* no Brasil, a perspectiva da *Nova Sociologia da Educação* (NSE), iniciada por Michael Young (2014), na Inglaterra, nos primeiros anos da década de setenta, que se constituiu na primeira corrente sociológica primordialmente voltada para a discussão do currículo, demonstrando que esse é permeado pelos interesses e pela ideologia dos que detêm o poder, além de abordar o conhecimento escolar como socialmente construído, sobretudo a partir do reflexo das questões mais ampla que fazem com valores e diferentes conhecimentos sejam atribuídos a partir de processos de estratificação social. A hipótese de pesquisa aqui adotada parte da compreensão de que a inclusão de Sociologia no currículo da Educação Básica na década de 1920 e sua “exclusão” a partir da década seguinte refletem os conflitos e as disputas de forças educacionais. Ao investigar esse processo no Atheneu Sergipense, buscamos identificar quais são as forças e interesses que estão em jogo naquele universo educacional, que implicou sua oferta em um curto período entre 1925 e 1942, tornando-se opcional a partir da década de 1940 nos cursos secundários e com novas configurações nas ofertas dos cursos técnicos de formação docente.

Ao mesmo tempo, utilizaremos os conceitos de campo e capital elaborados por Pierre Bourdieu (1930-2002). Conforme afirma o sociólogo francês, não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente e caracterizado pelo lugar que assume e ocupa no espaço por meio de suas propriedades (Bourdieu, 1994). O direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das

regras do jogo, isto é, da história do campo e pela posse de um capital específico. Os agentes aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem. Desse modo, quem estava apto para assumir a cadeira de professor catedrático de Sociologia do Colégio Atheneu Sergipense? Quais os capitais culturais e simbólicos estabelecidos para ingresso no magistério naquela instituição de ensino?

O Colégio Atheneu em Sergipe. Essa é uma instituição educacional com uma história rica e significativa para o estado. Sua fundação remonta ao final do século XIX, durante o período imperial brasileiro (1822-1989). A escola foi criada com o intuito de oferecer uma educação de qualidade aos jovens da então Província de Sergipe. Muitos dos principais líderes políticos, intelectuais e profissionais sergipanos estudaram naquela unidade educacional. Desde o início, o Atheneu Sergipense se destacou como uma das principais instituições de ensino do estado, atraindo alunos da capital, Aracaju e de diversas cidades e regiões circunvizinhas. Dada a sua importância histórica junto ao ensino público local e por ser uma das escolas mais antigas de Sergipe e ter no seu histórico o ensino de Sociologia desde 1892, favorece, portanto, entender melhor esse processo de inserção e exclusão da disciplina no currículo sergipano.

Para identificar e analisar os aspectos históricos e sociais da inserção do ensino de Sociologia em Sergipe, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza histórico-sociológica. A metodologia proposta busca compreender o processo de inserção curricular da disciplina de Sociologia na educação básica, bem como as transformações ocorridas em suas práticas pedagógicas e conteúdos ensinados. O método histórico-sociológico é central nesta investigação, uma vez que possibilita analisar as relações entre as políticas educacionais, os contextos sociais e a formação dos estudantes durante o período em estudo.

A pesquisa documental é o método aqui adotado para coletar dados históricos e normativos. Foram analisadas as seguintes fontes: 1) fontes primárias: Leis, decretos, resoluções, currículos oficiais, atas de reuniões, relatórios e outros documentos institucionais referentes ao Ensino de Sociologia em Sergipe, especialmente relacionados ao período entre 1925 e 1942, publicados, inclusive, na imprensa pública e comercial local. A coleta desses documentos ocorreu em arquivos públicos, base de dados acadêmicos, acervos institucionais. Dentre os

acervos documentais consultados, destaca-se os arquivos do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Esses foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa sobre a história da disciplina de Sociologia no colégio, oferecendo uma rica fonte de dados primários e secundários; 2) fontes secundárias: a análise se apoiará em fontes secundárias, incluindo artigos acadêmicos, livros, dissertações e teses que tratam do ensino de Sociologia no Brasil e em Sergipe. Esses estudos forneceram um contexto teórico e histórico para compreender as políticas educacionais e as práticas pedagógicas da época. Esse processo de coleta de dados nos permitindo uma reconstrução aprofundada do processo de introdução e permanência da disciplina no currículo escolar.

Os arquivos do CEMAS são fundamentais para a elaboração de uma pesquisa sobre a história da disciplina de Sociologia no colégio, oferecendo uma rica fonte de dados primários e secundários. Esses arquivos incluem documentos históricos, planos de aula, relatórios pedagógicos e relatos de professores e alunos que testemunharam a evolução da Sociologia como disciplina no contexto educacional do Atheneu Sergipense. Através da análise desses materiais, é possível traçar o desenvolvimento curricular, entender as metodologias empregadas ao longo dos anos e avaliar o impacto da Sociologia na formação dos estudantes. Além disso, os arquivos do Centro de Educação e Memória ajudam a contextualizar as mudanças socioculturais e educacionais que influenciaram a disciplina, permitindo uma visão mais abrangente e detalhada da sua trajetória e relevância no ambiente acadêmico da instituição.

O projeto de criação do CEMAS⁸, idealizado pela Prof. Dra. Eva Maria Siqueira Alves em 2005, surgiu da necessidade de preservar o rico acervo documental dessa instituição centenária, fundamental na história da educação de Sergipe. Após a conclusão de um doutorado que utilizou amplamente os documentos históricos do Atheneu, a professora constatou a precariedade de seu armazenamento e a falta de organização do acervo. Inspirada pelo modelo do "Centro de Memória da Educação" da USP, foi desenvolvido o projeto que resultou no CEMAS, aprovado e financiado pela FAPITEC em 2005. O centro visa salvaguardar a história do Atheneu, reunindo documentos diversos, como atas, livros comemorativos e objetos que remontam à vida discente e docente da instituição (Alves, 2016).

⁸ Ver: <https://maisatheneu.com.br/cemas> .

A Biblioteca Epifânio Dórea, valioso centro de pesquisa em Sergipe, abriga um vasto acervo histórico que remonta ao final do século XIX, com obras raras e documentos essenciais para o estudo da cultura e história regional. Fundada em 1848, a biblioteca preserva um patrimônio intelectual que apontam as transformações políticas, sociais e culturais do estado. No contexto desta pesquisa, a biblioteca se revelou uma fonte indispensável de documentos sobre Florentino Menezes, incluindo livros, discursos e outros registros que iluminam sua atuação no campo da Sociologia e seu papel no Atheneu Sergipense. A consulta a esses materiais permitiu uma análise contextualizada do pensamento de Menezes, evidenciando a importância de suas ideias para o desenvolvimento do ensino de Sociologia em Sergipe e para o fortalecimento do conhecimento sociológico regional. A partir desse rico acervo, a metodologia da pesquisa baseia-se na análise crítica e comparativa de fontes primárias, situando o trabalho de Menezes no cenário educacional e intelectual sergipano.

A Biblioteca Pública Epifânio Dórea, criada em 1848, é uma das instituições mais antigas do Brasil voltadas para a difusão do conhecimento. Fundada pelo presidente da província Zacarias de Góes Vasconcelos, foi a terceira biblioteca pública do país, após a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública do Maranhão. Inicialmente instalada no Convento de São Francisco, enfrentou dificuldades ao longo dos anos, especialmente após a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, o que prejudicou sua organização e preservação do acervo. Contudo, a situação começou a melhorar com a chegada da República e o apoio de gestores como Epifânio Dórea da Fonseca, que liderou a reorganização da biblioteca a partir de 1908. Epifânio modernizou o acervo, promoveu intercâmbios nacionais e internacionais e ampliou os horários de atendimento, transformando a biblioteca em um ponto de encontro cultural para a comunidade sergipana. Sob sua gestão, a instituição cresceu em número de volumes e em atividades culturais, consolidando-se como um espaço de incentivo à leitura e ao desenvolvimento intelectual local (Souza, 2001).

A análise dos documentos coletados foi conduzida a partir da análise de conteúdo, com o objetivo de identificar os períodos de oferta da disciplina, os professores envolvidos e a nomenclatura utilizada. Tal análise permitirá um entendimento mais profundo das práticas educativas relacionadas à Sociologia em

Sergipe e no Atheneu Sergipense, destacando os conteúdos ensinados e as orientações pedagógicas que moldaram o ensino da disciplina. Desta forma, a metodologia adotada, buscará fazer uma análise abrangente sobre os sentidos atribuídos ao ensino de Sociologia e sua importância na formação dos estudantes durante o período estudado.

Esta dissertação está estruturada em 4 capítulos. O primeiro denomina-se “O Ensino de Sociologia e o Atheneu Sergipense: literatura e referenciais teóricos” e se constitui em um estado da arte com a história da disciplina na Educação Básica, a Sociologia em Sergipe e Colégio Atheneu Sergipenses, além dos referenciais teóricos adotados nesta pesquisa. O segundo é intitulado “A sociologia no Brasil – uma análise sócio histórica”, nele buscarei trazer uma sócio história a cerca da construção da disciplina de sociologia no Brasil, como foi estruturado os currículos e a oferta da disciplina durante seu processo de consolidação. O capítulo tem como propósito, compreender de que forma as políticas educacionais interferiram na permanência ou não da Sociologia na educação básica. Para isso farei uso de uma pesquisa documental, analisando trabalhos já escritos sobre a temática como também documentos oficiais do Ministério da Educação. O terceiro capítulo tem como título “O Currículo de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense” e tem como proposta apresentar o processo de inserção da disciplina no Atheneu Sergipense a partir da reforma educacional de Rocha Vaz (1925), a conversão dessa unidade escolar para Colégio Atheneu Pedro II (estrutura de funcionamento e currículo escolar), o Currículo de Sociologia adotado. O capítulo é finalizado com as reformas de Francisco de Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942). O último capítulo da pesquisa, intitulado “A Cátedra de Sociologia no Colégio Atheneu Pedro II” aborda o Concurso para Professor Catedrático de Sociologia, os capitais sociológicos e a compreensão de Ensino de Sociologia de Florentino Menezes.

2 – O ENSINO DE SOCIOLOGIA E O ATHENEU SERGIPENSE: LITERATURA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

O ensino de Sociologia na Educação Básica no Brasil tem sido objeto de crescente interesse acadêmico e profissional nas últimas décadas, especialmente após a garantia legal de sua presença nos currículos a partir de 2008. Este marco refletiu uma longa luta das entidades profissionais e acadêmicas pela valorização da disciplina e abriu espaço para novas discussões sobre sua implementação e práticas pedagógicas. A temática apresenta pesquisas recentes, onde encontramos estudos que abordam a história do Ensino de Sociologia, como também pesquisas que discutem o currículo e legislação sobre o Ensino de Sociologia ~~e também~~ além de estudos que abordam as reformas educacionais e a oferta da disciplina de sociologia na educação básica do país.

Objeto de uma produção em crescimento, os estudos sobre O Ensino de Sociologia no Brasil, apresentam textos que abordam sua trajetória na educação básica brasileira, sobretudo, considerando seus aspectos teóricos, históricos, normativos e metodológicos. As publicações acompanham o debate teórico e sociológico acerca das justificações para a inserção desse objeto do conhecimento na escola brasileira, as propostas curriculares e as medidas de implementação do ensino, os fundamentos teórico-metodológicos contemporâneos, as finalidades do ensino no nível médio, os modelos e as práticas de pedagógicas a partir das orientações legais vigentes e dos debates operados na academia e nas demais instâncias educacionais.

Além dessas temáticas, destacam-se produções bibliográficas que diagnosticam o perfil docente no Ensino de Sociologia, com ênfase na sua identidade profissional e desafios de sua atuação. Conforme pesquisa feita em sites essa produção literária pode ser classificada a partir das seguintes temáticas: 1) a Sociologia no currículo da escola brasileira: história e perspectivas⁹; 2) marcos legais

⁹ Ver: FERNANDES, Florestan. O Ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. In: FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977; CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. Debates em torno da história do ensino de Sociologia no Brasil. In: Gonçalves, Danyelle Nilin; Mocelin, Daniel Gustavo; Meireles, Mauro. (Org.). Rumos da Sociologia no Ensino Médio: ENESEB 2015, Formação de professores, PIBID e experiências de ensino. 1ed. Porto Alegre: Circula, 2016, v. 1, p. 23-42. CARVALHO, Lejeune Mato Grosso. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. IN: CARVALHO, L.M.G. (Org.). Sociologia e ensino em debate. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed.

para o ensino de ciências sociais; 3) o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e o livros didáticos utilizados no Ensino de Sociologia¹⁰; 4) as experiências didáticas e alternativas para a prática docente¹¹; 5) a avaliação no ensino e na aprendizagem de Ciências Sociais¹²; 6) a Sociologia no “Novo Ensino Médio”¹³.

O estado da arte desempenha um papel indispensável na construção de uma pesquisa acadêmica, pois oferece uma análise abrangente e crítica do que já foi produzido sobre o tema em questão. Ele funciona como um mapa que orienta o pesquisador ao longo do campo de estudo, apresentando as principais teorias, abordagens metodológicas, autores de referência e discussões centrais. Ao investigar o estado atual do conhecimento, pode-se, portanto identificar lacunas, contradições ou áreas pouco exploradas, o que abre espaço para a formulação de questões originais e a proposição de novas contribuições. Além de fundamentar teoricamente o trabalho, o estado da arte assegura que a pesquisa não seja uma repetição do que já foi feito, mas sim um avanço, uma crítica ou uma complementação ao que já se sabe. Portanto, ele oferece uma base sólida e justifica a relevância e originalidade da pesquisa dentro do campo científico, situando-a de forma clara no contexto acadêmico e alinhando-a com os debates contemporâneos (Santos et al, 2020).

Unijuí: 2004. HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (orgs.). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

¹⁰ Ver: PAZ, M. Paula Leite, SANTOS, E. Carneiro e CIGALES, M. A escolha dos livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas no PNLD 2021, no Distrito Federal. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, 6(2), 2023, p. 176–198; PEREIRA, T. I.; MARCON, C. Conteúdos de Sociologia no Ensino Médio: um estudo sobre livros didáticos e ENEM. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 4, n. 2, 2021, p. 80–102; MELO, V. Os livros didáticos de Sociologia e os sentidos do ensino de Ciências Sociais na Educação Básica. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017, p. 109–130.

¹¹ Ver: BARBOSA, I. F. Sócrates, Durkheim e o Ensino de Sociologia. *Revista Café Com Sociologia*, 3(2), 2014, p. 137–155; BODART, Cristiano das Neves. *Usos de fotografia no Ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023; SAMPAIO-SILVA, Roniel (2023). Filmes para o Ensino de Sociologia. *Blog Café com Sociologia*, abr/2023; SARMENTO, R., Cruz, G. S., & NASCIMENTO, P. H. P. O que se ensina para quem ensina? relato de experiência do Laboratório de Ensino de Ciências Sociais da UFV. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, 4(1), 2020, 56–69.

¹² Ver: SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Fundamentos e metodologias do Ensino de Sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita [et al] *A sociologia vai à escola: história ensino e docência*. Rio de Janeiro, Quartet: FAPERJ; 2009.

¹³ Ver: FIORELLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51545. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545>. Acesso em: 30 set. 2022;

Para fortalecer minha dissertação, realizei pesquisas em diversos repositórios digitais de universidades, como o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e outros acervos acadêmicos nacionais. Essas plataformas são essenciais para obter uma base sólida de estudos anteriores, proporcionando uma ampla variedade de referências sobre a Sociologia na educação básica. Ao acessar esses repositórios, consegui reunir trabalhos relevantes que contribuem diretamente para a construção e aprofundamento dos argumentos centrais da minha pesquisa. Além disso, bases de dados como *Google Scholar*, *SciELO* e a plataforma Periódicos CAPES possibilitam o acesso a publicações científicas revisadas por pares e são cruciais para uma busca aprofundada. Outras fontes valiosas incluem revistas científicas especializadas, catálogos de livrarias acadêmicas digitais e anais de congressos e seminários, que reúnem pesquisas recentes e relevantes para o tema de estudo.

Diante do recorte investigativo aqui adotado, sobretudo, considerando a diversidade temática elencada, buscaremos nessa pesquisa estabelecer diálogos com as produções bibliográficas que abordam a história da Sociologia na Educação Básica no Brasil e em Sergipe além do eixo temático que aborda a Sociologia do Currículo. Este estado da arte visa, portanto, contextualizar a importância do ensino de Sociologia na Educação Básica e identificar as principais questões em aberto que demandam pesquisa e reflexão, principalmente no que se refere à pesquisa sobre o Ensino de Sociologia em Sergipe, contribuindo assim para o desenvolvimento de um campo mais robusto e eficaz. Diante desse *corpus* bibliográfico, foram selecionados alguns textos e feita uma revisão da literatura, buscando estabelecer correlações com a pesquisa desenvolvida.

2.1 – HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A busca por textos sobre a história da Sociologia na Educação Básica se torna fundamental para reconhecer o papel histórico dessa disciplina na formação dos estudantes. A Sociologia, ao integrar o currículo da Educação Básica, oferece um olhar sobre as estruturas sociais, as relações de poder e os fenômenos culturais, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades analíticas essenciais. Esse trabalho tem como pilar construir uma visão histórica da disciplina em Sergipe. Diante desse contexto, o estudo da história do ensino de Sociologia é de fundamental importância para entender como ela foi institucionalizada, quais foram

os principais desafios e como essas mudanças impactaram seu papel formativo. Portanto, ao buscar textos sobre a história da Sociologia na Educação Básica, estou fundamentando meu trabalho em uma análise mais profunda de como essa disciplina foi concebida, transformada e potencialmente enfraquecida ao longo do tempo.

De início trago o artigo de Ana Martina Baron Engerhoff, Marcelo Cigales e James Tholl, com o título “*Quem conta a história do ensino de Sociologia no Brasil? Um estudo bibliométrico*” (2017), que tem como objetivo mapear e analisar os trabalhos dedicados à história do ensino de Sociologia publicados em dossiês de periódicos acadêmicos entre 2000 e 2017. Utilizando o método bibliométrico, os autores buscam quantificar e descrever a produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia e identificar as principais referências bibliográficas utilizadas pelos estudos dessa área.

Os resultados mostram que a publicação de artigos sobre a história do ensino de Sociologia se intensificou especialmente após a obrigatoriedade da disciplina na educação básica com a Lei nº 11.684/2008, que despertou maior interesse de pesquisadores e ampliou a receptividade das instituições acadêmicas para essa temática. Entre 2013 e 2015, verificou-se um aumento significativo no número de dissertações e teses sobre o ensino de Sociologia, além de uma maior publicação de artigos em dossiês temáticos sobre o assunto.

Nele é destacada a concentração desses dossiês nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, onde se tem uma maior institucionalização das Ciências Sociais nessas regiões, particularmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A análise dos autores também revela que a maioria dos estudos sobre a história da Sociologia é produzida por acadêmicos de instituições localizadas no eixo Sul-Sudeste, demonstrando uma hegemonia nessas regiões quanto à legitimidade acadêmica na área.

O artigo aponta, contudo, que a produção sobre a história do ensino de Sociologia ainda está concentrada em fontes secundárias e oficiais, com poucas investigações sobre os documentos escolares, as práticas pedagógicas e o cotidiano das aulas de Sociologia. Dessa forma, os autores destacam a necessidade de futuras pesquisas explorarem fontes primárias e documentos escolares para melhor compreender as formas de inserção da Sociologia na cultura escolar brasileira.

Este artigo é relevante para o estado da arte dessa dissertação por oferecer um panorama da produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia no Brasil, destacando as lacunas e tendências na área. Ele permite compreender as principais referências, regiões de concentração acadêmica e os desafios metodológicos enfrentados nos estudos sobre o ensino de Sociologia, além de propor novas abordagens e fontes a serem investigadas, nos ajudando na construção dessa dissertação.

Ao analisar o artigo *O ensino da sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar* de Celso Souza Machado publicado em 1987 entendo que, apesar do texto ser mais antigo, ele torna-se uma leitura essencial para um maior entendimento a cerca da história da disciplina de Sociologia. O texto faz uma análise histórica do ensino da Sociologia no currículo do ensino secundário brasileiro, abordando suas mudanças e desafios ao longo do tempo. O autor destaca o percurso da disciplina desde a sua introdução no início do século XX, focando em como ela foi incluída e retirada dos currículos em diferentes períodos.

O estudo oferece um levantamento preliminar das políticas educacionais que afetaram o ensino de Sociologia, enfatizando os momentos em que a disciplina foi valorizada e outros em que foi suprimida, devido a mudanças nas orientações políticas e pedagógicas. Um dos pontos centrais do artigo é a reflexão sobre o papel da Sociologia como ferramenta para a formação crítica dos alunos, bem como os desafios enfrentados pelos professores em sua implementação nas escolas, especialmente em relação à formação docente e à disponibilidade de materiais didáticos adequados. Machado também aponta para a necessidade de maior valorização da disciplina no cenário educacional brasileiro, sugerindo que o ensino de Sociologia pode contribuir significativamente para a formação cidadã e crítica dos estudantes. O artigo, portanto, serve como uma base para entender o contexto histórico e os desafios contemporâneos do ensino de Sociologia no Brasil.

Celso Souza Machado (1987) nesse artigo oferece uma valiosa contribuição ao traçar um panorama histórico do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira, apresentando um levantamento detalhado das tentativas de inclusão da disciplina no currículo ao longo do tempo. Além da cronologia que o autor elenca — desde a primeira proposta parlamentar em 1882, passando pelos períodos de obrigatoriedade entre 1925 e 1942, e pelas opções estaduais nas décadas de 1960

a 1980 —, o estudo revela como as políticas educacionais e as conjunturas históricas influenciaram diretamente o destino da Sociologia no sistema educacional brasileiro. Ao investigar o trabalho pedagógico realizado quando a Sociologia esteve presente no currículo, o autor também destaca a intermitência dessa presença, ora sendo considerada uma ferramenta para a formação crítica e cidadã, ora relegada a segundo plano ou suprimida. Essa alternância mostra as tensões entre projetos políticos e educativos ao longo da história do país, bem como as dificuldades em consolidar a disciplina como parte integral da formação secundária.

Portanto, ele esclarece o percurso da disciplina na educação brasileira, mas também convida à reflexão sobre a importância do ensino de Sociologia no cenário contemporâneo, sugerindo que, mesmo em períodos de maior valorização, a disciplina enfrentou desafios em termos de implementação prática, formação docente e material didático, oferecendo, portanto, um suporte para o debate atual sobre a relevância da Sociologia no ensino médio, sublinhando a necessidade de políticas mais consistentes para garantir sua permanência no currículo e sua efetividade enquanto disciplina formadora de pensamento crítico.

Ensino de Sociologia na Educação Básica no Brasil: alguns apontamentos sobre seu histórico e as reformas educacionais (2022), de autoria de Alcenir João Ribas Garlet, é um artigo que foi apresentado como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, na universidade Federal de Santa Maria (RS) e tem como objetivo central identificar a trajetória da disciplina de Sociologia na educação básica brasileira e os aspectos sócio-políticos que aconteceram por meio das reformas educacionais. O autor utilizou como recurso a revisão bibliográfica sobre o tema abordado, trazendo uma síntese sobre o a trajetória da disciplina de sociologia, que passa por momentos de ausência, presença obrigatória e optativa nos currículos escolares do Brasil. O texto apresenta uma discussão sobre as reformas educacionais e a BNCC, apresentando o lugar da Sociologia a partir das mudanças atuais relacionadas à reforma do Ensino Médio. O autor pretende com o texto contribuir para o debate sobre a importância da disciplina de sociologia na educação básica como também refletir sobre os impactos da reforma do novo Ensino Médio.

O artigo *Algumas considerações sobre o ensino da sociologia na educação brasileira: 1882-1942* (2013), escrito por Marcelo Pinheiro Cigales e Eduardo

Arriada, faz uma análise detalhada do processo histórico de inserção da Sociologia no currículo da educação brasileira entre 1882 e 1942. Os autores exploram as tentativas de institucionalização da disciplina nesse período, discutindo tanto os fatores que favoreceram sua inclusão quanto os obstáculos que resultaram na sua retirada e descontinuidade. A pesquisa destaca o início da discussão sobre o ensino de Sociologia em 1882, quando uma proposta parlamentar sugeriu a inclusão da disciplina no currículo escolar, embora a proposta não tenha sido discutida à época. Em seguida, o estudo aborda a breve obrigatoriedade da Sociologia entre 1890 e 1897, durante o governo republicano inicial, onde, apesar de constar na legislação, a disciplina não foi efetivamente implementada.

Os autores também aprofundam a análise sobre o período de 1925 a 1942, o único em que a Sociologia foi efetivamente obrigatória nas escolas secundárias brasileiras. Nesse contexto, eles examinam o papel da disciplina dentro das reformas educacionais da época, que estavam alinhadas com o ideário da modernização e da formação cívica dos jovens brasileiros, especialmente em um momento de crescente valorização da educação como ferramenta para a modernização do país, período este que dialoga diretamente com a proposta dessa dissertação.

Utilizando como fontes principais documentos legislativos, programas de ensino e debates pedagógicos da época para compreender as razões que sustentaram a introdução da Sociologia, bem como as mudanças políticas e educacionais que levaram à sua supressão após 1942, a pesquisa conclui que a inclusão da Sociologia na educação brasileira esteve profundamente vinculada às tensões entre projetos educacionais progressistas e conservadores, bem como à busca por formar cidadãos alinhados com o projeto de modernidade da nação. Em suma, o artigo contribui para a compreensão da história do ensino de Sociologia no Brasil, ressaltando o papel estratégico da disciplina nas reformas educacionais e nos debates sobre a formação intelectual e cívica dos jovens no período da Primeira República até o Estado Novo.

A tese de doutorado de Vinícius Carvalho Lima com título *O Ensino de Sociologia no Brasil: As Construções de Sentido da Disciplina entre os Anos 1920 e 1940* (2018), investiga o processo de construção de sentidos da disciplina de Sociologia no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940, um período crítico para a

consolidação do ensino de Sociologia no país. A pesquisa busca compreender como a Sociologia foi inserida no currículo escolar e acadêmico durante as reformas educacionais que ocorreram nesse período e como esses sentidos foram disputados por diferentes agentes sociais.

O autor argumenta que o ensino de Sociologia no Brasil passou por um processo de disciplinarização que envolveu tanto a construção de um campo acadêmico próprio quanto à tentativa de formar uma base curricular na educação básica. O estudo foca nas reformas educacionais de Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), analisando como essas mudanças impactaram a Sociologia, tanto no espaço escolar quanto no ambiente universitário.

A tese utiliza uma abordagem sociológica inspirada em Pierre Bourdieu, buscando entender as disputas de poder entre os diferentes agentes envolvidos na consolidação da disciplina. É explorada no texto a relação entre o desenvolvimento das Ciências Sociais nas universidades e a presença da Sociologia nos currículos escolares, mostrando como houve um descolamento entre a Sociologia acadêmica e escolar durante o processo de institucionalização.

Além disso, o autor analisa o papel dos professores de Sociologia e os debates sobre a formação docente para a disciplina, bem como os discursos sobre cidadania, moral e civismo que perpassaram o ensino de Sociologia no Brasil. A tese traz uma leitura crítica sobre a forma como a disciplina foi sendo moldada, muitas vezes como instrumento de controle social e formação moral, refletindo os interesses políticos da época. Em síntese, a tese contribui para o entendimento do ensino de Sociologia no Brasil ao investigar as construções de sentido da disciplina entre os anos 1920 e 1940, oferecendo uma visão abrangente das disputas e transformações que ocorreram nesse período, tanto no campo acadêmico quanto no escolar.

A dissertação de Wanirley Pedroso Guelfi, intitulada: *A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942* (2001) apresenta uma análise sobre a inclusão e permanência da Sociologia como disciplina escolar no currículo do ensino secundário brasileiro, entre 1925 e 1942, situa-se dentro do campo da história das disciplinas escolares, um domínio de pesquisa em expansão. Segundo o autor, a escolha desse recorte temporal deve-se ao fato de que esse foi o único período em que a Sociologia foi obrigatória no currículo, e as investigações sobre essa temática ainda são escassas.

O foco central é examinar se a inclusão da Sociologia esteve alinhada ao ideário da modernidade, atuando como um símbolo e instrumento desse processo no Brasil. Para isso, o autor utilizou fontes como a legislação escolar, programas de ensino, livros didáticos e literatura específica sobre a educação, ciência e ensino. Durante as décadas de 1920 e 1930, o conceito de modernização, seguido pelo de reconstrução nacional, norteou o debate educacional, no qual a educação foi vista como um caminho essencial para enfrentar os desafios nacionais. A Sociologia, inserida nas séries propedêuticas, cumpria um papel fundamental na formação dos estudantes que pretendiam ingressar no ensino superior, especialmente em áreas como medicina, engenharia e direito (Guelfi, 2001).

2.2 – A SOCIOLOGIA EM SERGIPE E O ATHENEU SERGIPENSE

Quando partimos para a análise de textos que trazem contribuições acerca da história do ensino de Sociologia na educação básica em Sergipe, poucos textos foram encontrados. O artigo "Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925)" de 2016 escrito por Eva Maria S. Alves e Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa acaba por ser o único texto que aborda diretamente, a temática relacionada com esta pesquisa, e fornece uma contribuição significativa para a compreensão da institucionalização do ensino de Sociologia na educação básica em Sergipe. O texto investiga a gênese e a evolução da cadeira de Sociologia nos estudos secundários, destacando sua inserção no currículo do Atheneu Sergipense a partir de 1892, quando foi inicialmente proposta sob a denominação de "sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio".

As autoras analisam as finalidades, conteúdos e os requisitos para a formação de professores da disciplina, traçando um panorama histórico da sua trajetória até 1925, quando a Sociologia se tornou uma cadeira autônoma. Por meio de fontes documentais, como textos normativos e atas da Congregação do Atheneu, o artigo revela como a cadeira buscava proporcionar uma formação cívica e moral aos alunos, preparando-os para a vida social e o ingresso em cursos superiores.

A pesquisa destaca a importância do ensino de Sociologia na formação da intelectualidade sergipana e além do contexto político e social do Brasil no final do século XIX e início do século XX, quando as ideias positivistas de Augusto Comte influenciavam a concepção de uma nova ordem social. As autoras também

evidenciam a luta pela melhoria das condições de ensino e a busca por uma formação de qualidade, ressaltando a relação entre a teoria educacional e a prática pedagógica no Atheneu Sergipense.

Este artigo foi o único encontrado que aborda a temática do ensino de Sociologia em Sergipe na educação básica, oferecendo uma base para a análise da institucionalização da disciplina no estado e servindo de ponto de partida para esta dissertação. A pesquisa das autoras complementa a compreensão histórica da Sociologia no ensino secundário e serve como um referencial para investigar como esses processos impactaram a formação docente e a configuração curricular na região, constituindo uma importante referência para a dissertação sobre a institucionalização do ensino de Sociologia em Sergipe.

Suely Cristina Silva Souza na tese *“Habilitado” ou “Inhabilitado”: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947)* de 2016 investiga a trajetória dos concursos para professores do ensino secundário no Atheneu Sergipense entre 1875 e 1947, inclusive o concurso para professor catedrático de Sociologia, onde Florentino Teles de Menezes, em 1926 é aprovado para essa cadeira, destacando a relação entre esses processos seletivos e a profissionalização docente em Sergipe. O trabalho analisa como os concursos funcionavam como instrumentos de controle e poder, moldando o perfil do professor ideal através de práticas de recrutamento que incluíam provas escritas, orais e a elaboração de teses. A pesquisa também explora o contexto legal e educacional das reformas que influenciaram a seleção docente, identificando as normas que regulamentavam, a documentação exigida dos candidatos e os conteúdos abordados nas provas, os quais refletiam as disciplinas escolares vigentes. Além disso, examina o papel dos membros da Congregação do Atheneu como avaliadores, que exerciam um controle disciplinar sobre os candidatos.

Outro aspecto relevante abordado na tese é a formação acadêmica dos candidatos, que, até 1931, não possuíam formação específica para o magistério, vindo de áreas como Medicina, Engenharia e Direito. A análise dos concursos revela também a presença de relações de poder entre os candidatos, a Congregação e o governo, demonstrando como essas práticas de seleção contribuíram para a configuração da identidade docente no estado. A autora conclui que os concursos legitimaram a profissionalização do magistério, mas também refletiram as complexas

interações entre saberes, práticas institucionais e normas legais, oferecendo uma visão crítica sobre a história da educação e da formação docente em Sergipe. Além disso, sugere a necessidade de novas investigações sobre as relações de poder e as práticas de seleção que moldaram a carreira docente ao longo do tempo.

A monografia apresentada por Sayonara do Espírito Santo Almeida em 2009, de título *A Reforma Gustavo Capanema: vislumbrada no currículo do Atheneu Sergipense (1940-1944)* se insere no campo da História da Educação, com foco na análise da Reforma curricular de Gustavo Capanema no primeiro ciclo do curso ginasial do Colégio Atheneu Sergipense, compreendendo o período de 1940 a 1944. Este estudo busca investigar como as mudanças curriculares implementadas durante esse período refletiram a ideologia do governo Vargas e influenciaram a construção da identidade dos alunos e a dinâmica educacional no estado de Sergipe.

Este estudo busca investigar como as mudanças curriculares implementadas durante esse período refletiram a ideologia do governo Vargas e influenciaram a construção da identidade dos alunos e a dinâmica educacional no estado de Sergipe. A pesquisa pretende entender as implicações das reformas educacionais em um contexto histórico mais amplo, especialmente durante o Estado Novo, que se caracterizou por uma forte centralização do poder e pela implementação de políticas educacionais com fins ideológicos. A pesquisa se baseia em documentos e fontes históricas do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), que permitiu uma análise aprofundada das alterações curriculares, das disciplinas oferecidas e dos conteúdos abordados no ensino.

A investigação adota algo que vai além da mera descrição dos fatos, buscando compreender as relações entre o currículo escolar e os processos sociais, políticos e culturais da época. A análise da Reforma de Gustavo Capanema e sua aplicação no Colégio Atheneu Sergipense é essencial para entender a configuração do ensino de Sociologia e de outras disciplinas, bem como suas implicações para a formação de cidadãos na sociedade sergipana.

O próximo texto, *Colégio Atheneu Sergipense: história, memória e patrimônio cultural* de autoria de Karla Jamylle Souza Santos (2013) descreve a trajetória histórica do Colégio Atheneu Sergipense, desde suas primeiras tentativas de estabelecimento em 1833 até seu desenvolvimento e eventual consolidação em

Aracaju, especialmente no período entre 1925 e 1942, que coincide com o recorte temporal central da minha pesquisa. Esse material é de grande relevância para o "estado da arte" da investigação sobre o Campo do Ensino de Sociologia em Sergipe, pois revela o contexto em que o Atheneu desempenhou um papel crucial na educação da elite sergipana, assim como suas múltiplas reconfigurações institucionais ao longo das décadas.

O conceito de "lugar de memória", abordado no texto, refere-se a espaços onde se cruzam memórias pessoais e coletivas. O Atheneu Sergipense é apresentado como um exemplo desse conceito, sendo um local onde se preserva a história da educação e da cultura em Sergipe. O texto também menciona fontes documentais, como jornais, diários de professores, cadernetas de alunos e trabalhos acadêmicos, que ajudam a reconstruir a memória da instituição. Através dessas fontes, é possível rememorar fatos históricos e compreender a relevância do Atheneu na formação educacional do estado.

Assim, o material complementa minha investigação ao fornecer um panorama das mudanças institucionais, curriculares e sociais que influenciaram o Atheneu Sergipense durante o período de 1925 a 1942, ajudando a contextualizar o desenvolvimento do ensino de Sociologia e seu papel na formação da elite sergipana. Essas informações reforçam a importância do Atheneu como um espaço central na história educacional de Sergipe e permitem um entendimento mais profundo da inserção e das disputas em torno do ensino de Sociologia no estado, que são o foco da minha pesquisa¹⁴.

¹⁴ A professora Tânia Elias Magno Silva, Docente aposentada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, produziu textos pioneiros sobre o Ensino da Sociologia em Sergipe, inclusive abordando a importância de Florentino Menezes para as Ciências Sociais, a saber: A sociologia em Sergipe - do precursor Florentino Menezes ao curso de ciências sociais da UFS. In: *Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia* - SBS, 2005, Belo Horizonte. SBS, 2005. Embora não aborde diretamente a problemática de pesquisa desta dissertação, é importante registrar suas demais produções: A volta da disciplina sociologia nas escolas de Ensino Médio. Desafios para a formação profissional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso); Orientações Nacionais curriculares de Sociologia - OCNS e os desafios para a formação do professor de sociologia. In: Manoel Matias Filho. (Org.). *O Espaço do Sociólogo*. Natal/RN: Federação Nacional dos Sociólogos, 2009, v., p. 77-84; Sociedade e Meio Ambiente: O papel do professor de Sociologia. In: Luiz Fernandes Oliveira. (Org.). *Ensino de Sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013, v., p. 103-115; *Ensino de Sociologia: O papel das graduações e pós graduações*. *Inter-Legere* (UFRN), v. 18, p. 190-212, 2016; Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia e os desafios para a formação do professor de sociologia. In: RIBEIRO, Adelia Miglievich; MATIAS FILHO, Manoel. (Org.). *O espaço do sociólogo - Um Balanço de trinta anos*. 1a.ed. Vitória / ES: EDUFES, 2019, v. 01, p. 101-110.

Essa revisão bibliográfica tem bastante importância na construção dessa pesquisa, pois proporciona um entendimento aprofundado do estado atual do conhecimento sobre o tema em questão. Ao examinar obras e estudos anteriores, podemos, portanto, identificar lacunas na literatura, estabelecer conexões entre diferentes abordagens teóricas e metodológicas, e reconhecer as contribuições de outros autores para o campo. Além disso, essa revisão ajuda a fundamentar teoricamente a pesquisa, fornecendo um arcabouço que orienta a formulação de hipóteses e questões de pesquisa. A literatura encontrada trará contribuições teóricas na construção desta pesquisa no que se refere à trajetória histórica e política da disciplina de sociologia na educação básica e também nos fará compreender as questões abordadas em nível nacional sobre a temática para sim servir de comparativo com o que for coletado durante o processo de pesquisa.

2.3 – A SOCIOLOGIA DO CURRÍCULO

Além dessa produção literária centrada na questão da história da institucionalização da disciplina de Sociologia na educação básica, o objeto de investigação proposto nesta pesquisa se constitui numa importante temática das discussões contemporâneas da *Sociologia do Currículo* no Brasil, sobretudo a partir da tradicional área do Ensino de Sociologia, composta, inclusive como uma das comissões da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). O texto *Sociologia do currículo: perspectivas e limitações* de Candido Alberto da Costa Gomes, trás como objetivo principal apresentar a contribuição da sociologia do currículo e demonstrar suas limitações. Ele aponta que o estudo das relações entre a educação e a estratificação social no início dos anos 1970, se baseava em estudar as características dos estudantes, professores e escolas, e o rendimento escolar como resultado dessa dinâmica. No entanto não se levava em consideração o processo educacional que envolvia a relação dos estudantes e a escola. No texto é abordada a Nova Sociologia da Educação, que é focada no conteúdo ensinado e o funcionamento interno das escolas.

A sociologia do conhecimento e a fenomenologia são vistas como base, focando particularmente no currículo, currículo este considerado como uma seleção ideológica de conhecimentos, que é aprovada pela sociedade e distribuída pela escola em diferentes quantidades e características a diversos grupos.

Transformando assim o currículo em um mecanismo de controle e seletividade. São utilizadas no texto como exemplos as mudanças dos currículos que ocorreram no Brasil nos últimos anos como também é explorada suas relações com a sociedade. O texto também aponta alguns questionamentos ao longo da discussão proposta, como por exemplo: “qual é a capacidade de decisão do professor e do planejador de currículo? Que fatores condicionam suas decisões? Que implicações têm as alternativas que eles escolhem ou são levados a escolher? (Gomes, 1980).

O estudo do currículo no contexto educacional é uma das bases para compreendermos os processos de ensino e aprendizagem de forma mais abrangente. Ele aborda o conteúdo a ser ensinado e os valores, objetivos e estratégias educacionais que moldam a prática pedagógica. Ao abordar o currículo e suas teorias, é possível examinar como diferentes interpretações educacionais influenciam na definição do que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e por quê. Isso vai além da simples transmissão de conhecimento, explorando a dinâmica das relações de poder e espaço na educação. Esse contexto é abordado no artigo de Shirley Cristina Lacerda Malta, de título *“Uma abordagem sobre currículos e teorias afins visando à compressão e mudança”*. Para a autora compreender essas questões relacionadas ao currículo permite uma reflexão crítica sobre o processo educacional. Isso auxilia os educadores a desenvolverem práticas pedagógicas mais inclusivas, contextualizadas e alinhadas com os objetivos educacionais mais amplos de uma sociedade. Ao adotar uma abordagem reflexiva sobre o currículo, os profissionais da educação podem potencializar o impacto positivo do ensino, promovendo uma educação mais significativa e relevante para os estudantes, levando em consideração os conteúdos e as dimensões éticas, sociais e culturais envolvidas no processo educacional.

É abordado como o currículo está intrinsecamente ligado à vida escolar e à sociedade, influenciando diretamente as visões de mundo, atitudes e decisões. Ele enfatiza que o currículo não é apenas um conjunto de disciplinas, mas está repleto de valores, ideologias e interesses, requerendo um entendimento histórico, filosófico e político, destacando diferentes teorias relacionadas ao currículo educacional.

A autora conclui que houve uma evolução do entendimento sobre o currículo educacional. Inicialmente, o currículo era visto de maneira mecânica, focando em procedimentos e avaliação, frequentemente comparada a um modelo empresarial.

No entanto, muitos profissionais ainda mantêm essa visão do currículo, sem compreender seu papel social e político na prática educacional. As teorias críticas e pós-críticas surgiram para desafiar essa visão neutra do currículo e questionar a mera transmissão de conhecimentos de um único grupo. A teoria crítica, influenciada por estudos sociológicos, filosóficos e antropológicos, especialmente pelas ideias de Marx, destacou que o currículo não é apenas um espaço de transmissão, mas também um espaço de poder, reproduzindo ideologias dominantes ou sendo um local de construção, liberação e autonomia.

Ione Ribeiro Valle, no texto *Sociologia da educação: currículo e saberes escolares* aborda a relação entre o currículo e os saberes escolares. Adotando a metodologia da educação comparada, o texto irá analisar através de uma configuração geográfica os elementos que permitem medir as apostas educacionais do Brasil, tomando como referencial teórico a renovação da sociologia da educação na Grã-Bretanha e seu interesse pelos saberes escolares, a sociologia norte-americana da educação entre reprodução social e resistência cultural e a sociologia do currículo na França. O texto aponta também a internacionalização da produção dos saberes acadêmicos, segundo a autora se faz necessário analisar o desenvolvimento da sociologia do currículo através da distinção entre saber erudito e saber escolar, através de um “duplo ponto de vista”, em relação a isso ela aponta as seguintes questões: “O que devemos ensinar? Que escolha operar? Os conteúdos de ensino decorrem de um arbitrário pedagógico?”. Partindo do pressuposto que nenhuma sociedade é socialmente homogênea, o texto nos coloca a relação entre classe e apropriação da produção de riquezas, onde as relações sociais são hierarquizadas, colocando que é a através da articulação entre cultural e social que se fundamenta a sociologia do currículo (Vale, 2014).

O artigo *A utilização de teorias e métodos da Sociologia do Currículo*, escrito por Alexandre Jeronimo Correia Lima, apresenta como objetivo uma discussão sobre as formas e meios de empregar as “teorias e métodos de pesquisa e reflexão da Sociologia do Currículo em pesquisas sobre o Ensino de Sociologia”. O autor vai se debruçar na realidade do Ensino de Sociologia na educação básica, buscando perceber o cotidiano da prática pedagógica. Mesmo propondo que métodos de pesquisa fundamentados em teorias da Sociologia do Currículo possam auxiliar na percepção e apreensão de dados do cotidiano da prática pedagógica escolar, o

campo de estudo fim é a Escola e os agentes protagonistas envolvidos são os atores deste campo - alunos, professores e funcionários, compreendidos como toda a equipe pedagógica. Para o autor, para pensar na Sociologia do Currículo deve-se primeiro pensar sobre a Sociologia do Conhecimento. Para Lima o olhar sociológico sobre o conhecimento desvenda o universo de relações sociais presente na produção dos discursos e dos conhecimentos, como também a utilização de técnicas de análise de currículo para análise de práticas sociais. O autor aponta que os conhecimentos apresentados oficialmente no currículo como os transmitidos pelo professor fazem parte de processos discursivos em relações sociais, discursos esses de interesse sociológico (Lima, 2012).

Através dos estudos de Michael Young, o artigo *Sociologia do Currículo: origens, desenvolvimento e contribuições*, de autoria de Antônio Flávio Barbosa Moreira, apresenta uma análise sobre a contribuição da Nova Sociologia da Educação para a elaboração da sociologia do currículo. O autor defende no artigo que as discussões desenvolvidas por Young, não havia ainda sido explorada de forma adequada, para a compreensão das questões curriculares da atualidade. O texto aborda de que forma se deu a NSE na Inglaterra e a contribuição de Young nesse processo, fazendo um acompanhamento em relação da evolução de sua teoria até o momento da escrita do artigo. O texto também irá trazer uma discussão sobre a contribuição da Nova Sociologia da Educação para o desenvolvimento do campo do currículo no Brasil. No texto o autor conclui que Michael Yang oferece contribuições necessárias para a discussão sobre currículo no Brasil. Moreira acredita que a teoria apresenta a necessidade de compreender as interações que ocorrem na sala de aula como também a necessidade de uma análise sociológica acerca das questões curriculares (Moreira, 1990).

O artigo escrito por Clarice Simão Pereira, apresenta a trajetória de análises desenvolvidas em relação ao currículo e a educação escolar. Em *Contribuições de Michael Young para os estudos curriculares*, apresenta a contribuição de Michael Young (1971, 2000) para os estudos curriculares a partir da questão do conhecimento. A autora usa como metodologia a pesquisa bibliográfica, o texto apresenta na sua construção informações sobre o autor e seu objeto de pesquisa, busca também a compreensão de um currículo baseado no conhecimento, o texto também irá fazer uma análise sobre as “pedagogias das competências” – teorias

pedagógicas que valorizam habilidades em detrimento dos saberes elaborados. Como resultado o artigo aponta que os estudos de Young contribuíram para pensar o currículo e o espaço escolar enquanto lugar de acesso ao conhecimento (Pereira, 2020).

A análise dos textos que aborda a história da disciplina de Sociologia e os estudos sobre a Sociologia do currículo desempenha um papel essencial na construção da minha dissertação, ao fornecer um panorama crítico das transformações pelas quais a disciplina passou desde sua inserção no currículo escolar até sua consolidação como parte do campo educacional. Ao integrar essas reflexões à minha pesquisa, a Sociologia do currículo contribui para a compreensão dos sentidos assumidos pela disciplina de Sociologia no Centro de Excelência Atheneu Sergipense entre as décadas de 1920 e 1940, período em que a disciplina passou por diferentes fases de institucionalização.

Assim, torna-se possível analisar criticamente como a Sociologia foi inserida e retirada dos currículos, quem eram os agentes envolvidos nessa dinâmica (professores, intelectuais, gestores), e de que maneira o conteúdo da disciplina dialogava com projetos políticos mais amplos, como a formação cívica e moral dos estudantes. Assim, a revisão da literatura sobre a Sociologia do currículo não só ilumina os processos históricos e estruturais que condicionaram o ensino da disciplina, mas também permite identificar lacunas e potencialidades no campo, orientando a investigação sobre a trajetória da Sociologia no Atheneu Sergipense e suas implicações para a construção do campo sociológico local.

2.4. NOVA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E A SOCIOLOGIA DO CURRÍCULO

A análise da institucionalização do Ensino de Sociologia na Educação Básica em Sergipe aqui proposta adotará os postulados da *Nova Sociologia da Educação* (NSE), iniciada por Michael Young, na Inglaterra, nos primeiros anos da década de setenta, que se constituiu na primeira corrente sociológica primordialmente voltada para a discussão do currículo, demonstrando que esse é permeado pelos interesses e pela ideologia dos que detêm o poder, além de abordar o conhecimento escolar como socialmente construído, sobretudo a partir do reflexo das questões mais ampla que fazem com valores e diferentes conhecimentos sejam atribuídos a partir de processos de estratificação social.

A Sociologia do currículo, ao investigar as relações de poder e os processos de seleção e exclusão de conhecimentos que compõem o currículo escolar, oferece um arcabouço teórico para compreender como o ensino de Sociologia foi sendo moldado pelas políticas educacionais e pelos interesses sociais dominantes ao longo do tempo. Isso inclui questões sobre quais conhecimentos sociológicos foram considerados válidos, quem foram os responsáveis por essa legitimação e como esses processos se articularam com as demandas sociais, políticas e econômicas em contextos específicos, como o de Sergipe.

A reflexão sociológica sobre a escola tem sido renovada, em vários países, nos últimos anos, pela atenção concedida à questão do currículo. O termo "sociologia do currículo" foi introduzido na França, no vocabulário da educação na década de 1970, a partir de certos trabalhos britânicos. Esse funciona em parte como um rótulo ao qual será difícil fazer corresponder um campo de pesquisa rigorosamente identificável e delimitável. Mas isso não impediu que um interesse novo tivesse se manifestado, no período recente, na França, entre os pesquisadores, e particularmente entre os sociólogos, por aquilo que constitui o centro mesmo do dispositivo escolar, isto é, a questão dos conteúdos e das práticas de ensino (Forquin, 2017).

Tomado no seu sentido mais corrente, tal como aparece no contexto anglófono (onde ele faz parte, desde há muito tempo, do vocabulário "comum" da educação, enquanto sua utilização no contexto francófono é, ao mesmo tempo, mais recente e mais raro), o termo "currículo" designa geralmente o conjunto daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, de acordo com uma ordem de progressão determinada, no quadro de um dado ciclo de estudos. Um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação, mas considerado em sua globalidade, em sua coerência didática e em sua continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem às quais ele dá lugar. Acessoriamente, e por extensão, o termo "currículo" pode designar não mais aquilo que é formalmente prescrito, oficialmente "inscrito no programa", mas aquilo que é realmente ensinado nas salas de aula e que está, às vezes, muito distante daquilo que é oficialmente prescrito. Ele pode designar, igualmente, ao custo de uma ampliação ainda maior de seu sentido, o "conteúdo latente" do ensino ou da socialização escolar, o conjunto de competências ou de disposições que se adquire na escola por experiência, impregnação, familiarização ou inculcação difusas (ou seja, tudo aquilo que os autores anglófonos designam, às vezes, pelo termo "currículo oculto"), em contraste com aquilo que se adquire através de procedimentos pedagógicos explícitos ou intencionais. Enfim, considerado em seu sentido mais geral e mais abstrato ("o" currículo, por oposição a "um" currículo ou a "tal" ou "qual" currículo), o termo faz referência a tudo aquilo que se poderia chamar de dimensão cognitiva ou cultural do ensino, o fato de que a escola transmite aquilo que chamamos de "conteúdos", saberes, competências, símbolos, valores. É essa insistência nos conteúdos, na sua natureza e na sua forma, no modo como eles são

selecionados, organizados e distribuídos através das diferentes fases da "cadeia didática" que evocamos mais frequentemente quando falamos de "teoria do currículo" ou de "sociologia do currículo" (Forquin, 2017, p. 188).

Desse modo, o currículo corresponde à seleção de conhecimentos valorizados que responde aos interesses e crenças dos grupos dominantes em dado momento (Moreira, 1990), conforme destaca:

...o currículo sempre é: • um sistema de relações sociais e de poder com uma história específica; isso está relacionado com a ideia de que o currículo pode ser entendido como “conhecimento dos poderosos”; • sempre é também um corpo complexo de conhecimento especializado e está relacionado a saber se e em que medida um currículo representa “conhecimento poderoso” – em outras palavras, é capaz de prover os alunos de recursos para explicações e para pensar alternativas, qualquer que seja a área de conhecimento e a etapa da escolarização (Young, 2014, p. 201).

Ao estudar a prática curricular a *Sociologia do Currículo* de Michael Young também aborda a interação pedagógica na escola e na sala de aula, procurando questionar as categorias utilizadas pelo professor e buscando entender o processo de negociação pelo qual o conhecimento é produzido e distribuído. A preocupação com os fatores macroestruturais dilui-se, enquanto o foco nos aspectos do nível micro de interação intensifica-se. Young propõe ainda que não se estimule a dicotomia entre o professor e o sociólogo e que se rejeite o pressuposto de superioridade do conhecimento acadêmico em relação ao conhecimento do professor (Moreira, 1990).

É através desses processos em diferentes campos que os currículos reproduzem – ou não – as oportunidades sociais. Não sabemos muito sobre o conhecimento nos currículos, exceto no nível de generalizações excessivamente abrangentes. Uma das razões pelas quais os currículos existentes continuam a manter o acesso para alguns e a excluir outros é que não investigamos em que medida os processos de seleção, sequenciamento e progressão são limitados, de um lado, pela estrutura do conhecimento e, de outro, pela estrutura dos interesses sociais mais amplos (Young, 2014, p. 201).

Portanto, adotaremos a perspectiva de conceber o conhecimento, a cultura e o currículo como produtivos, que permite destacar seu caráter político e histórico. Enquanto exemplo de constituição da identidade social, o currículo não implica uma mera operação cognitiva nem o *desabrochar* de uma essência humana que preexiste a linguagem, ao discurso e à cultura. É um discurso que constitui e posiciona os sujeitos através das narrativas que incorpora: define o que é legítimo, o que é válido, o que é certo, o que é moral, o que é bom, o que é bonito etc. O currículo, ao lado de muitos outros discursos, nos faz ser o que somos. O poder está

inscrito no currículo através das divisões entre os saberes e as narrativas inerentes ao processo de seleção do conhecimento e das resultantes divisões entre os diferentes grupos sociais. O poder é aquilo que divide e, portanto, que inclui/exclui. Quais conhecimentos estão incluídos e quais estão excluídos? Quais grupos sociais estão incluídos e quais estão excluídos? Como resultado dessas divisões, que divisões sociais – gênero, raça, classe – são produzidas ou reforçadas? (Silva, 1996).

Através do ensino de valores culturais e econômicos e de propensões supostamente compartilhadas por todos e que garantem que apenas um número restrito de alunos seja selecionado para os níveis mais altos de educação por causa de sua capacidade de contribuir para a maximização da produção do conhecimento tecnológico de que a economia necessita. O enfoque do consenso valorativo das regularidades diárias da vida escolar e o ensino de propensões econômicas não surgiram da noite para o dia. A escola (no início do século XX) surge como resposta a conflitos ideológicos e econômicos entre classes em uma época de mudanças rápidas, de uma economia baseada no capital da agricultura para uma economia enraizada no capital industrial. As escolas não foram necessariamente construídas para ampliar ou preservar o capital cultural das classes ou comunidades que não fossem os segmentos mais poderosos da população. As escolas tem uma história e estão conectadas, por meio de suas práticas diárias, a outras instituições poderosas de um modo que é frequentemente oculto e complexo.

A história dessas conexões precisa ser entendida para que saibamos das reais possibilidades de nossas ações sobre as escolas não é aleatório. É selecionado e organizado ao redor de um conjunto de princípios e valores que vêm de algum lugar, que representam determinadas noções de normalidade e desvio, de bem e de mal, e da forma como “as boas pessoas devem agir”. O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente sob a forma das disciplinas ou do comportamento que ensinam as regras e rotinas para manter a ordem, o currículo oculto que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade, etc. O controle é também exercido por meio das formas de significado que a escola distribui: o “corpus formal do conhecimento escolar” pode tornar-se uma forma de controle social e econômico. Elas controlam as pessoas; as escolas ajudam a controlar o significado, pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebe como conhecimento legítimo – o

conhecimento que todos devemos ter -, as escolas conferem legitimidade cultural ao conhecimento de determinados grupos.

A capacidade de um grupo tornar seu conhecimento o “conhecimento de todos” se relaciona ao poder desse grupo em uma arena política e econômica mais ampla. Ensino de propensões e valores diferentes para diferentes populações escolares. Essas expectativas são reforçadas pelo tipo de currículo e testes que as escolas dão e pelos rótulos afixados a diferentes tipos de alunos, assim, os conhecimentos formal e informal ensinados nas escolas, os procedimentos de avaliação etc. precisam ser analisados em conexão com outros aspectos, ou não perceberemos boa parte de sua real significação.

Em vez de falar sobre a necessidade de homogeneidade em termos de diferenças étnicas, de classe ou raciais, começaram a falar sobre a questão em termos de diferenças na inteligência. A ciência tornou-se o manto retórico, embora muitas vezes inconsciente, a cobrir decisões sociais e educacionais conservadoras. A diferenciação do currículo baseada na inteligência criaria homogeneidade cultural e estabilidade na sociedade estadunidense (*em vez de ensinar os simplórios a pensar por si mesmo, os líderes intelectuais devem pensar por eles, repetir os resultados pela memorização de suas sinapses*). O que interessava aos primeiros elaboradores do currículo era a preservação do consenso cultural e, ao mesmo tempo, a alocação dos indivíduos em seus lugares em uma sociedade industrializada interdependente (Apple, 2006).

A centralidade dos múltiplos movimentos sociais na cena social contemporânea colocou em foco a questões concernentes ao debate sobre a política da identidade. Existe uma tendência a identificar o conhecimento inscrito no currículo com o conhecimento produzido no campo científico, artístico ou cultural. Historicamente a escola está associada a um dispositivo de governo e regulação moral dos indivíduos e populações. Por exemplo, é também através do currículo que nossos corpos são moldados aos papéis de gênero, de raça e de classe. Ele ensina posições, gestos, formas de se dirigir a outras pessoas, movimentos, que nos fixam como pertencentes a grupos sociais específicos.

A análise da institucionalização do Ensino de Sociologia em Sergipe, com base nos postulados da Nova Sociologia da Educação (NSE) e da Sociologia do Currículo, é de extrema importância para a construção da pesquisa, pois oferece um

quadro teórico capaz de desvelar as relações de poder que moldaram o campo educacional e, particularmente, a disciplina de Sociologia na Educação Básica. Ao adotar essa concepção, a pesquisa não se limita à descrição histórica dos eventos, mas aprofunda-se na compreensão dos processos sociais e políticos que influenciaram a seleção e a legitimação dos saberes sociológicos ao longo do tempo.

Nesse sentido, vejo como bastante produtiva, no pensamento curricular crítico contemporâneo, a linha de análise que, partindo do ponto de vista de que o currículo representa uma seleção da cultura, uma escolha que se faz em um amplo universo de possibilidades, e considerando a cultura como espaço em que significados se produzem, concebe o currículo como uma prática de significação que, expressando-se em meio a conflitos e relações de poder, contribui para a produção de identidades sociais (Silva, 1999). A partir dessa perspectiva, procura compreender os nexos entre conhecimento escolar, identidade e poder, consolidando e ampliando, desse modo, o foco dos primeiros estudos críticos do campo do currículo (Moreira, 2001).

Essa abordagem permite questionar as políticas educacionais que determinaram o lugar da Sociologia no currículo escolar, investigando quem foram os agentes responsáveis pela inclusão ou exclusão de determinados conteúdos e como essas decisões estavam relacionadas às demandas sociais, econômicas e políticas de cada período. A Sociologia do Currículo, ao colocar o foco na interação entre o conhecimento escolar e os interesses dos grupos dominantes, oferece uma chave analítica para entender como o ensino de Sociologia pode ter sido utilizado tanto como um instrumento de reprodução social quanto como um potencial espaço de contestação.

Para a pesquisa, isso significa examinar como o currículo da disciplina no Centro de Excelência Atheneu Sergipense foi moldado e que interesses estiveram por trás das reformas e mudanças no ensino de Sociologia. A análise da dinâmica de poder em torno da construção do currículo é crucial, pois revela os conteúdos que foram valorizados e os que foram marginalizados, refletindo as tensões e disputas entre os diferentes grupos sociais.

Além disso, permite que a pesquisa ultrapasse a ideia de que o currículo é uma mera seleção neutra de conhecimentos. Em vez disso, concebe o currículo como uma construção social e histórica, permeada por interesses ideológicos. A utilização de autores como Michael Young e sua análise sobre o "conhecimento dos poderosos" contribui para desvendar como o acesso ao conhecimento foi restrito a

determinados grupos e quais mecanismos de exclusão foram utilizados ao longo do processo de institucionalização da Sociologia.

2.4.2 – A TEORIA DOS CAMPOS E DOS CAPITAIS

O sociólogo Pierre Bourdieu aborda o espaço social como um universo societário, definido pelos “estilos de vida”, conflitual, agnóstico, de relações de força e de competição por bens e recursos escassos. Esse é o lugar da coexistência de posições sociais, de pontos mutuamente exclusivos, os quais para seus ocupantes constituem o princípio de pontos de vistas. É o lócus da exclusão mútua, sobretudo pela distinção das posições que o constituem, como estrutura de justaposição das posições sociais. O espaço social é um lugar distinto e distintivo que pode ser caracterizado pela posição relativa que ocupa em relação a outros lugares e pela distância que o separa deles (Bourdieu, 1998). Não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente. Caracterizado pelo lugar que assume que ocupa no espaço por meio de suas propriedades (Bourdieu, 2008).

Entretanto, o espaço social é compreendido como pluridimensional, com diversos campos e capitais. Nesse sentido, Bourdieu adota os princípios weberianos das esferas sociais para elaborar seu método sociológico. Os campos são microcosmos sociais construídos pela pesquisa (educacional, religioso, político, econômico, ambiental, científico, sociológico), com a marcação de um segmento social com características sistêmicas (campo). A dinâmica social se dá no interior de um campo, um segmento do social cujos agentes têm disposições específicas (*habitus*), com lutas pela distribuição ou posse de capitais. O campo é delimitado pelos valores ou formas de capital (Thiry-Cherques, 2006).

Apesar das suas especificidades, três leis gerais se aplicam a qualquer campo. A primeira é o reconhecimento de um objeto de luta em comum. Por exemplo, no campo científico evidencia-se uma disputa entre seus componentes pela aquisição de um capital simbólico, representado pela posição de autoridade científica. Esta seria uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies. Acumular capital é fazer um “nome”, próprio, conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo

indiferenciado despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum. Em segundo lugar, é necessário que haja pessoas para jogar o jogo, ou seja, atores que denotem conhecimento das regras do jogo. A terceira lei do campo é a unidade manifestada por seus agentes contra todo o ataque que tente denunciar os interesses reais em jogo. Seu funcionamento se baseia em classificações e hierarquias que favorecem indissociavelmente valores, qualidades e os agentes mais ajustados a esses valores e possuidores dessas qualidades (Bourdieu, 1994).

Em todo campo as pessoas são classificadas pelo lugar em que estão situadas, caracterizadas pelo lugar que assumem, que ocupam no espaço por meio de suas propriedades (Bourdieu, 2002), sobretudo pela posse dos capitais culturais, sociais e simbólicos. Os primeiros se constituem em conhecimentos, habilidades, informações, valores, gostos, etc. Podem ser incorporados (formas de falar; corpo), objetivados (posse de quadros, livros, mobiliário) e institucionalizados (títulos escolares). Os sociais são as redes, os acessos, o conjunto de recursos que os agentes dispõem de conhecimento de reconhecimento. Por fim, os capitais simbólicos se dão pelos rituais de reconhecimento social. É uma síntese dos demais, sinônimos de distinção, crédito. São fundamentais nas lutas sociais, na aquisição de reconhecimento e determinam suas posições nos campos (Bourdieu, 2008).

Os capitais são fundamentais à compreensão das tensões e disputas internas no campo educacional, como as que surgiram em torno do concurso de 1926 para a cadeira de Sociologia no Atheneu Sergipense. Nesse contexto, a análise dos critérios dos capitais culturais e simbólicos previstos para o concurso de professor catedrático do então Atheneu Pedro II (1925-1938) apontam para as definições dos capitais que permitiam o direito de entrada naquele magistério. Nesse caso, o candidato único Florentino Menezes, detinha o reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do campo e pela posse de capitais específicos. Bourdieu sugere que os agentes no campo não agem de maneira neutra ou desinteressada, mas sim visando à acumulação de capitais e a consolidação de suas posições.

Os conceitos de campo e capitais de Pierre Bourdieu dialogam profundamente com a Sociologia do Currículo, fornecendo uma lente teórica poderosa para

entender as dinâmicas sociais e os processos educacionais. Bourdieu argumenta que os agentes sociais, são moldados por estruturas sociais mais amplas que influenciam suas percepções, valores e comportamentos. O campo educacional é atravessado por relações de poder e dominação que favorecem certos grupos sociais em detrimento de outro. Ele interpreta a luta de forças entre os sujeitos no campo como um processo para entender as dinâmicas sociais e as relações de poder dentro de um determinado campo social.

O conceito de "campo", elaborado por Pierre Bourdieu, será essencial para a estrutura teórica da minha pesquisa, pois oferece uma chave de análise poderosa para entender as relações de poder, disputas simbólicas e a construção de significados em torno do ensino de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense. Mais especificamente, o campo em questão é o campo educacional e, mais especificamente, o campo do ensino de Sociologia. Aplicando essa perspectiva à investigação da história da Sociologia no Atheneu Sergipense, o conceito de campo me permitirá analisar como diferentes atores – professores, gestores, intelectuais, políticos – interagem e competem dentro do sistema educacional, buscando influenciar e definir o status da Sociologia no currículo. Cada agente ou instituição envolvida nessa disputa possui diferentes quantidades e tipos de capital, o que define suas posições.

Outro ponto crucial é a relação entre o campo educacional e outros campos, como o campo político e o campo intelectual. A partir dessa concepção, posso explorar como o ensino de Sociologia no Atheneu Sergipense foi influenciado por fatores externos, como as mudanças nas políticas educacionais nacionais, as reformas curriculares promovidas pelo Estado e os debates intelectuais sobre o papel da Sociologia na formação moral e cívica dos cidadãos. Durante as décadas de 1920 a 1940, o Brasil passou por transformações políticas que influenciaram diretamente a configuração do sistema educacional, e o conceito de campo permitirá uma análise dessas interseções, mostrando como as disputas no campo educacional estavam conectadas às demandas políticas e sociais mais amplas.

Diante do exposto, os conceitos de campo e de capitais oferecem uma base teórica que vai me permitir não só mapear os agentes e suas disputas em torno do ensino de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense, mas também compreender as estruturas de poder que influenciaram a definição do currículo, a posição da

disciplina e os sentidos atribuídos a ela em diferentes momentos históricos. Isso será crucial para reconstruir a trajetória da disciplina em Sergipe e analisar como ela se articulou com projetos mais amplos de formação social e política, inseridos nas dinâmicas do campo educacional e suas interseções com outros campos sociais.

3 – A SOCIOLOGIA NO BRASIL

3.1 – OS PRIMEIROS REFERENCIAIS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Para entender o processo de inserção da Sociologia como disciplina no ensino escolar brasileiro, é fundamental examinar seu surgimento como uma área científica. A Sociologia não foi obra de um único autor, mas se consolidou a partir de contribuições de diversos pensadores ao longo do tempo. Entre eles, destaca-se Auguste Comte, que exerceu grande influência sobre reformas educacionais no Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. O interesse pela obra de Auguste Comte começou a emergir entre a intelectualidade brasileira, aparecendo em instituições como as faculdades de direito e escolas militares. Esse movimento marcou o início das primeiras tentativas de sistematizar e discutir o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, influenciando tanto a esfera política quanto a educacional (Meucci, 2000).

No século XIX, a Sociologia surgiu como resposta às transformações sociais desencadeadas pelas revoluções Francesa e Industrial na Europa. Os pensadores positivistas da época buscavam entender e resolver os desafios enfrentados pela sociedade diante das mudanças radicais. A Sociologia se tornou uma disciplina dedicada à análise das dinâmicas sociais e à restauração da ordem social. No entanto, a predominância do positivismo pode ter limitado as perspectivas de análise, privilegiando uma abordagem científica em detrimento de interpretações mais subjetivas. Assim, enquanto a Sociologia se mostrou crucial para compreender os problemas sociais da modernidade, também enfrentou desafios em oferecer respostas abrangentes e significativas para as questões emergentes.

Dentro da tradição positivista durkheimiana, a sociedade poderia ser compreendida da mesma forma que os fenômenos da natureza. Ele acreditava que os fatos sociais poderiam ser estudados através dos mesmos métodos científicos empregados nas ciências naturais. Em outras palavras, assim como os fenômenos físicos podiam ser explicados pelas “leis” naturais, seria plenamente possível se estabelecer “leis” que explicassem os fenômenos sociais e, conseqüentemente, encontrar remédios às patologias da sociedade (Búrigo e Silva, 2003, p. 129).

A inserção da Sociologia no Brasil seguiu um caminho distinto daquele observado em países europeus, como na França. No caso brasileiro, sua emergência ocorreu a partir de propostas advindas do meio político, com tentativas de implementação no campo educacional. Em 1882, Rui Barbosa foi um dos primeiros a propor a introdução da Sociologia no ensino secundário e nas faculdades de Direito. No entanto, sua iniciativa não obteve sucesso, principalmente devido à fragilidade da estrutura educacional do país naquela época. A ausência de um sistema educacional robusto impediu a efetiva incorporação da disciplina, e as propostas de Rui Barbosa acabaram não prosperando, resultando em um longo período de estagnação no que diz respeito ao ensino de Sociologia (Cigalle & Arriada, 2013).

Essa dificuldade de implementação é um traço peculiar da história educacional brasileira. Desde seus primórdios, a educação no Brasil raramente foi prioridade para os governantes, sendo tratada de maneira periférica e sem a devida importância como política pública. Ao longo dos séculos, as poucas iniciativas de reformulação educacional foram prejudicadas por uma série de fatores, como a criação tardia de um aparato burocrático estatal, a lenta abolição da escravatura, o desenvolvimento industrial tardio e desigual, e o poder do coronelismo em regiões interioranas. Essa combinação de fatores contribuiu para o cenário de desigualdade social e para a negligência em relação à educação, o que dificultou ainda mais a implantação de disciplinas inovadoras, como a Sociologia, nas escolas brasileiras.

A Sociologia no Brasil foi introduzida como uma "novidade" (Fernandes, 1980) intelectual, chegando ao país quase simultaneamente ao seu desenvolvimento na Europa. Sua recepção não foi marcada por um processo profundo de reflexão ou reelaboração autônoma. Em vez disso, o saber importado servia mais como um elemento de "ilustração", algo que conferia prestígio e erudição aos intelectuais e círculos letrados brasileiros da época. Esse caráter de "novidade" gerou algumas complicações no entendimento e uso do conceito de sociologia. O termo passou a ser utilizado precocemente, antes mesmo de haver uma clareza sobre o que constituía a disciplina e qual seria seu campo de atuação.

Nesse início, a Sociologia é explorada como um recurso parcial e numa perspectiva dependente de interpretação, esclarecendo certas relações, mediante a consideração de fatores sociais (terceiro quartel do século XIX). O uso do

pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira (primeiro quartel do século XX). Por fim, a preocupação de subordinar o lado intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático. Essa intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva, quanto nos ensaios de sistematização teórica (Fernandes, 1997).

Em relação à influência estrangeira sobre a Sociologia brasileira, duas correntes abordam a temática. Num primeiro modelo, seu desenvolvimento é caracterizado como constituído por pensamento exógeno, sem autenticidade e estreita correspondência com as circunstâncias particulares. Tal postura está presente em autores como Alberto Guerreiro Ramos. A Sociologia brasileira é caracterizada por este autor a partir de cinco traços: 1) simetria e sincretismo: quando os sociólogos adotam literalmente o que nos centros europeus e norte-americanos se apresentam como mais avançado e conciliam doutrinas que nos próprios países de origem são incompatíveis; 2) dogmatismo: justaposição de textos de autores prestigiosos; 3) dedutivismo: leitura pré-fabricada das teorias estrangeiras com escassa originalidade; 4) alienação: o sociólogo brasileiro assume atitude equivalente a do estrangeiro que nos interpreta; 5) inautenticidade: não há genuínas experiências cognitivas, não se evidencia construções teóricas (Ramos, 1995).

Maria Isaura Pereira de Queiroz questiona alguns postulados defendidos por Guerreiro Ramos no tocante a nossa Sociologia. Na sua interpretação, os estudos brasileiros de Ciências Sociais desenvolvidos desde 1840 não podem ser taxados de simples cópias mal ajustadas do que se fazia na Europa. Destaca ainda que os objetos de estudo e a ótica dos estudiosos não decorrem simplesmente da hegemonia cultural e do prestígio da civilização ocidental. A escolha do problema e da via para analisá-lo dependia de circunstâncias em que a própria vivência foi colocada aos pesquisadores e que foi dirigindo sua escolha no leque de teorias que o Velho Mundo lhes oferecia. Houve lugar para a criatividade. A condição de subordinação intelectual não impediu o aparecimento de estudos cuja originalidade se inscrevia no tipo de problema que lhes suscitava a curiosidade e na atitude desenvolvida em relação a ele, mostrando autonomia na escolha do objeto e das perspectivas para analisá-los (Queiroz, 1989).

O marco da constituição do pensamento sociológico é visto sobre diversos pontos de vistas pelos autores que buscaram identificar pensadores e obras fundadoras. Autores como Oracy Nogueira (1979-1981) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) situam o nascimento de um pensamento sociológico brasileiro a partir de 1840, enquanto Antônio Cândido (1960) aponta 1880 como a década em que se verifica tal processo. Em relação à primeira perspectiva, a publicação em 1842 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Arqueológico Brasileiro* (IHGB) do artigo de caráter etnográfico de José Joaquim Machado de Oliveira, intitulado “Paixão de Cristo entre os Guarani” seria o marco inicial. Antônio Cândido aponta as primeiras manifestações do que seria considerada Sociologia no Brasil as obras *Introdução à História da Literatura Brasileira* (1881) e *Ensaio de Filosofia do Direito* (1895) de Silvio Romero; *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas* (1881, 1887) de Tobias Barreto; *Ciência da História* (1895), *Estudos de Taxionomia Social* (1898) e *a Concepção Monística do Universo* (1894) de Fausto Cardoso.

Apesar das divergências em relação aos fundadores, alguns traços gerais podem ser indicados quanto aos precursores da Sociologia Brasileira. Entre 1840 e 1870 têm-se um período de estudos de Ciências Sociais caracterizado por se voltarem os estudiosos principalmente para análise dos costumes aborígenes. A motivação primordial era “conhecer como seriam os nossos antepassados”: o selvagem, considerado “a marca da brasilidade”. A partir de 1870, a sociedade e a cultura do país passavam a constituir o foco de atenção para os estudos que foram se avolumando com o correr do tempo e ainda hoje compõem o objeto preferencial dos cientistas sociais. Destacam-se nomes como Silvio Romero, Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Tais estudiosos se mostram marcados por um profundo preconceito racial e cultural, que se voltava principalmente contra o africano, cuja presença no cotidiano da sociedade brasileira era muito mais forte que a do indígena. A existência de uma identidade brasileira agora era posta em dúvida. Segundo Nogueira, o sentimento era de ambiguidade “em relação ao contexto que estavam inseridos: vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam” (Nogueira, 1978, p. 185).

No início do século XX persistem no pensamento sociológico brasileiro os preconceitos raciais e culturais, visíveis nos trabalhos dos intelectuais, com raras exceções. Entretanto, entre 1920 e 1930 a especificidade do ser brasileiro não só foi confirmada, mas plenamente proclamada, e se expressava justamente na mestiçagem racial e cultural. Essa deixava de ser o “pecado original” brasileiro e se tornava sua marca de fábrica, sua virtude máxima, em autores como Mário e Oswald de Andrade. Este pensamento antropofágico era capaz de absolver os grupos étnicos e sua cultura, como que deglutinando-os e organizando algo de diferente dos primitivos elementos.

O período dos *pensadores sociais no Brasil*, também conhecido como período pré-científico, corresponde ao tempo entre as lutas pela independência latino-americana e o início do século XX. Durante essa fase, o pensamento social brasileiro foi fortemente influenciado por correntes filosóficas e sociais europeias e norte-americanas, como o positivismo de Augusto Comte, o iluminismo francês e o social-darwinismo americano. Esses intelectuais buscavam soluções para dois grandes desafios: a construção do Estado nacional e a definição da identidade brasileira, com a questão racial no centro das discussões. Esse contexto refletia o esforço de adaptar teorias estrangeiras às especificidades do Brasil, com debates que oscilavam entre visões racistas, mais pluralistas e relativistas (Filho, 2005).

Três palavras devem ser invocadas para se entender a formação da *Sociologia Brasileira: Direito, Evolucionismo e Positivismo*, período classificado por Florestan Fernandes (1997) como de formação (1840-1930). Coube aos juristas, papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de difundir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio a maneira de ver as coisas.

Pelo que se vê, esta “Sociologia” era elaborada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Não se registra seu ensino, nem a consciência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente. A receptividade às ideias sociológicas no Brasil se deu pela perplexidade de uma elite letrada, preocupada com a identidade e o destino da sociedade brasileira.

Incluindo círculos da elite dominante, tal elite não se confundia com os mesmos, sendo sua maioria integrada por pessoas que viviam do exercício das profissões liberais, do magistério, da magistratura, da diplomacia, dos empregos burocráticos e das atividades políticas legislativas e executivas.

A vida intelectual brasileira irradiava nas academias de Direito, Medicina e Engenharia, naquilo que posteriormente foi chamado de “bacharelismo”, em que o volume e variedade das leituras, a atualidade com modismos intelectuais oriundos da Europa eram demonstrados através de exaustivas citações e supervalorização de questões de forma, sobrepondo-se à preocupação com contribuições novas e originais. A Sociologia brasileira formou-se sob o escudo do evolucionismo e recebe dele as preocupações e orientações fundamentais: obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça) e o geográfico (meio); a preocupação com as etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas. A expansão do positivismo no Brasil se deu pela Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. As principais contribuições positivistas consistiram na lei dos três estados, na classificação das ciências, no reforço ao cientificismo que vinha do enciclopedismo e na atitude antimetafísica a que correspondia uma ênfase nos problemas do momento. O estado atingido pela Europa era a meta a ser buscada pela sociedade brasileira (Barbosa & Lima, 2017).

Observa-se nesta fase a ausência de formação específica, a versatilidade intelectual, a preocupação em compreender a realidade social e política e nela influir e as interpretações que se baseavam em dados bibliográficos, históricos e secundários, na observação espontânea e na reflexão, sobrepondo-se a intuição ao formalismo metodológico. Por fim, evidencia-se preocupação na elaboração de uma “teoria geral do Brasil” do ponto de vista de uma evolução social e das características organizatórias, com acentuada preferência pelos aspectos políticos. Importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem política-administrativa. Isto se evidencia em autores como Manoel Bonfim, Alberto Torres e Oliveira Viana.

A década de 1930 inicia-se uma fase de consolidação (1930-1964), com a elaboração de uma Sociologia sistemática (Fernandes, 1997). Há uma evidente sistematização do ensino das ciências sociais através de cursos superiores. A

Sociologia penetra no universo secundário e superior. A partir das reformas educacionais de Fernando Azevedo (1927 e 1933) essa matéria de ensino é incluída nas escolas normais, nos cursos de aperfeiçoamento e complementares. Fundam-se os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, figurando a sociologia acadêmica ela entre as matérias, como destaque para: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da USP (1934) e a na Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro (1935).

A institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). As tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950 (Liedke Filho, 2008. p .382).

Além destes espaços acadêmicos, a contribuições sociológicas também se verificam em Recife (PE) na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Católica de Pernambuco; no Rio de Janeiro na Fundação Getúlio Vargas, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, na Pontifícia Universidade Católica, no Centro Latino- Americano de pesquisas em Ciências Sociais, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil e no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; em Salvador (BA) na Universidade Federal da Bahia; em Belo Horizonte (MG); Porto Alegre (RS); Florianópolis (SC); Curitiba (PR); Aracaju (SE) (Felte Bezerra) e Maceió (AL). Surgem também vários manuais e compêndios que permitem a divulgação científica e a ação sobre um público mais amplo.

A Sociologia começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de autores especializados. À necessidade de ser conhecer melhor a realidade social nacional para sobre ela se atuar de modo mais eficiente. Dentre os primeiros alunos, os engenheiros constituíam o maior contingente, seguindo-se dos advogados e médicos e pessoas com outras formações. Também são marcos deste período a publicação de alguns livros notáveis, de grande impacto sobre o pensamento brasileiro: *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freire (1933); *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1933) e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Este decênio pode ser considerado como de transição para a fase de consolidação iniciada em 1940, que evidencia a generalização da Sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria da pesquisa e da aplicação. Verifica-se também neste período a chegada de professores estrangeiros, levando-os a um confronto com um pensamento sociológico formado a cerca de um século, com as seguintes características: 1) o Brasil fora e continuava sendo o grande enigma a ser decifrado em seus aspectos sócio-antropológicos, étnicos e culturais; 2) a reflexão dos estudiosos se efetuava a partir de uma base empírica, cujos dados haviam sido diretamente coletados pelo pesquisador; 3) a pesquisa empírica era marcada por forte dose de participação; 4) a análise e interpretação eram orientados pelas teorias existentes (exterior) e pela realidade em sua dupla forma – tal qual existia fora do pesquisador e tal qual existia na experiência deste; 5) o ecletismo teórico era regra geral; 6) a escolha de teorias e correntes de pensamento obedeciam muito mais às injunções da realidade do que ao prestígio delas ou de um autor.

A partir de 1964 até a contemporaneidade temos a consolidação (1964), sobretudo com a emergência da pós-graduação em Sociologia. Nessa década está configurada a profissionalização sociológica. Entretanto, vale ressaltar que nossos primeiros(as) sociólogos(as) de formação na sua grande maioria possuíam também outros cursos superiores. A falta de expectativa profissional fazia com que os estudantes tivessem ou curso paralelo ou uma profissão definida. Os(as) primeiros(as) diplomados(as) geralmente se encaixavam no serviço público estadual, federal ou municipal, em autarquias, empresas privadas, órgãos “de classe”, enfim, onde descobrissem ou criassem uma oportunidade de emprego. O magistério também se constituía uma das principais frentes de trabalho nas próprias instituições formadoras e da rede de ensino normal. Apenas uma minoria se dispersava por atividades profissionais com vaga ou nenhuma relação específica com a formação obtida no curso.

Após 1964 os cursos de Ciências Sociais no Brasil sofreram o impacto de eventos e medidas que tenderiam a diminuir sua atratividade em relação aos jovens egressos do curso secundário e a tolher sua expansão: a desorganização de centros de ensino e pesquisa, pela prisão, demissão ou aposentadoria de especialistas; o veto do presidente Castelo Branco ao projeto de regulamentação da profissão;

modificações no *currículum* e no crédito de acesso ao magistério, nos cursos que contribuíam para o mercado de trabalhos dos concluintes. Tais efeitos foram parcialmente contrabalançados até princípios do decênio de 1970 pela ênfase dada às atividades de planejamento, em âmbito federal, estadual e municipal, em empresas de economia mista, em empresas privadas e órgãos “de classe” mais dinâmica. Nessas atividades de planejamento engajavam-se equipes multiprofissionais em que o sociólogo, geralmente, era incluído.

A construção do pensamento sociológico no Brasil é um processo dinâmico que se desenvolve em diálogo com o contexto histórico, cultural e político do país. Desde os primeiros esforços de sistematização do conhecimento sociológico, a disciplina dialoga com as especificidades da sociedade brasileira, marcada por desigualdades estruturais, uma diversidade cultural rica e um legado colonial que ainda impacta as relações sociais. A influência de pensadores europeus, tais como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, foi fundamental para a introdução de conceitos e metodologias que permitiram uma análise mais rigorosa da realidade social. Contudo, a emergência de uma identidade sociológica própria no Brasil também é atribuída a intelectuais que, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, buscaram interpretar a singularidade da sociedade brasileira e suas contradições.

3.2 - A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

A inclusão da disciplina de Sociologia no currículo escolar no Brasil tem raízes históricas que remontam ao século XX. No geral, a trajetória da disciplina de Sociologia na educação básica no Brasil espelha as mudanças nas prioridades educacionais, desempenhando um papel substancial na formação dos estudantes, ao incentivá-los a pensar criticamente sobre a sociedade em que vivem, compreender melhor os processos sociais e contribuir para a construção de uma cidadania informada.

A trajetória da Sociologia na Educação Básica no Brasil aponta para uma oscilação entre momentos de inclusão e exclusão nos currículos escolares, resultante de diferentes reformas educacionais e políticas governamentais ao longo do tempo, que podem ser divididas em diferentes etapas.

QUADRO 01 - O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Período/Ano	Evento/Processo
1882	Pareceres de Rui Barbosa propõem a inclusão da disciplina "Elementos de Sociologia e Direito Constitucional" nos cursos preparatórios e superiores, mas a reforma não foi implementada.
1890-1897	Reforma Benjamin Constant inclui Sociologia como disciplina obrigatória nos cursos preparatórios (6º e 7º anos do ensino secundário), mas não foi efetivamente posta em prática.
1925-1942	Reforma Rocha Vaz torna a Sociologia obrigatória no ensino secundário, sendo exigida também nos vestibulares. Reforma Francisco Campos (1931) reforça esse caráter obrigatório.
1942-1961	Reforma Capanema retira a Sociologia do currículo do ensino secundário, sendo mantida apenas como "Sociologia da Educação ou "Sociologia Educacional" nas Escolas Normais.
1961-1971	Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61, Sociologia passa a ser disciplina optativa no ensino secundário, podendo variar entre conteúdos humanísticos, científicos e técnico-profissionalizantes.
1971-1982	Reforma Jarbas Passarinho retira Sociologia do currículo obrigatório, substituída pela Organização Social e Política Brasileira (OSP). Preconceito e associações ao socialismo dificultaram a inclusão da disciplina.
1982-1986	Com a Lei nº 7.044/82, inicia-se a revogação da profissionalização compulsória no ensino médio, permitindo a reintegração gradual da Sociologia, especialmente em São Paulo, com a Resolução SE nº 236/83.
1985-1994	Cerca de 25% das escolas secundárias de São Paulo reintroduzem Sociologia. Em 1992, novas propostas curriculares são apresentadas, seguidas por concursos para docentes.
1996	Nova LDB (Lei 9.394/96) estabelece que, ao final do ensino médio, o estudante deve demonstrar conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.
1998-2000	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1998) limitam a obrigatoriedade da Sociologia, sugerindo um tratamento interdisciplinar dos conteúdos.
2000	Tentativas de tornar Sociologia obrigatória falham em nível federal e estadual, com vetos presidenciais e executivos a projetos de lei que visavam reintroduzi-la.
2008	Lei nº 11.684/08 torna Sociologia disciplina obrigatória nas três séries do ensino médio em todo o país.
2017	Reforma do Ensino Médio altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), retirando a obrigatoriedade explícita da Sociologia e criando incertezas sobre sua continuidade no currículo.
2020	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começa a ser implementada, impactando a forma como Sociologia é abordada no ensino médio.
2024	As escolas continuam adaptando seus currículos ao Novo Ensino Médio, com a disciplina de Sociologia integrando itinerários formativos ou sendo oferecida de forma complementar.

Quadro elaborado pela autora.

A disciplina de Sociologia teve sua primeira menção oficial em 1882, durante o Império, como parte de uma proposta de reestruturação educacional apresentada pelo deputado Rui Barbosa (1849-1923). Esse, um defensor de uma educação gratuita, obrigatória e laica, via na modernização do ensino uma estratégia essencial para o desenvolvimento do Brasil. Sua proposta se baseava em modelos educacionais mais avançados de países estrangeiros, com o objetivo de alinhar o sistema educacional brasileiro às práticas pedagógicas modernas. A inclusão da Sociologia no currículo era vista como uma ferramenta para capacitar os estudantes a compreenderem melhor a sociedade e seus mecanismos, permitindo uma formação mais crítica e cidadã (Wierczorkiewicz, 2022).

A proposta de Rui Barbosa, apresentada na década de 1870, é considerada pioneira para a inserção da Sociologia no ensino brasileiro. Ele sugeriu a inclusão da disciplina em três níveis educacionais: o ensino secundário, com "Elementos de sociologia e direito constitucional"; as escolas normais, com "Instrução moral e cívica" e noções de sociologia, direito e economia política; e nas faculdades de Direito, com uma disciplina dedicada à sociologia. Essa proposta se deu em um momento de crescente interesse pelo pensamento científico no Brasil, que estavam se expandindo na Europa. No entanto, a proposta não foi implementada, refletindo a dificuldade de estruturar a educação no país naquele período. A receptividade das ideias europeias no Brasil evidenciava a dependência cultural e intelectual do Brasil em relação aos centros estrangeiros de produção do conhecimento (Cigales, 2014).

Com a reforma educacional feita por Benjamin Constant em 1981, após a Proclamação da República (1889), a disciplina de Sociologia passou a ser lecionada nas escolas do Brasil, tomando por base o pensamento positivista de Augusto Comte (1798-1857). Por estarem passando por mudanças sociais, inclusive o fim da escravidão (1888), novos métodos para entender a realidade social foram apresentados por estudiosos brasileiros para a implantação das novas políticas educacionais, direcionadas à compreensão dos acontecimentos da época. Contudo, em 1901, a disciplina sai mais uma vez do currículo deixando mais uma vez de ser obrigatória no sistema de ensino brasileiro (Wierczorkiewicz, 2022).

Essa disciplina só irá voltar ao currículo no ano de 1925, através da Reforma Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925), tornando-a obrigatória nos anos finais do ensino secundário. O Ensino Secundário, segundo a Reforma

Rocha Vaz, era entendido como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreendendo um conjunto de estudos com a duração de 6 (seis) anos. No sexto ano, de acordo com essa reforma, era oferecida a disciplina de Sociologia, ocupando uma cadeira e ensinada mediante o número de horas, por semana, que fosse fixado no regimento interno. Ao estudante que fizesse o curso do sexto ano e fosse aprovado em todas as matérias que o constituem, era conferido o grau de bacharel em ciências e letras (Wierczorkiewicz, 2022).

No final dos anos 1930, com a Reforma Francisco Campos, a disciplina de Sociologia passa a ser ofertada apenas no 2º ano do ensino secundário. Por uma década (1931 a 1941), a disciplina era utilizada de forma obrigatória para os alunos que iriam prestar o exame para os cursos superiores, pois o conhecimento sociológico era exigido nas provas, não fazendo parte, portanto, da formação geral dos adolescentes, sendo usada para a preparação para o ingresso nas faculdades de medicina, direito, engenharia e para os alunos que optavam pelo curso normal.

A sociologia só irá ganhar o grau superior das escolas secundárias com a Reforma Campos, lei 19.890 de 1931, que criou os cursos preparatórios para as faculdades e colocou esta disciplina como obrigatória. Segundo Costa Pinto (1945, 25 e 26) a sociologia passou a ser fundamental para o ensino com a Revolução de 1930, porque segundo seus defensores, esta se encaixava ao espírito e aos princípios em nome dos quais a revolução ascendeu ao poder, era o símbolo de uma formação moderna, voltada para capacitar os futuros dirigentes de um país que se industrializava. Esse era em especial o "espírito" dos fundadores do primeiro curso superior de sociologia no Brasil, o da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Silva et al, 2020).

A Reforma de Capanema em 1942, através da Lei Nº 4.244 12, implementada no Governo de Getúlio Vargas, fez com que após 17 anos de permanência no currículo, a Sociologia deixa de ser obrigatória nos currículos dos cursos clássico e científico, os dois principais ramos do ensino secundário da época. A disciplina continuou apenas sendo ofertada no curso normal, mas com uma abordagem adaptada para o contexto da formação de professores primários, especialmente através dos componentes curriculares "Sociologia da Educação" ou "Sociologia Educacional" e nas faculdades de Ciências Social, Pedagogia e Filosofia, dando a mesma um caráter preparatório e não formativo. Na reforma Capanema, surge à primeira Lei de Diretrizes de Base (LDB 4.024/1961), a qual dividiu a educação em três níveis: primário, colegial e universitário. Existia uma

grande expectativa, por parte dos intelectuais da época, de que a Sociologia pudesse ser uma disciplina obrigatória, fato que não aconteceu (Garlet, 2022).

Na Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia passou a ser optativa e cabia aos estados à decisão de colocá-la ou não no currículo. Nesse período surgiram várias discussões acadêmicas, acerca da volta da disciplina enquanto obrigatória na educação básica. Florestan Fernandes (1920-1995) foi um dos intelectuais que se empenhou nessa discussão. Em 1954, ele apresenta a comunicação *O Ensino de Sociologia na escola secundária brasileira*, durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, onde defende a presença da Sociologia na escola secundária. O Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em 1954, representa um marco significativo na história intelectual e social do Brasil. Sua importância reside na consolidação da sociologia como disciplina acadêmica reconhecida e na ampliação do debate sobre questões sociais e políticas relevantes para o contexto nacional.

Em seu texto, Florestan Fernandes (1954) enfatiza a importância do ensino da sociologia na escola secundária como uma forma de capacitar os cidadãos a compreender e criticar os desafios da sociedade moderna. Ele defendia uma reflexão sociológica que estivesse intimamente ligada à construção de uma participação democrática efetiva nos rumos do desenvolvimento social. No entanto, suas ideias diferiam das correntes dominantes do nacional-desenvolvimentismo da época, que enfatizavam a autonomia da burguesia brasileira. Ao invés disso, Fernandes via um equilíbrio instável entre as classes sociais como essencial para a ampliação da participação democrática e a universalização dos direitos sociais e da cidadania. Suas reflexões sobre educação como processo social refletiam suas preocupações com o desenvolvimento educacional no Brasil e sua visão crítica e progressista sobre a sociedade brasileira como um todo.

Ao apresentar uma série de perguntas abertas e flexíveis, Fernandes demonstra sua preocupação em estimular um debate amplo e participativo que envolva os cientistas sociais e os cidadãos e políticos interessados no desenvolvimento da educação e da sociedade brasileira. As perguntas de Fernandes abordam aspectos essenciais do ensino da sociologia, desde suas funções na formação da personalidade até as implicações pedagógicas e estruturais necessárias para sua implementação efetiva. Ele questiona a importância da

sociologia no currículo escolar, a necessidade de uma concepção clara sobre como ensiná-la em diferentes níveis de ensino, os motivos para sua introdução no ensino secundário brasileiro e o potencial transformador que ela pode exercer no sistema educacional e na sociedade como um todo (Fernandes, 1954).

Ele levanta questões práticas e pedagógicas sobre como o ensino da sociologia pode ser integrado de maneira eficaz no contexto da escola secundária brasileira, considerando as condições estruturais e funcionais existentes. Suas indagações sobre a possibilidade de introduzir uma disciplina de "Elementos de Ciências Sociais" no ginásio, ou sobre a estruturação do ensino de disciplinas como psicologia, economia e sociologia no colégio, são exemplos claros dessa preocupação.

Florestan Fernandes não pretendia esgotar o debate sobre o ensino da sociologia na escola média brasileira, por isso ele finaliza seu texto com uma série de indagações que deveriam ser aprofundadas em discussões mais coletivas com outros cientistas sociais, cidadãos e políticos. O homem comum entrava diretamente em linha de conta, como um indivíduo livre, crítico e autônomo, devendo a sociologia auxiliar em suas decisões na vida pessoal e política. Por isso as perguntas propostas por Fernandes não sugeriam soluções rígidas, autoritárias e únicas, mas alternativas e flexíveis (Costa, 2013. p. 56).

No início da década de 1960, a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) marcou um avanço no sistema educacional brasileiro. No entanto, as mudanças propostas pela LDB não alteraram substancialmente a estrutura tradicional, mantendo a divisão entre os ciclos ginasial e colegial. Em relação à Sociologia, a LDB não previu sua reinserção no currículo do ensino secundário, mantendo a disciplina fora das escolas. Apesar disso, a LDB conferiu certa autonomia aos estados para definir disciplinas obrigatórias e optativas no ensino secundário. O Conselho Federal de Educação ficava responsável pela indicação das disciplinas obrigatórias, enquanto os Conselhos Estaduais decidiam sobre as disciplinas optativas. No entanto, a maior parte dos estados optou por manter apenas as disciplinas obrigatórias e complementares, alegando falta de recursos financeiros para contratar professores que pudessem lecionar as disciplinas optativas. Essa limitação orçamentária fez com que a inclusão da Sociologia nos currículos escolares permanecesse uma possibilidade distante, sem se concretizar de fato (Florêncio, 2011).

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foram impostas uma série de mudanças no sistema educacional com o objetivo de controlar o conteúdo ensinado nas escolas e promover uma visão ideológica alinhada com seu governo autoritário, o que acabou trazendo várias implicações para a permanência da Sociologia na educação básica brasileira. Além disso, houve uma intensa censura e repressão à liberdade acadêmica e de expressão. O regime militar procurou promover uma visão ideológica que reforçasse a sua ideia autoritária e anticomunista. Isso se traduziu em uma ênfase na educação moral e cívica em detrimento de disciplinas que pudessem estimular o pensamento crítico, como a Sociologia.

Por essa razão, a disciplina foi progressivamente excluída dos currículos escolares, especialmente após a Reforma do Ensino de 1971, conduzida pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Essa reforma substituiu a Sociologia por disciplinas mais alinhadas com os objetivos do regime, como a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, que visavam promover valores patrióticos e um sentimento de obediência à autoridade. A Sociologia era vista como uma ameaça à "segurança nacional", associada a uma ideia crítica que o governo buscava evitar, por seu potencial de incentivar reflexões sobre opressão e autoritarismo.

No período da ditadura militar, ocorreu mais uma reforma na LDB, a Lei nº 5.692/1971, denominada Reforma Jarbas Passarinho. Essa foi implementada no final da década de 1960 e início dos anos 1970 e teve o objetivo de reestruturar o sistema educacional brasileiro. A reforma visava centralizar o controle do sistema educacional nas mãos do governo federal, diminuindo a autonomia dos estados e municípios em relação à educação. Isso significava uma maior intervenção do governo central na definição de políticas educacionais. A reforma enfatizou a importância da educação técnica e profissionalizante, buscando preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Várias instituições de ensino técnico foram criadas durante esse período (Florêncio, 2011).

A reforma promoveu o ensino de moral e civismo nas escolas, alinhado com a ideologia do regime militar. Isso incluía a obrigatoriedade do Hino Nacional nas escolas e a valorização de símbolos nacionais. Duas disciplinas foram introduzidas no currículo escolar: Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política

Brasileira (OSPB). Essas tinham a função de promover valores e ideias consideradas alinhadas com o governo militar, resultando na ausência da Sociologia. Durante esse período, a Sociologia foi muitas vezes vista como uma disciplina suspeita de promover ideias subversivas. Como resultado, a disciplina teve uma redução significativa do espaço no currículo escolar, e em muitos casos, deixou de ser ensinada na Educação Básica. Após a caça às bruxas decretada pelo AI5, a disciplina foi retirada das grades curriculares dos cursos de nível médio, permanecendo apenas nos cursos de magistério (Silva et al, 2020).

Nesse período, muitos professores e intelectuais foram perseguidos, presos e torturados (Francisco de Oliveira, 1933-2019), demitidos de suas posições acadêmicas e até exilados para outros países por expressarem opiniões críticas ao regime, tais como o próprio Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Podemos destacar também a repressão à pesquisa em Ciências Sociais sobre raça e classe, durante a década de 1970, como uma modalidade de censura ao pensamento crítico e à sua discussão pública no Brasil, e como desdobramento histórico do racismo brasileiro (Trapp, 2021). Isso impactou a capacidade de discutir livremente temas sociais e políticos, incluindo a Sociologia, sobretudo nas escolas da Educação Básica.

O hiato que separa este período do processo paulatino de regresso desta disciplina aos currículos escolares, a partir dos anos de 1980 mostra-se emblemáticos. Há momentos democráticos, como aquele no qual é elaborada e aprovada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, seja na ditadura, possuindo em comum o fato de que a Sociologia como disciplina escolar permanecia ausente. Assim, ainda que seus conteúdos continuassem a ser ministrados de forma dispersa, pouco articulada e mesmo desconexa por meio de várias disciplinas escolares (SILVA, 2010), como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, como demonstra um exame mais acurado de seus manuais, permanece neles o caráter ideológico (Oliveira, 2013).

Com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do Brasil (1985), a Sociologia gradualmente recuperou seu espaço na Educação Básica. Com a promulgação da Constituição de 1988, a disciplina foi incluída como obrigatória no currículo do Ensino Secundário, promovendo a retomada da sua presença no sistema educacional. Dentre suas permanências e ausências no currículo escolar, os anos de 1980, marcaram seu retorno à escola secundária, associado ao período de redemocratização da sociedade brasileira. Surgiu nesse período sindicatos, associações comunitárias, partidos políticos, o que davam ênfase à educação como o principal meio para o entendimento dos direitos e deveres, fatores indispensáveis

para o exercício da cidadania, como era apregoado na época. No que cabe ao ensino, a Lei Federal no 7.044/1982 propôs o fim da obrigatoriedade da profissionalização no 2.º grau, o que possibilitou a inclusão da Sociologia no 2.º grau como disciplina optativa, ficando a escolha de cada escola inserir a disciplina em seu currículo escolar.

A reintrodução obrigatória da Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileiro ocorreu oficialmente em 2008, com a Lei Federal nº 11.684. No entanto, esse processo foi gradual, iniciando-se em 1984 e se estendendo até a oficialização. Entre 1984 e 1996, alguns estados brasileiros apresentaram indicativos legais para a presença da disciplina no currículo, embora sua oferta efetiva não tenha se consolidado em todas as escolas. Estados como São Paulo reintroduziram a Sociologia, mas posteriormente a excluíram ou não cumpriram as normativas de oferta. A Lei de 2008 teve um papel crucial ao garantir a presença concreta da Sociologia no Ensino Médio, resultado de longos debates e ações coletivas que, ao longo dos anos, incluíram discussões sobre a "desdisciplinarização" do currículo educacional brasileiro (Bodart, 2020).

Em 1996, por ocasião da tramitação na Câmara dos Deputados de um projeto de reforma do ensino, a inserção da Sociologia como disciplina passa a ser discutida. Nesse sentido, o deputado Padre Roque Zimmermann (PT/PR) começa a tramitar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei no 3.178/1997, que visa à alteração do art. 36 da LDB e lhe dá uma redação menos ambígua ao propor explicitamente que Filosofia e Sociologia fossem disciplinas obrigatórias no Ensino Médio. Esse projeto foi vetado totalmente pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2022) em 2001, veto surpreendente para presidente sociólogo *uspiano*. A justificativa pela não inclusão da disciplina estava relacionada a fatores como: um projeto que não era do interesse público, pois implicaria em custos maiores aos cofres públicos, além da falta de profissionais para atuarem na área. Vale ressaltar que, a sociologia em alguns momentos históricos não foi incluída nos currículos muito mais por não ter claro qual a contribuição desta disciplina no processo de formação de determinados projetos pedagógicos do que por questões puramente ideológicas. Ou seja, outros fatores condicionaram essa intermitência, em especial a formação de uma burocracia educacional responsável por administrar o currículo (Moraes, 2011).

A lei que alterou a LDB tornou a disciplina Sociologia obrigatória em todas as séries do Ensino Médio nas escolas públicas e privadas de todo o país. A partir da LDB-1996 (Lei nº 9.394) a disciplina de Sociologia a partir da noção de integração e articulação dos conhecimentos, ou seja, um processo contínuo de formação; proposta pedagógica elaborada e executada pelas escolas em questão, respeitando cada realidade e a participação dos docentes quando essa atividade for desenvolvida (RICARDO et al, 2019). Inaugura-se uma nova etapa nessa área do conhecimento. Inicialmente consolida uma diretriz já delineada pelo Conselho Nacional de Educação, em seu Parecer CNE/CEB Nº 38/2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio.

Na final da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em uma iniciativa do Ministério da Educação, são elaborados no Brasil como uma proposta pedagógica para orientar os currículos escolares. Os PCN surgiram como resposta à necessidade de orientações mais claras e unificadas para os currículos das escolas do país. O objetivo era oferecer diretrizes gerais para os sistemas de ensino, levando em consideração as diversidades regionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas. O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos (PCN, 1999, p.13).

Nos PCN Ensino Médio, a disciplina de Sociologia é incluída na parte destinada as Ciências Humanas e suas Tecnologias, no texto do documento é destacada a importância de considerar, no Ensino Médio, conhecimentos de disciplinas associadas às Ciências Humanas, além das tradicionais História,

Geografia, Sociologia e Filosofia. Aponta que disciplinas como Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia são cruciais para a formação cidadã, fornecendo conceitos e métodos fundamentais para compreender situações do cotidiano social, como questões legais e econômicas.

Chamamos a atenção para o fato de que, neste documento, ao desenvolvermos textos específicos voltados para os conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, habitualmente formalizados em disciplinas escolares, incluímos diversas alusões – explícitas ou não – a outros conhecimentos das Ciências Humanas que consideramos fundamentais para o Ensino Médio. Trata-se de referências a conhecimentos de Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Tais indicações não visam a propor à escola que explicita denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplinas. O objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas cinco disciplinas são indispensáveis à formação básica do cidadão, seja no que diz respeito aos principais conceitos e métodos com que operam, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social, tais como o pagamento de impostos ou o reconhecimento dos direitos expressos em disposições legais. Na perspectiva do exercício da cidadania, importa em muito o desenvolvimento das competências envolvidas na leitura e decodificação do “economês” e do “legalês” (PCN – EM, 2000, p.4).

O documento acaba por ressaltar a não intenção em criar disciplinas separadas para esses conhecimentos, mas sim integrá-los de forma transversal em atividades, projetos ou programas de estudo dentro das disciplinas já existentes. O que pode trazer uma interpretação ambígua, por parte dos estados, levando mais uma vez a incertezas sobre a inserção da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, podendo então favorecer a desvalorização ou mesmo a exclusão dessas disciplinas do currículo escolar, ao invés de promover sua presença e importância como áreas específicas de conhecimento.

O trecho dos PCN acima citado reforça uma das interpretações do artigo 36 da LDB de que não seria necessária a implementação da Sociologia e Filosofia como disciplinas específicas e obrigatórias do Ensino Médio apesar de serem consideradas “indispensáveis para a formação básica de cidadão” e para o desenvolvimento das competências envolvidas na leitura e decodificação do ‘economês’ e do ‘legalês’. Os próprios termos empregados - “economês” e “legalês” – indicam um tom de ironia e até menosprezo pelos conhecimentos das ciências humanas, como se estas fossem a mera transmissão de jargões. E desta forma, passíveis de serem “desenvolvidas” de maneira transversal nas disciplinas já existentes. (Casão et al, 2007)

Em 2006 o Ministro da Educação, Fernando Haddad, homologa o Parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional da Educação, que torna obrigatório o ensino da Sociologia no Ensino Médio, em escolas públicas e privadas no Brasil (Wieczorkiewicz et al, 2021). Mas, somente em 2009 a disciplina voltou a ser

obrigatória no Ensino Médio por força da Lei Federal nº 11.684/08, de 2 de Junho de 2008, sancionada pelo vice-presidente da República no exercício da presidência, José Alencar. A nova legislação alterou a Lei Federal 9.394/96 – que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação nacional¹⁵ – e determinou a obrigatoriedade da disciplina em todas as séries do Ensino Médio, tanto nas escolas da rede pública como da rede privada (Silva, 2008).

Aos poucos a presença da disciplina ganhava novamente espaço nas salas de aula ao fazer parte do processo formativo de estudantes do Ensino Médio, com o viés para a emancipação e a formação cidadã de indivíduos conscientes do exercício da sua cidadania para o convívio e o entendimento da sociedade. Além disso, a inclusão da disciplina no Ensino Médio contribuiu de maneira consistente para o desenvolvimento de um processo formativo que levava os estudantes – adolescentes, jovens e adultos – a pensar e a repensar sua realidade, seu estar no e com o mundo, ao lado da Filosofia, História e Geografia, dentre outras.

Nesse sentido, o Ensino da Sociologia objetiva formar estudantes que se mostrem capazes de compreender questões da vida cotidiana para além do senso comum, estimular a capacidade de reflexão, de raciocínio e de análise sobre a própria realidade e protagonizar mudanças no tempo histórico vivido. A inclusão da Sociologia no Ensino Médio constitui importante ferramenta, ao articular o fazer pedagógico da sala de aula com a formação dos estudantes, tornando-os autônomos para elaborar respostas coerentes às questões sociais que os envolvem, olhar a realidade a sua volta e se colocar eticamente frente às contradições da sociedade contemporânea (Silva, 2008).

O novo lugar que a disciplina passou a ocupar nos currículos do Ensino Médio colocou para as instituições de ensino superior, em especial para as IES públicas, novos desafios. De um lado, o desafio de aprofundar o processo de formação inicial de professores para essa área por meio de desenhos curriculares nos cursos de licenciatura em Sociologia que assegurem uma sólida formação teórica e interdisciplinar, fortemente articulada com as necessidades da escola e do nosso tempo na contemporaneidade. De outro, o desafio de responder à formação

¹⁵ Ver: BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=26.da%20economia%20e%20da%20clie%20ntela. Acesso em: 03 de out. de 2022. 15:02.

continuada dos professores que atuam nessa área, tendo em vista que parcela significativa deles não possui habilitação específica para o exercício do magistério em Sociologia. É caso de profissionais graduados em outras áreas e que são do quadro efetivo do magistério, que por vezes e por diferentes razões, são designados para ministrar Sociologia no Ensino Médio. Eles demandam por uma formação continuada que responda aos desafios postos pela práxis cotidiana do trabalho que desenvolvem (Silva, 2008).

3.3 - A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

A partir de 2017, a presença da Sociologia no currículo escolar voltou a ser um tema central nas discussões educacionais. A Reforma do Ensino Médio, implementada pela Lei nº 13.415/2017, suscitou preocupações significativas entre os professores de Sociologia, especialmente quanto à continuidade da disciplina no currículo, à carga horária e à aplicação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A exclusão da obrigatoriedade explícita da Sociologia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e sua substituição por termos como "estudos e práticas" trouxeram ainda mais ambiguidade à situação. Essa incerteza gera apreensão sobre o futuro da Sociologia no ensino básico e levanta questões sobre a efetividade do aprendizado, a valorização da disciplina e seu impacto na formação dos estudantes (Bodart, 2020).

A BNCC, homologada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), é uma proposta curricular que objetiva orientar as grades curriculares de todo país. Pactuando com os estados, a elaboração dessa base não ficou no cunho de responsabilidade do Ministério da Educação, e sim do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, assim como também das fundações econômicas, tais como a Fundação Lemann, que lidera outras fundações como, por exemplo, a Fundação Itaú" (Paiva, 2021, p. 09).

[...] os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas. [...] a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento as diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e a coletividade (BNCC, 2018, p. 567).

Na BNCC o espaço da disciplina de Sociologia localiza-se no tópico na "Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas" (Brasil, 2017, p.547). Assim como em outros documentos nacionais norteadores Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio e Orientações Curriculares Nacionais para

o Ensino Médio, a Sociologia continua dividindo espaço das suas competências sociológicas com outras competências da área de Filosofia, História, Antropologia, Política e Geografia. No citado documento, justifica-se que objetivo do Ensino de Sociologia seria desenvolver nos estudantes “a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (idem, p.561).

A nova proposta da BNCC dividiu o currículo em duas partes; um com conteúdo básico e outro mais flexível. A partir dessa diretriz curricular, adota-se a ideia de conteúdos itinerários, com os estudantes escolhendo as disciplinas, visando uma formação voltada ao mercado de trabalho. As aprendizagens (disciplinas) serão agrupadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); Língua Portuguesa e Matemática como itens obrigatórios durante os três anos de formação; contando também com itinerários formativos que possibilitam uma flexibilização curricular, dando brechas para não inserção da disciplina de Sociologia e Filosofia, por exemplo, uma vez que a mesma atualmente vive sua possível extinção dos processos de aprendizagem. Configura-se uma fragmentação do ensino, especialmente na área das humanidades (Ricardo et al, 2019):

Em virtude disso, a grande questão que preocupa na BNCC (2018) é que a Sociologia não irá se apresentar como uma disciplina sólida, mas diluída em disputa dos espaços com as demais disciplinas de Geografia, História e Filosofia. Sendo assim, como a disciplina de Sociologia terá o tempo necessário em sua atuação na formação dos alunos do Ensino Médio? Se mesmo com sua obrigatoriedade no Ensino Médio ainda não resta tempo e investimento para a mesma? Diferentemente do que se encontra nas Orientações Curriculares, a Sociologia é uma disciplina com maior visão e um pouco mais de notoriedade quando passa a ser tratada como uma disciplina que transforma e torna o jovem mais crítico (Ricardo et al, 2019, p. 3).

As questões supracitadas podem ser observadas a partir do Currículo de Sergipe, que seguem às diretrizes da BNCC:

As Ciências Humanas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, apresentam aprendizagens focadas no desenvolvimento das competências de identificar, analisar, comparar e interpretar ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Essas competências conduzem os estudantes a elaborar hipóteses, construir argumentos e atuar no mundo, lançando mão dos objetos de conhecimento dos componentes da área. No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) propõe o aprofundamento e

a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos. Nessa etapa, como a aprendizagem está centrada nas experiências dos jovens enquanto protagonistas, deve-se estimular uma leitura de mundo pautada numa visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana. Dessa forma, a BNCC da área de CHSA está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Essa empreitada pode ser operacionalizada a partir da problematização numa perspectiva teórica plural que afaste as interpretações dogmáticas e unilaterais da realidade social, e que contribua para um melhor entendimento da diversidade sociocultural. O entendimento da referida área nesta dimensão pluralista relaciona-se com as orientações e diretrizes que nortearam a construção dos documentos que estão propondo uma reorganização do Ensino Médio, destacando-se o compromisso com a formação da cidadania, que implica a compreensão da realidade econômica, social e política na qual o indivíduo está inserido, oferecendo, a partir da análise, condições que propiciem uma atuação transformadora. Em CHSA, quando colocamos em evidência a problematização, estamos nos referindo a uma prática pedagógica pautada na contextualização; ambas (problematização e contextualização) se complementam na construção do conhecimento filosófico, geográfico, histórico e sociológico; são saberes situados a partir do conhecimento elaborado com um dado recorte, sempre segundo alguém e em determinado contexto. Assim, num sentido mais amplo, politiza-se o conhecimento e permite-se que os estudantes promovam um diálogo entre si e com os conhecimentos historicamente construídos. Como uma das ferramentas para mobilizar esses saberes nas dimensões cognitiva e socioemocional, as metodologias ativas, mescladas com uma parte expositiva, se mostram como aliadas enquanto práticas pedagógicas estruturadas, de modo que os estudantes participem do seu processo de aprendizado, sejam estimulados a enfrentarem situações complexas e resolverem problemas práticos, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico por meio da autonomia, argumentação, responsabilidade, proatividade, colaboração, diálogo respeitoso, trabalho em equipe e independência (Santos & Soares, 2022, p. 127, grifo nosso).

Especificamente em relação à Sociologia, no Currículo de Sergipe a disciplina consta no item 3.4.4, com a seguinte redação:

A história da sociologia na educação básica no Brasil é marcada por uma trajetória intermitente, com momentos de permanência e ausência. Mais recentemente, nas décadas de 1980 e 1990 surgiu um movimento liderado por sociólogos ligados as várias entidades civis, associativas e sindicais em defesa do retorno da sociologia ao Ensino Médio brasileiro, que culminou com a homologação da Lei Federal no. 11.684, de 2 de junho de 2008, que incluiu a Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas de todo país, alterando o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei no. 9.394/1996).

Na década seguinte é promulgada a Lei n. 13.415/2017, que versa sobre o Novo Ensino Médio e a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e traz mudanças na LDB/1996.

Dentre essas mudanças, o art. 3º. Altera o art. 35 da LDB, que passa a vigorar com a inclusão do art. 35-A, que define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como o instrumento de (re)formulação dos currículos e

das propostas pedagógicas para a consecução de direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio e, em seu art.4º, altera o art. 36 da LDB, redefinindo a organização curricular do novo Ensino Médio, “[...] composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares [...]”, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas. Consoante com a legislação mencionada acima, que disciplina em seu no art. 3, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia no Ensino Médio, a Resolução CNE/CEB 3/2018 (atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) disciplina também o ensino da sociologia no art.11, parágrafo 4º, inciso VIII.

Desta maneira, a permanência da sociologia como componente curricular que garante o desenvolvimento dos direitos e objetivos de aprendizagem/competências e habilidades constantes na Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC representa o reconhecimento legal de sua importância no Ensino Médio, como também sua contribuição para a formação do estudante brasileiro, permitindo-o construir caminhos para a apropriação indagadora e crítica da realidade social, corroborando para sua formação integral, aqui entendida como “[...] processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida” (Resolução CNE/CEB 3/2018, art.6º. inciso I).

Para o cumprimento desse objetivo, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias de análise, construídas historicamente, utilizadas como fios condutores para possibilitar ao estudante analisar, comparar e compreender a dinâmica dos processos sociais, a saber:

Tempo e Espaço - Categorias indissociáveis que possibilitarão ao estudante compreender que o tempo não está restrito à dimensão cronológica e, o espaço, às suas representações cartográficas. Tempo e espaço passam a ser percebidos enquanto realidade subjetivamente apreendida, expressando diferentes significados de acordo com vivências entre diferentes espaços e diferentes sociedades.

Territórios e Fronteiras – Essas categorias na perspectiva sociológica deverão ampliar a compreensão do estudante que os territórios e as fronteiras não estão necessariamente circunscritos apenas ao espaço físico, mas também às dimensões culturais, simbólicas, identitárias e de saberes construídos historicamente pelos grupos humanos.

Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética- Essas categorias permitem ao estudante uma visão global do seu situar-se no mundo, para além de suas experiências e observações individuais na compreensão de temas coletivos, de sua própria cultura e dos sistemas culturais que perpassam a vida em sociedade.

O entendimento dessas questões individuais, culturais, sociais e ambientais, outorga um novo agir no mundo, pautado na ética, onde o respeito à alteridade e ao bem comum se realize no exercício da cidadania e do seu projeto de vida.

Política e Trabalho – ao elencar essas categorias de análise a Base Nacional Comum Curricular pretende que o estudante analise e compreenda a heterogeneidade de concepções políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais em disputa por agentes nacionais, transnacionais, regionais e locais em um mundo globalizado marcado pelo uso intensivo das Tecnologias e **Informação e Comunicação** (TIC), e assim possa se posicionar de maneira crítica diante de uma sociedade marcada por discursos múltiplos e transitórios.

Destarte, a educação escolar deverá estar voltada para a formação integral do estudante, sua consciência crítica individual e coletiva, seu projeto de vida, e sua responsabilidade na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva e sustentável (Santos & Soares, 2022, p. 143-144).

No dia 26 de abril de 2019, o então presidente Jair Bolsonaro confirmou que o Ministério da Educação estudava fazer cortes nos investimentos em cursos de humanas nas universidades, principalmente em filosofia e sociologia. Em publicação no *Twitter*, o presidente afirmou que os repasses serão destinados a projetos que ensinem os jovens "leitura, escrita e fazer conta", para que a sua formação "gere renda para a pessoa e bem-estar para a família". No dia anterior, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, já havia indicado que faria cortes nessa área. Assim como o presidente, ele sinalizou que alunos já matriculados não serão afetados. Como justificativa para a decisão, o ministro deu o exemplo do Japão, que reduziu as verbas dos cursos de ciências sociais e humanas em 2015: "O Japão, país muito mais rico que o Brasil, está tirando dinheiro público, do pagador de imposto, das faculdades que são tidas como para pessoas que já são muito ricas, ou de elite, como filosofia. Pode estudar filosofia? Pode, (mas) com dinheiro próprio. E o Japão reforça: esse dinheiro que iria para faculdades como filosofia, sociologia, se coloca em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina", disse (Disponível: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-sugere-reduzir-verba-para-cursos-de-filosofia-e-sociologia/>. Acesso em 06 nov. 2023)¹⁶.

Diante do exposto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, entidade representativa dos/as profissionais da educação básica do setor público brasileiro, REPUDIA de forma veemente as falas do ministro da educação Abraham Weintraub e do presidente Jair Bolsonaro que, desde o último dia 25 de abril, por meio das redes sociais, veem sugerir o fim do Ensino de Sociologia e filosofia no país. A estratégia é clara: asfixiar financeiramente a oferta dessas duas disciplinas no âmbito da educação superior. A preocupação da educação básica nesse debate é que medidas tacanhas e obtusas dessa natureza trarão claro rebatimento para a oferta dessas disciplinas no currículo do Ensino Médio brasileiro. Desde a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, em dezembro de 2018, a oferta de filosofia e sociologia nessa

¹⁶ Vale ressaltar que Sergipe tem um histórico diferente. A reforma não seria ruim para a nossa área, porque tivemos um aumento da carga horária de uma hora aula para duas e 14 atividades integradoras. Com a nova reforma em 2024, voltamos a ter apenas uma hora aula. Ou seja, a Sociologia aqui em Sergipe fica muito à mercê da equipe educacional do Estado.

etapa da educação básica já foi flexibilizada, retirando a obrigatoriedade de sua oferta para os jovens brasileiros. Agora, com a estratégia do governo tornada pública, de asfixiar financeiramente as instituições de ensino superior que ofertam essas disciplinas, em nome de atender demandas da população, o ciclo de ataques a uma educação emancipadora se avoluma (Disponível: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/mocoes/66719-mocao-de-repudio-a-tentativa-do-governo-bolsonaro-em-acabar-com-o-ensino-de-filosofia-e-sociologia-no-brasil>. Acesso em 06 nov. 2023).

A situação brevemente relatada nos remete aos *anos de chumbo* da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando as duas disciplinas foram banidas do currículo escolar brasileiro em 1971, durante a vigência do regime militar no Brasil, para serem substituídas por educação moral e cívica. Após quase 40 anos, a partir do Parecer nº 38/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), as disciplinas de filosofia e sociologia foram novamente incorporadas ao currículo do Ensino Médio, por meio da Lei Federal nº 11.684/2008 (Wierczorkiewicz, 2022).

Em 2018, várias entidades assinam uma nota Pública, pedindo a revogação da lei da reforma do Ensino Médio e que a proposta da BNCC seja retirada. São elas: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e Associação Nacional e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Esse debate travado até então no âmbito Federal, em 2019, passou para as esferas estaduais, onde os estados são responsáveis por criar e aprovar um novo currículo para o Ensino Médio, envolvendo a qualidade e a permanência do Ensino de Sociologia na educação básica (Garlet, 2022).

Em um artigo, o sociólogo Cristiano das Neves Bodart, elenca alguns motivos para a revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) implementada no Brasil representou um retrocesso educacional. Um desses argumentos é que a origem da reforma foi feita de forma autoritária, realizada por meio de Medida Provisória, excluindo o debate com entidades educacionais e representantes da sociedade civil. Aponta que a reforma sobrecarrega os professores, obrigando-os a lecionar disciplinas para as quais não foram capacitados, sem tempo para preparação adequada, o que resulta em deterioração na qualidade do ensino. Segundo o mesmo a reforma não exige formação específica

para os professores, o que desestimula a busca por aprimoramento e resulta na desvalorização do conhecimento na área de formação. Outro ponto é que a reforma reduziu disciplinas importantes em prol de conteúdos sem tradição pedagógica, impactando negativamente a qualidade do currículo. A reforma responsabiliza os estudantes por escolhas prematuras de itinerários formativos, colocando sobre eles a culpa por possíveis fracassos futuros baseadas em uma suposta liberdade de escolha dos estudantes (Bodart, 2023).

Diante de várias manifestações contrárias ao NEM durante o seu período de elaboração implementação, o Ministério da Educação (MEC), suspende a implementação do NEM e no período de 09 de março á 06 de julho de 2023 abriu consulta pública, com o intuito de avaliar e reestruturar a política nacional do Ensino Médio. Foram ouvidos, professores, alunos e gestores escolares, acerca da experiência vivenciada no processo de implementação do Novo Ensino Médio. De acordo com o MEC, o objetivo da consulta é “abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios para a tomada de decisão do Ministério da Educação acerca dos atos normativos que regulamentam o novo Ensino Médio”. (Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/governo-abre-consulta-publica-sobre-novo-ensino-medio>. Acesso 24 Nov. 2023).

Após consulta pública, o então Ministro da Educação, Camilo Santana, encaminhou, em outubro de 2023, a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de Ensino Médio. Projeto de Lei 5230/23, proposto pelo governo federal, redefine a Política Nacional de Ensino Médio no Brasil. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, é uma alternativa à reforma do Ensino Médio de 2017. Dentre as mudanças proposta, destaca-se no § 2º A formação geral básica terá, no mínimo, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas no Ensino Médio e assegurará que, a partir das quatro áreas do conhecimento previstas nos incisos do caput deste artigo, sejam ofertados os seguintes componentes curriculares: I - língua portuguesa e suas literaturas; II - língua inglesa; III - língua espanhola; IV - arte, em suas múltiplas linguagens e expressões; V - educação física; VI - matemática; VII - história, geografia,

sociologia e filosofia; e VIII - física, química e biologia¹⁷. Esse debate na esfera educacional em torno do “Novo Ensino Médio”, sobretudo em relação ao Ensino de Sociologia, também será abordado nesta pesquisa.

Após intensas discussões e mobilizações por sua revogação, a recente reforma do Novo Ensino Médio (NEM), sancionada pela Lei 14.945 de 2024, introduziu alterações significativas na estrutura do ensino médio no Brasil, impactando diretamente disciplinas como a Sociologia. Uma das principais alterações é a definição da carga horária mínima anual, que permanece em 800 horas para o ensino fundamental e 1.000 horas para o ensino médio, distribuídas ao longo de, no mínimo, 200 dias letivos. Além disso, está prevista uma ampliação progressiva dessa carga horária para 1.400 horas, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação. A nova legislação estabelece que o currículo do ensino médio seja composto por formação geral básica e itinerários formativos, permitindo maior flexibilidade e personalização no aprendizado. As instituições de ensino têm a responsabilidade de estruturar suas propostas pedagógicas considerando elementos fundamentais, como a promoção de metodologias investigativas, a conexão do ensino com a vida comunitária e social, o reconhecimento do trabalho como componente formativo e a articulação entre diferentes áreas do conhecimento.¹⁸

Além disso, a possibilidade de não obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia, Filosofia e Artes pode agravar a situação, comprometendo a formação integral dos alunos e reduzindo o tempo dedicado a conteúdos essenciais para a construção de uma consciência crítica e cidadã. A carga horária dedicada a essas disciplinas pode ser afetada, uma vez que sua oferta depende do planejamento pedagógico de cada instituição e das escolhas dos alunos dentro dos itinerários formativos. Isso pode resultar em uma diminuição da ênfase em áreas que promovem o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. Portanto, embora a nova legislação ofereça oportunidades para uma educação mais diversificada e adaptada às necessidades locais, é indispensável que as instituições assegurem a

¹⁷ Disponível: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2351731. Acesso em 08 nov. 2023. 11h.

¹⁸ Ver [LEI Nº 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024 - LEI Nº 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional](#)

presença dessas disciplinas em seus currículos, a fim de garantir uma formação completa e reflexiva para os jovens.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a introdução dos itinerários formativos têm gerado preocupações relevantes em relação à diminuição da carga horária de disciplinas essenciais, como Sociologia, Filosofia e Artes. Essa redução pode impactar negativamente o processo de ensino-aprendizagem, especialmente nas escolas públicas, que já enfrentam dificuldades no acesso a uma formação ampla e diversificada. O menor tempo dedicado a essas áreas do conhecimento contribui para o esvaziamento de conteúdos fundamentais, comprometendo a formação crítica e cidadã dos estudantes. Além disso, a nova legislação não exige que todas as escolas ofereçam todos os eixos formativos, o que pode levar instituições, principalmente as públicas, a priorizar itinerários que não contemplam disciplinas vitais para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, como a Sociologia. Essa tendência de desvalorização das Ciências Humanas é um fenômeno mais amplo de sucateamento da educação pública, onde a formação integral dos alunos está em risco. Assim, é imperativo que se reconheça a importância dessas disciplinas na formação dos jovens, assegurando um currículo que favoreça a reflexão crítica e a cidadania ativa, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Rêgo et al, 2024).

Ao contrário do período de 2008-2017, marcado pela obrigatoriedade da disciplina da Sociologia no currículo nacional, o presente momento é de incertezas e ameaças, gerando uma grande indefinição sobre o lugar da disciplina no contexto da reforma educacional, sua carga horária, em caso de presença, ausência ou opcional, depende de cada estado. Diante disso, a disciplina de Sociologia vive em constante incerteza sobre sua permanência nos currículos escolares do Ensino Médio, sendo a questão muito discutida e debatida entre os professores de Sociologia e demais pesquisadores dentro da educação brasileira (Wieczorkiewicz et al, 2021).

A trajetória da disciplina de Sociologia no Brasil, desde sua introdução no final do século XIX até as mais recentes mudanças no currículo do Ensino Médio, revela um percurso repleto de avanços e retrocessos, refletindo as tensões entre a busca por uma formação crítica e a realidade das políticas educacionais. No entanto, as recentes reformas educacionais, especialmente a do Novo Ensino Médio, suscitando a desdisciplinarização e a incerteza quanto à obrigatoriedade da

Sociologia, nos fazem refletir sobre o futuro da disciplina em no Brasil e em Sergipe e suas implicações para a formação dos estudantes.

O período entre 1925 e 1942 em Sergipe, em particular, destaca-se como um momento crucial em que a Sociologia foi integrada ao currículo do Ensino Secundário, impulsionada por um contexto de mudanças sociais e políticas que exigiam uma formação mais cidadã e crítica dos alunos. Assim, a análise da Sociologia em Sergipe nesse período se torna uma investigação histórica e a necessidade urgente de resgatar a importância dessa disciplina na construção de um pensamento crítico e reflexivo, para o enfrentamento dos desafios contemporâneos na educação.

4 – O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO ATHENEU SERGIPENSE

4.1 – OS PRIMEIROS CONTEÚDOS DE SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DO ATHENEU SERGIPENSE

De certo modo, a presença do ensino de Sociologia na Educação em Sergipe está vinculada aos sentidos do campo sociológico (Bourdieu, 1998). Embora essa inclusão não tenha sido prontamente efetivada em todas as instâncias educacionais, a presença dos conteúdos sociológicos no Atheneu Sergipense indica a relevância atribuída aos debates intelectuais e à reflexão sobre a ordem social. De acordo com primeiras pesquisas que se debruçaram sobre esse início da Sociologia, enquanto disciplina na educação básica em Sergipe, ela não teria sido estabelecida como uma disciplina isolada, mas integrada a uma cadeira mais ampla que abordava também moralidade, economia, política e direito pátrio (Alves & Costa, 2006).

Em 1855, o presidente da província de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, idealizou o Liceu de Aracaju para a nova capital, mas, após sua morte, as obras foram interrompidas, e o prédio inacabado foi destinado à cadeia pública, já que a população da capital era considerada pequena para justificar a instituição. Em 1862, o Dr. Guilherme Rabelo inaugurou o Liceu Sergipense em Aracaju, inspirado no modelo do Colégio Pedro II, oferecendo disciplinas como Latim, Francês, Inglês e Aritmética. No entanto, o projeto encontrou dificuldades devido à falta de recursos e à ausência de comprometimento dos professores, que haviam prometido lecionar sem remuneração, mas foram se afastando. Sem apoio do governo provincial, que

não forneceu os recursos prometidos, o Liceu foi fechado em 1864. Somente em 1871, sob a liderança do Dr. Manoel Luís Azevedo D'Araújo, a educação em Sergipe passou por uma reorganização, e o Atheneu Sergipense foi criado oficialmente como instituição pública de ensino secundário, com cursos de humanidades e formação normal para professores (Santos & Santos, 2013).

Desde sua fundação em 1871, o Atheneu Sergipense é uma das instituições educacionais mais tradicionais do estado de Sergipe, ela foi estabelecida como uma resposta às necessidades educacionais da época, visando fornecer uma instrução secundária de qualidade para os jovens sergipanos. Ao longo de sua história, passou por várias mudanças, tanto em termos de denominação quanto de estrutura e oferta de cursos. O nascimento do Atheneu Sergipense foi saudado como um marco de progresso e emancipação intelectual para o Sergipe. Surgiu da necessidade de oferecer uma educação secundária de qualidade, anteriormente limitada aos centros urbanos mais desenvolvidos.

Indubitavelmente, o evento cultural mais importante na década de 1870, na Província de Sergipe, foi a criação do Atheneu Sergipense. Governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior (2 de dezembro de 1869 a 11 de maio de 1871), que, movido por pensamentos reformistas, inovou o sistema da instrução pública⁵⁰ (cf. Araújo, 1966). Manuel Luiz Azevedo d'Araújo desempenhava o cargo de Inspetor Geral da Instrução, organizando então o ensino público sergipano e elaborando o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, assinado em 24 de Outubro de 1870.⁵¹ Dois problemas que vinham desafiando os governantes desde a década de 1830 foram resolvidos: a centralização das aulas de Humanidades e a criação do Curso Normal (Alves, 2005, p. 41).

A história do ensino de Sociologia em Sergipe está profundamente entrelaçada com a reorganização do sistema educacional, particularmente no contexto do Atheneu Sergipense. Em 18 de agosto de 1892, o presidente José Calazans promulgou a lei n. 35, estabelecendo uma nova estrutura para a educação pública, que incluía uma grade curricular diversificada no Atheneu. Entre as 12 disciplinas ofertadas, destacava-se a cadeira de “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”, que ocupava uma posição significativa no 6º e último ano do curso de humanidades.

No entanto, em Sergipe, a Sociologia não é introduzida como disciplina específica. Pelo contrário, a cadeira que se institui no Atheneu Sergipense no século XIX foi intitulada de “Sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”. Como veremos adiante, os conteúdos dessa disciplina voltam-se para a civilidade, a moralidade, o respeito à ordem, o civismo, a responsabilidade moral, a política-social, a formas de governo, a importância da família e do Estado, além de muitas noções de direito, ou seja, pautam-se nas ideias da ciência positivista, principalmente na

instauração da razão para a busca da ordem social (Alves & Costa, 2006. p. 35).

De acordo com Alves e Costa (2006) o currículo da disciplina abordava temas como Sociologia, moral, economia política e direito pátrio, refletindo uma preocupação com a formação cívica e moral dos alunos. As mudanças nos programas e na organização das aulas ao longo dos anos demonstram uma constante adaptação às exigências educacionais e legislativas. A presença de professores dedicados a disciplinas relacionadas à moral e cidadania reforça a importância atribuída a esses aspectos na formação dos jovens. A Sociologia emerge como uma disciplina obrigatória para a compreensão dos fenômenos sociais, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e cívico dos alunos do Atheneu Sergipense.

A análise do currículo da cadeira de Sociologia e Moral no Atheneu Sergipense também revela a fluidez entre as disciplinas. À medida que a nomenclatura evoluiu para “lógica e noções de direito; moral e instrução cívica” em 1912, o conteúdo da Sociologia poderia, portanto, estar implícito em outras disciplinas, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada ao ensino. Essa abordagem multidisciplinar refletia a influência do pensamento positivista, que buscava estabelecer a razão como fundamento para a compreensão e a manutenção da ordem social. A escola secundária brasileira, por sua vez, se consolidou como um espaço de preparação para os cursos superiores e de reprodução da cultura de elite, com o Colégio Pedro II servindo como modelo para os estabelecimentos secundários em todo o país. Esse cenário evidencia a busca por uma educação mais abrangente e adaptada às demandas da modernidade e a influência de intelectuais locais, como Tobias Barreto e Sílvio Romero, na configuração do pensamento educacional e sociológico no Brasil do século XIX (Alves & Costa, 2006).

A cadeira de “Sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”, oferecida no Atheneu Sergipense, destaca-se como uma componente curricular de relevância significativa para a formação cívica e moral dos alunos. Com uma carga horária de cinco horas semanais, distribuídas ao longo de terças, quartas, quintas, sextas e sábados, essa disciplina apresentava uma estrutura que buscava transmitir conteúdos teóricos e fomentar a reflexão crítica sobre as relações sociais e a ética cívica. A diferenciação na carga horária das disciplinas, onde a Sociologia se

apresentava com uma carga superior a outras matérias, como Português e História de Sergipe, sugere um reconhecimento da importância dessa área do conhecimento, no contexto da época, marcado pela transição política e social do Brasil.

Ao colocar a Sociologia no último ano do curso de humanidades, a legislação sugere que a disciplina era vista mais como uma preparação para os exames finais do que como um espaço para a construção de uma consciência crítica. Esse posicionamento pode ser interpretado como uma forma de legitimação da Sociologia dentro de um currículo que privilegiava uma educação voltada para o mercado e para a cidadania conforme definida pelas elites. Assim, a escolha dos conteúdos e a sua alocação dentro do currículo são indícios das tensões entre o conhecimento formal e as demandas sociais e culturais que permeavam a sociedade sergipana do século XIX.

A preocupação em Sergipe, como em outras províncias do Brasil no século XIX, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames preparatórios para o ingresso nas Academias do Império, de modo que seus filhos não mais necessitassem sair dos limites do seu “torrão natal” nas palavras de um relatório do período – para estudar em outros locais. Com esse objetivo e após anteriores tentativas, foi criado (pelo Regulamento orgânico da instrução pública de 24 de outubro de 1870, assinado pelo presidente da província de Sergipe, o coronel Francisco José Cardoso Júnior) o Atheneu Sergipense, oferecendo os cursos de humanidades com quatro anos de duração e o curso normal com dois anos (Alves & Costa, 2006, p. 36).

Uma interpretação significativa para a alocação de Sociologia e Moral no último ano do curso remete aos exames preparatórios, instituídos no século XIX. A ênfase nos conteúdos exigidos por esses exames permitia aos alunos focar nas disciplinas que efetivamente contribuiriam para sua aprovação, destacando a relevância prática da Sociologia no contexto educacional. O professor Francisco Monteiro Filho, responsável pela cadeira de Moral e Instrução Cívica, utilizou o Dicionário Universal de Educação Cívica de E. M. Compagne para esclarecer o conceito de programa. Para ele, o programa poderia ser entendido tanto como uma listagem de conteúdos quanto como uma exposição detalhada do desenvolvimento das disciplinas. Essa visão reforça a importância de um currículo que informe e promova o debate crítico e a análise dos conteúdos abordados. As aulas não se limitavam a questões teóricas, mas abordavam a moral, a ética cívica, e as noções de direito, fundamentais para a consolidação da organização social republicana.

A discussão sobre o que constitui o currículo é um tema que permeia as reflexões pedagógicas e sociológicas. O conceito de currículo não é um termo neutro; ao contrário, ele carrega consigo uma carga de significados, valores e ideologias que refletem a sociedade na qual está inserido. É necessário reconhecer que a pluralidade de definições de currículo — que podem oscilar entre um mero programa de disciplina e uma abordagem mais ampla que engloba diversas atividades educativas — evidencia a necessidade de uma análise crítica sobre suas implicações sociais. Ao analisar o conteúdo da disciplina de Sociologia, é crucial observar quais visões são priorizadas. Se o currículo se concentra em uma visão conservadora que enfatiza a moral e a cidadania em detrimento de uma análise crítica da realidade social, a educação pode, inadvertidamente, reforçar o status quo, em vez de promover mudanças sociais (Malta, 2013).

A inclusão da disciplina de Sociologia no Atheneu Sergipense incide a uma mudança no sistema educacional da época e a preocupação em fornecer aos estudantes uma formação abrangente que os preparasse para os desafios da vida social e acadêmica. No início de outubro de 1911, Leonardo Gomes de Carvalho Leite¹⁹ ingressou na Congregação do Atheneu Sergipense, apresentando um programa abrangente de "moral, educação cívica e noções de direito", omitindo o termo "Sociologia". Este programa, focado em direito, moralidade, civismo e organização do Estado, destacou a importância da Sociologia ao abordar princípios fundamentais para a consolidação da ordem social republicana. Em 1912, a disciplina passou a ser chamada de "lógica e noções de direito; moral e instrução cívica". A integração da lógica com o estudo do direito seguia a metodologia de Sílvio Romero, priorizando os processos indutivos e dedutivos.

Assim, com esse amplo programa abordando temas do direito, da moral, do civismo, do Estado com maior ênfase e destaque, é mantido o espaço para a dedicação ao estudo do indivíduo e das relações sociais. A explicação oferecida por Santos (2004) aponta para o fato de que os conteúdos da cadeira de Sociologia estariam voltados para os princípios que regulavam o comportamento racional e científico necessários para a consolidação da organização social republicana. Por isso, a disciplina mesclava-se de conteúdos que enfatizavam a moral, o respeito, a pátria, elementos de economia política (produção de riquezas, trabalho, consumo, capital, impostos e orçamento), noções de direito pátrio (organização política,

¹⁹ O bacharel Leonardo Gomes de Carvalho Leite foi professor do Atheneu Sergipense nas cadeiras de Geografia Geral, Corografia e Noções de Cosmografia (1911), Moral e Educação Cívica e Noções de Direito (1912), Noções de Sociologia e Direito Usual (1923), Instrução Moral e Cívica (1925 e 1926). (SOUZA, 2016).

administrativa, judicial e econômica do Brasil, direito civil e direito comercial) (Alves & Costa, 2006, p. 43).

Para o pensamento da época, o estudo da lógica, conforme defendido por Sílvia Romero, seguia a marcha natural do pensamento humano, da indução para a dedução. Embora a legislação exigisse a apresentação dos programas das disciplinas, registros específicos da cadeira de Sociologia não foram encontrados em algumas ocasiões, como em 1916. Com o regulamento de 1921, os cursos foram reestruturados, com a suspensão de alguns e a unificação de cadeiras. A cadeira de educação moral e cívica foi retomada em 1925, enquanto novas cadeiras, incluindo Sociologia, foram criadas, exigindo concursos detalhados para os professores conforme estabelecido pelo decreto de 1925.

O estudo da lógica, “a doutrina geral dos métodos e a teoria geral da ciência” (Romero, 1901, p. 201), pelo programa exposto, é feito em conjunto com o estudo do direito. Defendia Sílvia Romero que o estudo devia seguir a marcha natural do espírito humano, estudar os processos indutivos e depois os processos dedutivos, isto é, do concreto para o abstrato (Romero, 1901, p. 216) (Alves & Costa, 2006, p.44-45).

A escolha de temas abordados nas disciplinas escolares é um processo profundamente influenciado por fatores sociais, culturais e políticos. A Sociologia do Currículo nos ajuda a compreender que o currículo não é um conjunto neutro de conteúdos, mas sim uma construção social que reflete as relações de poder em uma sociedade. Portanto, os temas selecionados para serem ensinados nas disciplinas escolares não são aleatórios, mas sim resultado de disputas simbólicas entre diferentes grupos sociais que competem pelo controle sobre o conhecimento legitimado pela escola.

O currículo oficial tende a privilegiar determinados saberes e exclui outros, perpetuando as desigualdades sociais e culturais. Por exemplo, conhecimentos produzidos por grupos dominantes, como as elites econômicas e políticas, costumam ser mais valorizados e ocupam um lugar central nos currículos, enquanto as vozes de grupos historicamente marginalizados, como minorias raciais, de gênero ou de classe, frequentemente ficam à margem. Isso pode ser visto, por exemplo, na escolha de temas históricos ou literários que enfatizam uma visão eurocêntrica ou ocidentalizada, em detrimento de contribuições de outras culturas.

O currículo tem uma especificidade muito particular. Todos os que dele participam e todos os que têm ingerência sobre o currículo, não o fazem de maneira neutra. Trata-se de uma área impregnada de valores, forças, interesses e necessidades e exige, para uma definição mais exata, a

explicitação de um quadro de referência filosófica, histórica, política (Malta, 2013, p. 342).

4.3 – A REFORMA DE ROCHA VAZ (1925)

A década de 1920 no Brasil foi marcada por um processo de transformação política e social, com a emergência de uma sociedade mais urbana e o crescimento das demandas por uma educação moderna e científica. No Brasil, o ensino secundário era visto como um meio de formação das elites e preparação para o ingresso no ensino superior. No entanto, o sistema educacional brasileiro, em geral, era excludente, e o analfabetismo era uma questão crítica em muitas regiões, inclusive em Sergipe. O país estava em um processo de urbanização e industrialização, embora ainda dependesse fortemente da economia agrícola.

O sistema educacional, no entanto, ainda era deficitário, especialmente no ensino básico e secundário. As altas taxas de analfabetismo eram um problema generalizado, e a educação era amplamente inacessível para as camadas populares. Nesse contexto, havia uma crescente demanda por reformas que modernizassem a educação, tornando-a mais inclusiva e adequada às necessidades de um país que começava a transitar de uma sociedade agrária para uma industrial.

Chegava ao Brasil, na década de 1920, o eco das grandes reformas educacionais adaptadas ao novo mundo emerso dos abalos profundos da guerra... O Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e Superior em 1922, a fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924 e os amplos debates travados na Imprensa e no Parlamento sobre a realidade educacional brasileira traduziam a ânsia de renovação dominante... Percebiam os dirigentes que não era possível continuar a omissão do Estado ante a gravidade do problema educacional (Nunes, 2008, p. 254-255).

Em Sergipe, esse movimento de modernização educacional foi particularmente evidente nas reformas implantadas pelo governo estadual, que procuravam alinhar o sistema de ensino local com as novas exigências da sociedade moderna. Entre essas mudanças, destacava-se a introdução de disciplinas voltadas para o entendimento das dinâmicas sociais, como a Sociologia, que, embora ainda incipiente, passou a fazer parte do currículo escolar em algumas instituições, como o Atheneu Sergipense. O Atheneu, considerado um dos principais centros educacionais de Sergipe, experimentou uma série de reformas em seu currículo que refletiam o espírito da época.

Graccho Cardoso foi uma figura indispensável para o desenvolvimento de Sergipe, especialmente no campo educacional, durante o início do século XX. Nascido em 1874, em Propriá, Sergipe, Graccho Cardoso se destacou por sua atuação como educador, político e intelectual, sendo um dos expoentes do pensamento moderno sobre a educação no estado. Sua importância reside no fato de que ele não apenas pensou em modelos educacionais inovadores para a época, mas também colocou em prática iniciativas que impactaram o sistema educacional sergipano, em um contexto social e político marcado por grandes transformações (Nunes, 2008).

A história da educação em Sergipe, conforme retratada pela professora, Maria Thétis Nunes em seu livro “História da Educação em Sergipe” (2008), revela um processo marcado por transformações estruturais, políticas e culturais, que acompanharam o desenvolvimento do estado. Desde o período colonial até as primeiras décadas do século XX, o sistema educacional sergipano passou por fases de adaptação aos contextos sociopolíticos brasileiros, especialmente no que tange às mudanças curriculares e à criação de novas instituições de ensino.

Um marco relevante na história da educação em Sergipe foi a fundação de escolas de instrução pública durante o período imperial, em meio a debates sobre a necessidade de qualificar professores e instituir um currículo que atendesse às demandas de um país que buscava sua modernização. No entanto, Thétis Nunes (2008) destaca que a implantação de políticas educacionais enfrentou desafios relacionados à escassez de recursos, falta de formação adequada dos docentes e as disparidades regionais que impactavam a oferta de ensino no interior do estado.

As disciplinas tradicionais, como Português, Aritmética e História, passaram a coexistir com novos campos de estudo que buscavam preparar os estudantes para os desafios da vida moderna, tais como a Educação Moral e Cívica, além de um enfoque mais prático em matérias como Higiene, Agricultura e Trabalhos Manuais. A inclusão da Sociologia nos currículos fazia parte desse esforço para introduzir temas que ajudassem os alunos a entender e a questionar as estruturas sociais em transformação (Nunes, 2008).

Contudo, a falta de formação adequada dos professores e as dificuldades estruturais do sistema educacional sergipano da época impediram que essas reformas alcançassem plenamente seus objetivos. O ensino de Sociologia, assim

como outras inovações curriculares, permaneceu muitas vezes restrito às elites educacionais, enquanto grande parte da população estudantil ainda enfrentava um sistema tradicional e pouco adaptado às realidades locais. Mesmo assim, o esforço de modernização do Atheneu Sergipense durante as décadas de 1920 e 1930 demonstrava o desejo de colocar Sergipe em sintonia com as grandes discussões educacionais que aconteciam no Brasil e no mundo.

Para o ensino secundário se vão voltar as atenções do Presidente, sendo a precária situação do Atheneu uma de suas preocupações imediatas. Por ela, responsabilizava a deficiência do prédio onde funcionavam as aulas, a baixa remuneração do professor e, sobretudo, a permanência dos exames parcelados... (Nunes, 2008, p. 258).

As primeiras tentativas de implementação da Sociologia como disciplina escolar no Brasil e em Sergipe, embora não tenham alcançado sucesso imediato, foram fundamentais para iniciar debates sobre sua relevância no contexto educacional. Os Pareceres de Rui Barbosa e a Reforma de Benjamin Constant trouxeram a Sociologia à tona, conferindo-lhe certa visibilidade e impondo-a nas discussões pedagógicas, mesmo que de forma breve. Embora a disciplina não tenha se consolidado imediatamente no currículo escolar, a Sociologia começou a emergir nas obras de importantes intelectuais brasileiros que investigavam as questões sociais, culturais e econômicas de um país jovem e cheio de desafios (Arriada; Cigales, 2013).

Reforma João Luís Alves (Reforma Rocha Vaz), implementada em 1925, por meio do Decreto nº. 16.782-A marcou um momento importante na história da educação brasileira ao promover uma série de mudanças no currículo do Ensino Secundário. Um dos aspectos mais notáveis foi a reintrodução da Sociologia no currículo escolar, especificamente na 6ª série ginasial, destinada àqueles que buscavam um diploma de Bacharel em Ciências e Letras. Essa inclusão é um reflexo das tendências educacionais da época, influenciadas por correntes filosóficas e políticas em ascensão, como o positivismo e as ideias de Benjamin Constant, que desempenhou um papel central no desenvolvimento das reformas educacionais no Brasil desde o final do século XIX (Florêncio, 2018).

A reforma visava atualizar o currículo do ensino secundário, tornando-o mais abrangente e alinhado com as demandas da época, além de tornar obrigatória a adaptação dos colégios estaduais, como o Atheneu Sergipense, às normas do

Colégio Pedro II. “Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional do ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências” (Brasil, 1925).

Disciplinas como Sociologia e Filosofia ganharam destaque no currículo, refletindo as influências do pensamento positivista e as mudanças no panorama educacional nacional, que buscavam formar cidadãos críticos e bem informados sobre as transformações sociais e políticas. Ela reestruturou o ensino secundário, organizando-o de forma mais sistemática, introduziu novas disciplinas e reorganizou o tempo e a forma de lecioná-las, o que refletia um esforço em proporcionar uma educação mais completa e equilibrada, implicando na criação de novas cadeiras e na contratação de professores especializados.

Um dos focos da reforma foi à formação docente, uma preocupação recorrente na trajetória educacional de Sergipe. Graccho Cardoso defendia que a formação dos professores deveria ser sistematizada e voltada para as necessidades reais da sala de aula, capacitando os docentes para lidar com os novos conteúdos introduzidos no currículo. Para isso, foram criadas escolas normais e promovidos cursos de aperfeiçoamento pedagógico. A valorização do professor, tanto em termos de formação quanto de remuneração, era vista como essencial para a implementação das mudanças propostas. Outro ponto crucial da reforma foi o investimento em infraestruturas escolares. O governo de Rocha Vaz incentivou a construção de novas escolas e a modernização das já existentes, com o objetivo de oferecer um ambiente mais adequado para o aprendizado. Essas medidas buscavam alinhar Sergipe às tendências educacionais observadas em outros estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro (Nunes, 2008).

Em Sergipe, embora a Reforma de Rocha Vaz (1925) tenha gerado progressos notáveis no campo educacional, enfrentou também desafios e resistências. A implementação das mudanças esbarrou na falta de recursos financeiros, nas dificuldades de logística e na resistência de setores mais conservadores da sociedade, que viam com desconfiança as inovações propostas. Além disso, a capacitação de um número suficiente de professores qualificados para atender às novas demandas do sistema escolar foi um dos maiores entraves à plena execução das reformas.

4.4 – O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO ATHENEU PEDRO II

O Colégio Pedro II, destaca sua relevância como um componente vital no desenvolvimento da escola moderna no Brasil, especialmente no ensino secundário. Criado em 1837, o Imperial Colégio Pedro II se tornou um modelo a ser seguido por outras instituições educacionais no país, assumindo um papel de "colégio padrão" que influenciou as diretrizes pedagógicas e curriculares. Essa posição de destaque trás a importância histórica que o Colégio teve no ensino de Sociologia, uma disciplina que, embora não tenha sido pioneira em sua oferta, passou a ganhar reconhecimento e estruturação a partir da primeira metade do século XX (Bodart & Paula, 2022). Reconhecido como modelo nacional para a educação moderna, o Colégio Pedro II assumiu uma posição de destaque no desenvolvimento da escola secundária no Brasil.

No contexto do Atheneu Sergipense, a reforma foi implementada a partir de 1926, com o Decreto nº 940, após algumas dificuldades iniciais na adaptação às diretrizes federais. A instituição foi reestruturada para ser um espaço que oferecesse a formação necessária para o ingresso no ensino superior, além de conferir o título de Bacharel em Ciências e Letras (que não se seria necessariamente uma graduação em Ensino Superior) aos alunos que completassem o curso secundário de seis anos. Esse sistema trouxe mudanças significativas para o currículo escolar, agora organizado de forma seriada, e exigiu a ampliação das disciplinas ministradas. (Souza, 2016)

Nesse período o Atheneu Sergipense denominava-se Atheneu Pedro II, conforme o Decreto nº. 911, de 2 de dezembro de 1925, em homenagem ao centenário natalício de D. Pedro II. Segundo Alves (2005), desde 1899 essa instituição funcionava "na Rua de Boquim, no trecho da Atual Praça Camerino" (Alves, 2005, p. 49).

Conforme o citado Decreto, que se constitui no *Regulamento do Atheneu Pedro II*, o instituto destinava-se a ministrar a instrução de humanidades, "indispensável" ao exame vestibular nos estabelecimentos de ensino superior, assim como, conferir o diploma de "bacharel em ciencias e letras", nos termos da lei vigente. A duração do curso era de 6 (seis) anos e as matérias estavam assim distribuídas:

QUADRO 02 - MATÉRIAS DE ENSINO - 1926

Ano	Carga horária semanal	Matérias	Carga horária semanal por material
1º	21	Português	3
		Aritmética	3
		Geografia Geral	3
		Inglês	3
		Francês	3
		Instrução Moral e Cívica	3
		Desenho	3
2º	24	Português	3
		Aritmética	3
		Corografia do Brasil	3
		História Universal	3
		Francês	3
		Inglês ou Alemão	3
		Latim	3
		Desenho	3
3º	21	Português	3
		História Universal	3
		Francês	3
		Inglês ou Alemão	3
		Latim	3
		Álgebra	3
		Desenho	3
4º	24	Português (gramática histórica)	3
		Latim	3
		Geometria e Trigonometria	3
		História do Brasil	3
		Física	3
		Química	3
		História Natural	3
		Desenho	3
5º	24	Português (noções de literatura)	3
		Latim	3
		Cosmografia	3
		Filosofia	3
		Física	3
		Química	3
		História Natural	3
		Desenho	3
6º	12	Literatura Brasileira	3
		Literatura das Línguas Latinas	3
		História da Filosofia	3
		Sociologia	3

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Sergipe, 1926.

O currículo de 1926 para o ensino secundário demonstra uma educação voltada predominantemente para a formação de uma elite intelectual, sustentada em

um modelo clássico de instrução que enfatiza tanto os estudos literários e linguísticos quanto o aprofundamento nas ciências naturais e sociais. A estrutura curricular, com sua carga horária elevada e diversidade de disciplinas, sugere uma concepção de ensino que visava fornecer uma formação enciclopédica e generalista, porém, ao mesmo tempo, acabava por reproduzir um pensamento academicista e teórica, distante das realidades práticas e necessidades mais amplas da sociedade brasileira da época. Disciplinas como Sociologia e Filosofia aparecem apenas no último ano, indicando que o desenvolvimento do pensamento crítico e social era reservado para uma etapa tardia do processo formativo, quando os alunos já estavam próximos de se direcionarem ao ensino superior.

Esse modelo curricular, embora ambicioso, excluía grande parte da população devido às altas exigências acadêmicas e ao enfoque intensivo em matérias formais e linguísticas, como o Latim e o Francês, de menor aplicabilidade para a vida prática e para uma parcela significativa dos estudantes brasileiros. Além disso, a formação moral e cívica inserida nos primeiros anos, enquanto importante para a construção de uma base ética, refletia a tentativa de moldar os alunos dentro de uma concepção específica de cidadania e disciplina social, alinhada aos valores da elite política e intelectual do período. Nesse sentido, o currículo de 1926, embora tecnicamente robusto e variado, expõe uma contradição: ao mesmo tempo em que buscava uma educação moderna e científica, mantém-se restritivo e excludente, atendendo apenas a uma parcela da sociedade que poderia suportar a carga e exigências desse tipo de ensino, perpetuando o caráter elitista e preparatório do sistema educacional brasileiro da época.

Com isso, o secundário, destinado a formar “a elite pensante do país”, manteve em seus planos de estudos as disciplinas tradicionais, com predominância dos estudos literários sobre os científicos, fundando-se, segundo Nagle (1974, p.147 e 148), nos princípios de uma “cultura geral intelectualista e enciclopédica; desinteressada e aristocrática”. O currículo do secundário se manteve, portanto, constituído de disciplinas fechadas em si mesmas, com programas extensos e sobrecarregados de nomenclaturas, informações e bibliografias, denotando seu caráter essencialmente teórico, que deixou à margem do sistema, naquele período histórico, 90% dos adolescentes do país (Soares, 2009, p. 44).

Dos Programas de Ensino e Horários na legislação educacional de Sergipe em 1926 destaca a influência direta que o Colégio Pedro II exercia sobre o currículo e os materiais didáticos das instituições secundárias em Sergipe. A obrigatoriedade do uso de programas e livros didáticos adotados pelo Colégio Pedro II, segundo o artigo

19, e a orientação para seguir o "plano do ensino federal" no artigo 21, evidenciam o papel do Pedro II como um modelo de excelência e regulamentação educacional no país.

Art. 19. O curso está regulado por programas remetidos ao Atheneu pelo Departamento do Ensino, e os livros a versa nos diversos annos do curso serão os adotados pelo Collegio Pedro II, do que dará sciencia o diretor do Departamento Nacional do Ensino.

Art. 21. Os programas obdecerão ao plano geral do ensino federal. (Diário Oficial, Sergipe, 1926).

A utilização do programa do Colégio Pedro II em escolas de Sergipe exemplifica uma centralização educacional promovida pelo governo federal. Isso era particularmente relevante para disciplinas como a Sociologia, que ainda se consolidavam no ensino secundário, garantindo uma formação cívica e moral alinhada com os valores e as expectativas nacionais. O uso do currículo e dos materiais do Colégio Pedro II implicava uma padronização dos conteúdos e metodologias aplicadas, buscando assegurar uma qualidade de ensino em estados distantes do centro político e econômico do país, como Sergipe. O objetivo era que o conteúdo oferecido no Pedro II, considerado o mais avançado da época, orientasse a formação intelectual e cidadã de alunos em todo o território nacional.

Segundo Michel Apple (2002), mais do que padronizar metas e conteúdos, a principal função de um currículo nacional reside em fornecer uma base para a criação de um sistema nacional de avaliação. Essa estrutura de avaliação funciona como uma espécie de “selo de qualidade” para as escolas. Ao definir padrões de qualidade, o currículo nacional permitiria aos “consumidores” de educação, ou seja, alunos e suas famílias, comparar instituições com critérios mais claros, alimentando a lógica de um mercado educacional com diversas “opções”.

Nesse período, a Sociologia foi incorporada ao currículo, reforçando a visão de um ensino voltado para a formação cívica e social dos alunos. Esse processo se inseriu num movimento mais amplo de revisão dos padrões educacionais, como apontado nas discussões lideradas por Fernando de Azevedo e na III Conferência Nacional de Educação de 1929, promovida pela Associação Brasileira de Educação. Essas iniciativas buscavam substituir o modelo clássico de educação — centrado em disciplinas literárias e enciclopédicas — por uma “humanidade científica”, que se pautava no desenvolvimento de habilidades analíticas e de observação científica,

considerando-as mais alinhadas às necessidades do mundo contemporâneo (Soares, 2009)

O programa de Sociologia para o 6º ano do Colégio Pedro II, adotado pelo Atheneu em 1926, é um retrato da abordagem abrangente e teoricamente profunda da disciplina no ensino secundário. Estruturado em duas grandes partes — Sociologia Teórica e Fontes Históricas da Sociologia —, o programa inclui desde conceitos fundamentais da sociologia como ciência em formação, até metodologias, crítica histórica e sistemas sociológicos variados, com destaque para abordagens teóricas como o materialismo, empirismo e marxismo ao mesmo tempo em que não contemplavam as questões sociais da atualidade daquela época.

QUADRO 03 – PROGRAMA DE SOCIOLOGIA PARA O 6º ANO DO ENSINO SECUNDÁRIO DO COLÉGIO PEDRO II (1926)

Partes	Conteúdos
I Sociologia Teórica	I - Definição e limites. – A Sociologia é uma ciência em formação. – Sua graduação na escala dos conhecimentos humanos. – Sociologia teórica e Sociologia prática. Estatística e dynamica, Philosophia da História
	II - Methodos da Sociologia. – A base da Sociologia é o estudo dos factos positivos da história. – Applicaçãõ da lei da causalidade. – Reducção dos factos às leis da estatística – Difficuldade da experimentação. – Observação, comparação e classificação Concordâncias e diferenças. – Caracteres da explicação histórica. – Perigos da deducção e, matéria sociológica.
	III - Sophismas e erros. – Crítica histórica.
	IV - Constituição da família. – Estado primitivo de promiscuidade. – Polygamia e monogamia. – Matrimonio: indissolúvel ou sujeito ao divorcio. Situação dos filhos: matriarcado e patriarcado. – Extensão e desenvolvimento do regime da família; herança, seu caracter primitivamente religioso. Tentativas de volta ao regime da promiscuidade; o phalansterio. – Tendência mundial para a monogamia
	V - Formação das sociedades humanas. – Humanidade gregária. – A tribo. – Condições necessárias para a fixidez. – A cidade. – A nação. – Os impérios.
	VI - O Estado. – Formas de governos; monarchia, aristocracia, democracia: monarchia absoluta, republica, governos constitucionaes. – Divisão dos poderes: executivo, legislativo, judiciário. – Funções do Estado: Internas (policia, justiça, burocracia, economia – moeda, regularização dos contractos, communicações, transportes, commercio, instrução). Externas (defesa, relações internacionaes). – Abuso do estatismo. – Centralização e decentralização
	VII - Mysticismo das collectividades. – Dualidade do homem egoísta e social. – Interesses e deveres revestem-se de fé mystica. – Genese dos sentimentos collectivos: patriotismo, justiça. – A guerra. – As religiões e o Estado.
	VIII - Trabalho, propriedade, riqueza. – Communismo primitivo. – Individualismo e collectivismo. – regime agrário. Regime industrial. –

II Fontes Históricas da Sociologia	Escravidão, servidão, trabalho livre, - Federações sindicalistas. – Socialismo de estado. – Comunismo doutrinário. IX - Systemas sociológicos. – Sociologia materialista e empírica; Sociologia especulativa e teleológica. – Exemplos da systematização: Republica de Platão. – O contracto social, Saint Simonismo. Sociologia de Augusto Comte. – Marxismo. – A Sociologia como arte. – Difficuldades das applicações praticas.
	X - Formação e evolução da civilização mediterrânea. – Origens asiáticas. – Civilização egypcia. – Transição phenicia e egea. – Caracteres geraes da civilização mediterranea. Dissidencia judaica.
	XI - Caracteres da civilização grega. – A família, a educação, situação da mulher. – A cidade; suas bases religiosas; sua extensão; colônias. – Solidariedades e rivalidades; Amphyctionais. – A religião. – As organizações políticas. – Contrastes da civilização grega e a civilização oriental. – O choque do V século. – A decadência.
	XII - A civilização romana. – A organização familiar. – Rivalidade das classes e tendência para o equilíbrio. – As luctas agrárias e a constituição do latifúndio. – Augusto e seus esforços para a volta às tradições. – Evolução da cidade para o imperialismo mundial. – Poder e flexibilidade do direito romano. – Motivos da decadência
	XIII - O advento do christianismo. Sua evolução nos três primeiros séculos e sua adaptação ao regime social que acaba dominando. A absorção dos bárbaros na civilização mediterrânea.
	XIV - A Idade Média e o regime feudal. – A constituição das nacionalidades. – O equilíbrio dos dois gládios. – A lucta do espiritual e do temporal. – A tendência para o absolutismo político.
	XV - Causas da Renascença. - resultados econômicos e políticos das descobertas marítimas. – Modificações nas crenças. – O Humanismo. – A Reforma. – O triumpho do absolutismo. – O tradicionalismo familiar e religioso.
	XVI - O Século XVIII e o encyclopedismo. – As novas concepções sociaes. – A crise revolucionária e a dictadura imperial. – A reação tradicionalista. – A victória da democracia.
	XVII - Revolução econômica do século XIX. – A grande industria e o poder da burguesia. – A lucta proletária.
	XVIII - A crise de 1914. – A anarchia econômica e social contemporanea. – Tendência para o individualismo na família e o socialismo no estado.– A experiência russa. – Resultados da politica colonial do ultimo século. – O esforço para a criação de uma moral internacional.
	XIX - Canalisação da civilização mediterranea na América Latina. - Mentalidade dos descobridores e conquistadores. – O aniquilamento das grandes civilizações autochonas. – O monopolio administrativo e commercial das metrópoles. – A evolução da família no Novo Continente. - Formação econômica do espírito nativista. – Sua eclosão mystica. – Sua realização revolucionária. – Seu desenvolvimento realista e pacifico. – Filiação mental ao espírito europeu na procura da originalidade nacional, esthetica e social.
	XX - Originalidade da formação brasileira. – A influencia do meio extenso e variado. – organização da producção colonial; escravisação índia do typo duro e negra do typo branco e familiar. – O movimento constitucional do XIX século que redundou na criação de uma monarchia americana já anachronica. – A transformação republicana e federativa. Situação actual no concerto mundial.

O programa de Sociologia do Colégio Pedro II para o ensino secundário em 1926 apresenta uma abordagem que privilegia a contextualização histórica como base para o entendimento dos fenômenos sociais. Ao relacionar o desenvolvimento da sociedade ocidental desde as civilizações mediterrâneas até as transformações políticas e econômicas do século XIX, o conteúdo expande o campo da Sociologia ao abarcar conceitos de História, Filosofia e Antropologia. Essa ênfase histórica reflete o esforço de consolidar a Sociologia como ciência emergente no Brasil, buscando legitimidade acadêmica ao situar o estudo das dinâmicas sociais no contexto de grandes eventos históricos e ideológicos.

No entanto, ao dar especial atenção a aspectos estruturais e evolutivos das sociedades, o programa revela as dificuldades de definir uma metodologia própria para a Sociologia, resultando em uma sobreposição com outras disciplinas. A inclusão de temas como a crise de 1914 e a formação brasileira demonstra também uma tentativa de contextualizar questões contemporâneas e locais, o que indica um movimento de adaptação e relevância nacional que ainda se pauta por influências europeias, sem estabelecer plenamente uma identidade autônoma no estudo sociológico.

Segundo Guelf (2001), o programa de Sociologia do Colégio Pedro II revela a tentativa de consolidar a Sociologia como disciplina autônoma, embora ainda dependente de fundamentos de áreas como História e Filosofia para definir seu objeto e métodos. Dividido entre “Sociologia Teórica” e “Fontes Históricas da Sociologia,” o programa busca uma identidade própria para a Sociologia, mas recorre a métodos e conteúdos de outras ciências humanas, evidenciando sua imaturidade enquanto campo independente. Essa integração revela a dificuldade da época em tornar a Sociologia aplicável e específica, refletindo sua condição embrionária no contexto educacional brasileiro.

O programa acaba por refletir uma concepção de ensino impregnada por influências positivistas e eurocêntricas, característica das elites educacionais brasileiras da época. Na prática, esse currículo revela a tentativa de institucionalizar a Sociologia como uma ciência respeitável, por meio da organização de conteúdos que ainda se baseiam fortemente em disciplinas consagradas, como História e Filosofia. Esse tipo de “empréstimo curricular” indicava um movimento para dar

substância ao novo campo, mas, ao mesmo tempo, revelava a dificuldade em consolidar a disciplina com uma identidade autônoma.

Com efeito, o Colégio Pedro II, como referência nacional, projetava um modelo de currículo cuja estrutura servia de "molde" para outras instituições. A Sociologia, ao ser encaixada como uma ciência em formação, tem como característica, absorver conteúdos de outras áreas para afirmar sua própria relevância. Essa escolha curricular demonstra uma visão de currículo como espaço de disputa de poder, onde diferentes agentes e saberes tentam ocupar seu lugar. Contudo, ao enfatizar temas como a civilização mediterrânea e a política colonial, o programa revela também uma hierarquização cultural que privilegia uma visão europeia da História, relegando a América Latina e o Brasil a um papel tardio e adaptativo.

Dessa forma, é possível inferir que o currículo, mais que apenas um conjunto de conteúdos, é uma expressão das relações de poder e das preferências culturais da época, refletindo o que Michael Apple chamou de "conhecimento legítimo" – o saber considerado válido pela sociedade. No caso do Colégio Pedro II, esse currículo de Sociologia contribuiu para a definição dos padrões do que era considerado educação de qualidade, ainda que carregado de pressupostos excludentes e eurocêntricos.

O currículo é parte de uma "tradição seletiva", ou seja, ele resulta de escolhas intencionais que favorecem certos conhecimentos, habilidades e valores, enquanto outros são ignorados ou subvalorizados. Isso implica que o currículo reflete os interesses culturais, políticos e econômicos de grupos que possuem autoridade e poder na sociedade. As disciplinas e conteúdos incluídos (ou excluídos) no currículo são influenciados por conflitos e tensões políticas, culturais e econômicas. Dessa forma, o currículo expressa as disputas pelo que é considerado conhecimento válido, refletindo a visão de mundo de grupos dominantes, enquanto outros saberes, geralmente vinculados a grupos subordinados são marginalizados (Apple, 2002).

Em 15 de janeiro de 1929, o programa foi modificado pelo Decreto n.º 18.564, as alterações promovidas pelo decreto, que visavam reorganizar a seriação do curso secundário, asseguraram a permanência da Sociologia como disciplina fundamental, destacando sua importância na formação educacional dos alunos. O novo programa apresentava uma estrutura mais clara e organizada, dividida em cinco temas centrais: 1) As Teorias Sociológicas; 2) As Sociedades Humanas; 3) A Psicologia

Social; 4) As Instituições; e 5) Os Problemas Sociais Contemporâneos, refletindo uma abordagem mais sistemática e integrada da Sociologia.

Art. 1º Fica aprovada a alteração da seriação do curso secundario, proposta pela Congregação do Collegio Pedro II e homologada pelo Conselho Nacional do Ensino, em sessão de 26 de julho de 1928, substituindo-se a discriminação constante do art. 47 do citado regulamento pela seguinte: 1º anno: 1) Portuguez, 2) Francez, 3) Mathematica, 4) Geographia Geral, 5) Desenho; 2º anno: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Francez, 4) Inglez ou Allemão, 5) Mathematica, 6) Chorographia do Brasil, 7) Desenho; 3º anno: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Francez, 4) Inglez ou Allemão, 5) Historia Universal, 6) Mathematica, 7) Desenho; 4º anno: 1) Portuguez, 2) Latim, 3) Inglez ou Allemão, 4) Historia Universal, 5) Mathematica, 6) Phiysica, 7) Historia Natural, 8) Desenho, 9) Chimica; 5º anno: 1) Latim, 2) Phiysica 3) Chimica, 4) Historia Natural, 5) Philosophia, 6) Cosmographia, 7) Instrucção Moral e Civica, 8) Historia do Brasil; 6º anno: 1) Sociologia, 2) Historia da Philosophia, 3) Litteratura (especialmente a brasileira e as das linguas latinas), 4) Italiano (facultativo), 5) Curso complementar de mathematica (para os alumnos que se destinem ás escolas militares e Polytechnica), 6) Curso complementar de Sciencias Physicas e Naturaes (para os alumnos que se destinem ás escolas de Medicina), 7) Curso complementar de Geographia (Social e Economia) (Diário Oficial da União, Brasil, 1929).

A divisão em eixos temáticos sugere uma organização que prioriza o conhecimento teórico e contextualiza esses saberes na realidade social. O foco nas "Teorias Sociológicas" e nos "Fundadores da Sociologia", como Comte e Spencer, demonstra uma preocupação em estabelecer uma base teórica sólida, conferindo à disciplina uma identidade própria. Entretanto, a subsequente inclusão de temas como "Problemas Sociais Contemporâneos" indica uma orientação prática, voltada para a análise de questões sociais urgentes e relevantes, como pauperismo, delinquência e saúde pública. Essa dicotomia entre teoria e prática é central para o entendimento da Sociologia como um campo em formação que busca afirmar sua relevância no contexto educacional e social do Brasil.

QUADRO 04 – PROGRAMA DE SOCIOLOGIA DO 6.º ANO DO ENSINO SECUNDÁRIO DO COLÉGIO PEDRO II (1929)²⁰.

Conteúdos				
I - As Theorias Sociologicas	II – As Sociedades Humanas	III – A Psychologia Social	IV – As Instituições	V - Os problemas sociaes contemporâneos
1. Generalidades – Objecto e definições. 2. Os Fundadores da Sociologia: Comte. Spencer. 3.Principaes Escolas Sociologicas modernas. 4. A theoria das torças sociaes.	5. Influencias 6. Formação e grupos. 7. Os Problemas Demographicos 8. A questão das raças. 9. As migrações humanas – A imigração.	10. Evolução cultural. Psychologia colleciva.	12. A família - modalidades. religião – A Igreja. 14. O Direito e a Lei. 15. O Estado e suas funcções. 16. A linguagem - A arte, sua expressao. 17.Estructura economica da Sociedade.	18. Anormaes, retardados e 19. Pauperismo e miséria. 21. A protecção dos menores – Os delinquentes. 22. O crime e sua repressão. 23. O trabalho e o desemprego - Accidentes 24. Migrações urbanas 25. Os problemas da comunidade 26. Saude publica e hygiene. 27. Obras de melhoramento social. 28. O papel da educação. 29. Guerra, paz e internacionalismo. 30. O progresso social.

Fonte: Bodart & Paula, 2022, p. 11.

De acordo com Machado (1987), as modificações promovidas pelo decreto não alteraram a permanência da Sociologia como disciplina escolar, mas as mudanças no conteúdo indicam uma evolução na sua abordagem pedagógica. O fato de a Sociologia ter sido mantida como uma das disciplinas do 6.º ano do curso complementar demonstra uma valorização crescente da disciplina e a necessidade de formação de um pensamento crítico e reflexivo sobre as realidades sociais. Assim, a reorganização do programa em 1929 solidificou a presença da disciplina no currículo e direcionou para uma abordagem mais abrangente e integrada. Com a

²⁰ Importa destacar que o primeiro programa foi elaborado em um contexto de início de oferta da disciplina. Já a produção do segundo programa foi realizada após três anos de oferta da disciplina e elaborada por um professor – Delgado de Carvalho – já experiente com o ensino da disciplina (lecionava Sociologia Educacional na Escola Normal desde 1923), tendo, inclusive, testado por dois anos a exequibilidade do programa anterior no contexto da cultura escolar do Colégio Pedro II. A primeira mudança que se constata é a redução dos tópicos, o que pode ter relação com a dificuldade de ministrar todo o programa oficial anterior. Reproduzimos, no Quadro 2, o segundo programa de Sociologia do Colégio Pedro II, aprovado no ano de 1929 (Bodart & Paula, 2022, p. 13).

inclusão de temas que abordam a teoria sociológica, a estrutura social, a psicologia social, as instituições e os problemas sociais contemporâneos.

A ausência de registros documentais, como atas da Congregação, planos de aula e registros de classes, no acervo do CEMAS, levanta questões significativas sobre a prática do ensino de Sociologia no Centro de Excelência Atheneu Sergipense durante o período investigado. Sem essas evidências, torna-se desafiador avaliar a eficácia e a profundidade da disciplina em um contexto que deveria, idealmente, espelhar o que era praticado no Colégio Pedro II, uma instituição reconhecida como modelo nacional. Essa lacuna dificulta a compreensão da metodologia empregada e limita a análise dos conteúdos programáticos que poderiam ter sido utilizados nas aulas de Sociologia, crucial para entender como a disciplina se relacionava com as questões sociais locais e os desafios enfrentados pela sociedade sergipana na época.

Além disso, a falta de documentação pode sugerir uma desconexão entre as diretrizes nacionais e sua aplicação prática no contexto regional. Enquanto o Colégio Pedro II estabelecia um padrão curricular que poderia servir como um guia, a ausência de registros no Atheneu Sergipense indica que a implementação desses padrões pode não ter ocorrido de forma uniforme ou eficaz. Essa situação ressalta a necessidade de explorar outras fontes, como depoimentos de ex-alunos e professores, documentos administrativos, ou mesmo a análise de currículos e propostas pedagógicas mais amplas da época, para reconstruir a narrativa do ensino de Sociologia em Sergipe.

A situação também evidencia a importância de uma preservação adequada das práticas pedagógicas locais, pois o esquecimento ou a perda de documentos históricos podem resultar na invisibilidade das experiências educacionais que moldaram a formação sociológica dos alunos do Atheneu. Portanto, ao buscar entender a configuração da Sociologia no contexto sergipano, é válido considerar o que foi ensinado e como essas práticas estavam enraizadas nas realidades sociais e culturais do estado, promovendo uma análise crítica que possa contribuir para a valorização do legado educacional de Sergipe. Essa abordagem não só amplia a compreensão sobre a Sociologia como disciplina, mas também fortalece a relevância do ensino no combate às desigualdades e na promoção de uma educação transformadora.

4.5 – DE DISCIPLINA OBRIGATORIA À OPTATIVA EM SERGIPE: AS REFORMAS DE FRANCISCO CAMPOS (1931) E GUSTAVO CAPANEMA (1942)

Em 1925, diversas normas educacionais enfrentaram resistência por parte das famílias e estudantes, uma vez que o ensino secundário era tradicionalmente visto como um meio de ascensão social. Diante dessa oposição, o governo foi obrigado a recuar em algumas de suas propostas. No entanto, a Reforma Rocha Vaz, conforme apontado por Nagle (1974), preparou o caminho para a implementação definitiva do ensino secundário como um curso regular, com funções mais amplas do que a mera preparação para os cursos superiores. Essa mudança foi consolidada pelas reformas subsequentes de Francisco Campos e Gustavo Capanema. Em 1929, o Decreto 18.564 modificou a estrutura do curso secundário, com base em uma proposta do Colégio Pedro II, estabelecendo o "Curso Complementar". Esta mudança foi incorporada à Reforma Francisco Campos de 1931, que buscou adaptar o sistema educacional brasileiro às novas demandas de uma sociedade em transformação, consolidando uma educação mais funcional e alinhada aos desafios do Brasil da Nova República (Soares, 2009).

Como aponta Thétis Nunes (2008), o Dr. Francisco de Campos, ao assumir seu cargo, anunciou novas perspectivas para a educação no Brasil, destacando que educar o país era “o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros” (Nunes, 2008, p. 25). Ao reformar o ensino secundário e superior, ele superou a omissão histórica do governo federal na área educacional, uma lacuna permitida pela Constituição de 1891. A reforma de 1931 evidenciou o papel central do Estado na educação e consolidou a ideia de que a construção e a reconstrução do sistema educacional deveriam ser encaradas como uma meta nacional. Frente aos acontecimentos globais da época, o novo sistema educacional brasileiro teve como objetivo integrar as transformações econômicas que ocorriam no país, alinhando a educação às necessidades de um Brasil em processo de modernização.

Conforme demonstramos, em 1925, a Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925), torna a Sociologia obrigatória no ano final do curso secundário integral. Entretanto, em 1931, na Reforma Francisco de Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), o ensino secundário foi dividido em 2 cursos seriados:

fundamental e complementar. Se com a Reforma Rocha Vaz, a matéria era ofertada para todos os estudantes do ensino secundário, com essa nova reformulação:

Art. 4º. O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos praticos individuaes, e compreenderá as seguintes materias: praticos individuaes, e compreenderá as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysyca e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathetatica, Physuca, Chimica, historia natural, Biologia geral, Hygiene, Phychologia e Logica, **Sociologia**, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho.

Art. 5º. Pará os candidatos á matricula no curso juridico são disciplinas obrigatorias: 1º serie: Latim - Litteratura - Historia da civilização - Noções de Economia e Estatistica - Biologia geral - Psychologia e Logica. 2º serie: Latim - Litteratura - Geographia - Hygiene - **Sociologia** - Historia da Philosophia.

Art. 6º. Para os candidatos á matricula nos cursos de medicina, pharmacia e odontologia são disciplinas obrigatorias: 1º serie: Allemão ou Inglez - Mathematica - physica - Chimica - Historia natural - Psychologia e Logica. 2º serie: Allemão ou Inglez - Physica - Chimica - Historia natural - **Sociologia**.

Art. 7º. Para os candidatos á matricula nos cursos de engenharia ou architectura são disciplinas obrigatorias: 1º serie: Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural - Geographia e Cosmographia - Pscychologia e Logica. 2º serie: Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural - **Sociologia** – Desenho (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Grifos nossos. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em 12 nov. 2024).

A Reforma Educacional de Francisco Campos, implementada em 1931, marca um dos momentos mais significativos na história da educação brasileira. Ela foi realizada no contexto da Revolução de 1930, que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e visava à modernização do sistema educacional do Brasil, alinhando-o com os ideais de um Estado republicano, democrático e capitalista em processo de transformação. A Revolução de 1930 representou uma mudança de paradigma no Brasil nos campos político e educacional. Com a tomada do poder por Getúlio Vargas, foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública, que, em 14 de novembro de 1930, se tornaria o Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a liderança de Francisco Campos. O objetivo do novo governo era promover a modernização da administração pública e do sistema educacional do país, com um enfoque especial no ensino secundário, que, até então, estava estruturado de forma fragmentada e desigual.

Francisco de Campos propôs uma nova estrutura para o ensino secundário, que seria dividido em dois ciclos: o fundamental, destinado a fornecer uma formação

geral, e o complementar, voltado para os alunos que desejassem ingressar nos cursos superiores. Foi nesse segundo ciclo que a Sociologia foi inserida como disciplina obrigatória, ao lado de matérias como Alemão, Inglês, Latim, Literatura, Geografia, História, Física, Química, entre outras. Essa mudança representava uma tentativa de modernizar a educação e, ao mesmo tempo, de formar uma nova elite política e intelectual capaz de lidar com os problemas sociais do Brasil. Para Campos, a Sociologia teria um papel fundamental na formação dessa elite, ajudando a compreender e, eventualmente, a resolver as questões sociais e políticas do país de maneira racional e científica (Cigales, 2019).

No Atheneu Pedro II, as medidas estabelecidas pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, foram implementadas apenas cinco anos após sua publicação, por meio da Lei nº 40, de 18 de novembro de 1936. Essa lei instituiu o curso complementar, regulamentou a gratificação por hora suplementar para os professores desse ciclo, criou o cargo de chefe de disciplinas e introduziu outras providências voltadas à organização e ao funcionamento do ensino secundário na instituição. Vale destacar que, apesar dessas mudanças, o Atheneu continuou a seguir o padrão do Colégio Pedro II, mantendo a estrutura curricular e organizacional estabelecida pela reforma de 1931, que dividia o ensino secundário em dois ciclos e tornava a Sociologia uma disciplina obrigatória no curso complementar, conforme o modelo adotado para as escolas de ensino secundário em todo o Brasil.

A Reforma Francisco Campos teve um impacto significativo no Atheneu Sergipense, especialmente a partir de 1936, quando a Lei Estadual nº 40 instituiu o Curso Complementar, conforme as diretrizes do Decreto Federal nº 21.241 de 1932. A reorganização da instituição foi uma resposta direta às novas exigências da reforma do ensino secundário, e resultou em mudanças tanto na estrutura curricular quanto na administração do colégio. A introdução de novos cargos, como o de chefe de disciplina e a reorganização do quadro de pessoal administrativo, mostra a necessidade de adaptação à expansão dos cursos e à maior complexidade da gestão escolar. Além disso, o nome do colégio foi alterado para Atheneu Sergipense em 1938, como parte da adequação à legislação federal e ao novo contexto educacional do país. Essas mudanças reforçaram o alinhamento da instituição às normas nacionais e à crescente centralização do ensino no Brasil, além de

promoverem uma maior uniformidade com o Colégio Pedro II, referência no modelo educacional do período (Souza, 2011).

A Sociologia, nesse contexto, foi vista como uma ferramenta pedagógica para ajudar os jovens a entenderem a realidade social e política do Brasil, que passava por intensas mudanças devido ao avanço da urbanização, industrialização e o fortalecimento do Estado. Para Francisco Campos, a disciplina de Sociologia tinha a missão de formar uma nova elite capaz de lidar racionalmente com os problemas sociais e econômicos, utilizando os conhecimentos científicos adquiridos na escola para promover soluções para os desafios da modernização do país. Essa mudança representava uma tentativa de construir um novo sentido pedagógico, fundamentado na ideia de que a educação deveria ser um instrumento de transformação social. A Sociologia, então, seria uma ferramenta para o entendimento dos processos sociais e uma forma de preparar os jovens para um novo modelo de sociedade, mais racional e organizado. Conforme apontado por Amaury Moraes, o caráter intermitente da sociologia está muito mais ligado ao fato dela contribuir ou não para a formação dos estudantes dentro de um modelo pedagógico de determinados contextos históricos, do que por questões puramente ideológicas. Buscava-se formar uma elite racional ancorada na ciência e não a ideia de um cidadão crítico (Moraes, 2011).

É possível propor, como hipótese de trabalho, que a sociologia, para Francisco Campos, contribuiria para imprimir nessa nova elite em processo de formação uma ideia racional acerca dos problemas sociais brasileiros. Os conhecimentos da sociologia escolar, portanto, representavam a modernização pedagógica da educação e, conseqüentemente, de um novo estado republicano, democrático e capitalista, baseado na racionalidade para resolução dos problemas sociais via educação (Cigales, 2019, p. 147).

O ensino de Sociologia nesse período pode ser interpretado como uma tentativa de vincular a educação secundária às demandas sociais e intelectuais emergentes. A Sociologia, ofertada no segundo ano do Curso Complementar, tinha o potencial de fornecer aos estudantes ferramentas analíticas para compreender as transformações sociais e políticas do período. No entanto, sua efetividade era condicionada pelas dinâmicas de matrícula nas seções do Curso Complementar, que refletiam desigualdades de acesso e diferentes interesses formativos.

Os dados de matrículas indicam uma variação significativa entre as seções. Na seção Jurídica, os números oscilaram entre 3 e 8 estudantes; na Politécnica, houve um crescimento de 9 para 16 alunos entre 1938 e 1943; e na seção Médica, os

números permaneceram relativamente estáveis, entre 8 e 15 estudantes. Essas diferenças sugerem que o acesso à Sociologia e sua relevância no currículo dependiam das escolhas formativas dos alunos, marcadas por contextos sociais e culturais específicos.

QUADRO 05 – TURMAS DE SOCIOLOGIA NO ATHENEU SERGIPENSE (1938-1943).

Ano	Turmas		
	Pré-Jurídica	Pré-Politécnica	Pré-Médica
1938	8	9	10
1939	7	4	8
1940	7	11	13
1941	7	17	9
1942	3	10	11
1943	7	16	15

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Arquivos CEMAS.

Entretanto, a Reforma Capanema (Decreto n. 4.244/1942), marca o fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária²¹. A Reforma estava focada, sobretudo, no nacionalismo estratégico do Estado Novo (1937-1945). A reformulação pretendia formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria, além de produzir uma nova elite para o país. A Reforma também estava articulada com os objetivos do então presidente Getúlio Vargas que, em seus discursos, levantava a preocupação da formação patriótica da população como forma de neutralizá-la do domínio comunista (Almeida, 2009)²²:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao

²¹ O professor e advogado Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi Ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945. Em 1942, através do Decreto-Lei n. 4.244 - 09 de abril de 1942 instituiu mudanças nos diversos ramos da educação no Brasil que seriam conhecidas como Reforma Capanema. Com essa reformulação, o ensino secundário ficaria dividido em dois ciclos: 1) Curso Ginásial, com duração de quatro anos; 2) Curso Complementar, com três anos de duração e possuía duas opções que correspondiam ao curso clássico (centrava no saber da filosofia e das letras) e o científico – enfatizava o estudo das ciências – podendo o aluno escolher por qual curso estudar. Ao fim de cada ciclo havia um exame de licença, com programas fixados pelo Ministério da Educação, que representava a conclusão de curso dos estudantes (Almeida, 2009).

²² Na perspectiva de Thiago da Costa Lopes: “... as disputas empreendidas pelos católicos no terreno das ciências sociais constituíram elemento decisivo do contexto que levou à retirada da sociologia das escolas brasileiras e à consequente mudança nos rumos de sua institucionalização no país. Argumentamos que as posições assumidas por representantes daquele grupo confessional nos debates sobre o caráter científico da sociologia e nos esforços de definição de suas fronteiras disciplinares, bem como a ascendência que exerceram sobre quadros-chaves do alto escalão do governo Vargas...” (Lopes, 2024, p. 3).

adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (Exposição dos motivos de Capanema, 01 de abril de 1942 *apud* Almeida, 2009, p. 44).

A Reforma Capanema foi implementada em Sergipe em 1943. No Atheneu Sergipense pela nomenclatura exposta – Atheneu Sergipense, em 1938, Colégio de Sergipe, em 1942, Colégio Estadual de Sergipe, em 1943 –, ressalta-se uma primeira decorrência da aplicabilidade da lei: a mudança do nome do estabelecimento de ensino, passando a denominar-se Colégio Estadual de Sergipe, por ofertar os dois ciclos, o ginasial e o colegial, conforme preconizava a legislação. Além disso, foram adotadas alterações no currículo em virtude do novo arranjo no ensino secundário. Foram inseridas algumas disciplinas (a exemplo da inclusão da matéria de Economia Doméstica, nas terceiras e quartas séries do curso ginasial) e foram modificados os conteúdos e nos nomes de algumas disciplinas. No Atheneu Sergipense, o currículo foi reorganizado com as seguintes disciplinas no Curso Clássico: Português, Latim, Grego, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Francês, Química, Física, Filosofia, Biologia, História do Brasil, Geografia do Brasil. Para o Curso Científico, as disciplinas dispostas nos três anos foram: Português, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Francês, Inglês, Espanhol, Química, Física, Filosofia, Biologia, História do Brasil, Geografia do Brasil e Desenho (Siqueira Alves Et al, 2020).

Pelo exposto, seguindo as novas diretrizes educacionais, a Reforma Capanema inaugura o longo período de ausência da Sociologia enquanto disciplina obrigatória na Educação Básica depois de uma breve experiência, a partir de 1925, como componente curricular dos anos finais do antigo ensino secundário, ligados aos cursos complementares e preparatórios para o vestibular. Diante disso, o então Presidente do Grêmio Literário Clodomir Silva (1944 a 1945), Walter Felizola Soares, publicou um artigo no jornal estudantil *A Voz do Estudante* do Colégio Atheneu Sergipense. No texto o estudante destaca que haviam duas cadeiras que “preparavam homens hábeis para a vida. Homens que podiam enfrentar as diversas carreiras do labor humano”: Economia Política e **Sociologia** (grifo nosso). Destaca que 50% dos estudantes não ingressam nas Faculdades: “assim, terminam o curso sem noção nenhuma do que sejam os problemas sociais, as formas de governo, a

formação e o desenvolvimento da sociedade, o que é, em suma, o *homo* econômico e homem social” (Soares, 1944, p. 01).

O autor lança algumas questões: “qual a causa de a SOCIOLOGIA ter sido desterrada? O que é a Sociologia? Qual a sua necessidade?”. Argumenta que a mesma é a “ciência do século” e “resultado da história da humanidade”, citando a importância de Augusto Comte. Sua exclusão da Educação Básica é atribuída aos “eternos embargadores do bem estar humano, pois vivem no pensar eterno numa vida eterna. Enquanto em “todos os países hodiernamente se arvoram pedestais à Sociologia”, no Brasil, “proscreveram-na”. Walter Soares enfatiza o papel dessa disciplina no curso secundário para as “inteligências em formação” como: “plasmadora de intelectuais”, “edificadora dos futuros estadistas da nossa nacionalidade, da humanidade”, concebadora de “outra orientação, sem viver na degenerescência moderna”, referência direta durkheiminiana de fragilidade moral da Modernidade. Através da Sociologia, segundo o autor, se “pensaria no mundo” e nos “conhecimentos relativos das coletividades”, “conheceria melhor o que é nosso”, “se interessaria pelos problemas que urgem solução”. Ao final do artigo, o então Presidente do Grêmio Literário Clodomir Silva, classifica a exclusão da oferta de Sociologia pela Reforma Capanema como “um erro” e profetiza que essa terá um fim, pois, “a mocidade brasileira, parcelada, já cultua os modernos sociólogos: Durkheim, Gilberto Freire, Tarde, Caio Prado Júnior e **Florentino Menezes** (Soares, 1944, grifos nossos)²³.

A decisão do regime autoritário e nacionalista do Estado Novo de limitar o Ensino de Sociologia na Educação Básica reflete as tensões ideológicas e políticas do período. Sob a liderança de Getúlio Vargas, o Estado Novo buscou consolidar um projeto nacionalista centralizador, no qual a educação era utilizada como instrumento de formação cívica e controle social. A Sociologia, com seu caráter crítico e sua capacidade de questionar as estruturas de poder e desigualdade, era vista com desconfiança pelo regime. Essa visão esteve vinculada a preconceitos ideológicos que associavam a disciplina a ideias subversivas ou contrárias à ordem vigente, conforme argumentado por Lopes (2024).

²³ Como foi recebido pelos demais? Os professores saíram na defesa da sociologia? Não foi encontramos fontes que demonstrem se houve alguma repercussão à este documento.

Além disso, em 1942, o status científico das Ciências Sociais, incluindo a Sociologia, ainda estava em construção no Brasil. Como apontado por Moraes (2011), faltava à Sociologia a legitimidade consolidada para ser plenamente reconhecida como ciência e disciplina escolar. Esse cenário era agravado pela predominância positivista e pragmática na educação secundária, que priorizava disciplinas consideradas mais úteis para os objetivos econômicos e políticos do Estado.

A Reforma Capanema, implementada em 1942, exemplifica essas dinâmicas ao reorganizar o currículo de forma a enfraquecer o espaço da Sociologia. O campo era inserido de forma subordinada ou eliminado em prol de disciplinas que reforçassem os valores nacionalistas e o projeto econômico-industrial do governo. Assim, a retirada ou marginalização da Sociologia do currículo reflete tanto as restrições impostas pelo autoritarismo quanto o processo de institucionalização ainda incipiente da área. Essa exclusão também teve impactos duradouros, limitando o desenvolvimento do pensamento sociológico crítico no ensino básico e reforçando uma tradição educativa mais técnica e instrumentalizada.

5 – A CÁTEDRA DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO ATHENEU PEDRO II

Os primeiros professores do Atheneu Sergipense eram renomados por sua competência e erudição, representando uma parcela significativa da elite intelectual do estado. O processo de seleção e os critérios estabelecidos para o ingresso no magistério público do Atheneu Sergipense, conforme delineado pelo Regulamento de 1870, revelam um sistema complexo permeado por uma série de exigências morais, profissionais e acadêmicas. A necessidade de comprovar moralidade através de referências locais e a exigência de capacidade profissional por meio de exames de habilitação refletem uma preocupação em garantir a integridade e a competência dos futuros professores (Alves, 2005).

No entanto, o predomínio de sujeitos formados em cursos superiores específicos, como Direito e Medicina, sugere uma possível preferência por certos perfis educacionais e profissionais, o que pode ter limitado a diversidade no corpo docente. Além disso, a restrição dos temas de ensino a assuntos considerados "úteis" e a exclusão de questões religiosas e políticas levantam questões sobre a liberdade acadêmica e a amplitude do conhecimento transmitido aos alunos. Embora

os concursos tenham sido implementados para preencher vagas e garantir a qualidade do ensino, sua realização pode ter sido influenciada por fatores políticos e sociais, levantando questões sobre a imparcialidade e a equidade do processo de seleção.

Identificam-se alguns elementos que privilegiam sujeitos, em detrimento de outros, podendo ser considerados aqui como forma de gerenciamento administrativo, norteando as ações pedagógicas da instituição.¹⁹⁵ Esses elementos podem também estar relacionados aos quadros de profissionais existentes naquele período. Havia, no Brasil do século XIX, três tipos de cursos superiores – os militares, os seminários episcopais, e os cursos das carreiras liberais, como Direito e Medicina (Alves, 2005. p. 175).

A trajetória dos professores do ensino secundário em Sergipe, particularmente no Atheneu Sergipense, entre 1890 e 1930, oferece um panorama do desenvolvimento de um campo profissional que, à medida que se estruturava, também ganhava legitimidade. Esse processo foi moldado pela legislação e pelas práticas docentes, que refletiam as mudanças políticas e educacionais em âmbito nacional, como as reformas promovidas durante o início da República. No caso do Atheneu, as reformas educacionais também trouxeram inovações nos processos de recrutamento e provimento de professores.

Se até 1889 as cadeiras do ensino secundário seguiam um regimento específico, a partir de 1890, com a instauração da República, novas diretrizes passaram a orientar a nomeação de docentes. O processo de recrutamento, baseado em concursos públicos, oferecia uma oportunidade de profissionalização dos professores, criando um ambiente de maior rigor e seleção, mas também refletindo a centralização do governo nas questões educacionais. Ao lado dos concursos, professores ainda eram indicados pelo governo, revelando a dualidade do sistema, que ao mesmo tempo buscava a meritocracia, mas se ajustava às necessidades e influências políticas do momento (Souza, 2016).

O impacto dessas mudanças na escola foi evidente tanto na qualidade do ensino oferecido quanto nas condições de trabalho dos docentes. O Atheneu, como principal instituição de ensino secundário do estado, refletia os avanços e limitações do sistema educacional sergipano. Enquanto o governo buscava uma reorganização das escolas para acompanhar as reformas federais, os desafios locais, como a falta de recursos e a formação inadequada de muitos professores, dificultavam a completa implementação das mudanças. Além disso, a precariedade da

infraestrutura e a persistência dos exames parcelados, que favoreciam a aprovação de alunos sem uma real formação, demonstravam que a reforma educacional ainda tinha um longo caminho a percorrer.

Com o advento da República, a educação de Sergipe passou por mudanças tornando-se um setor próspero para a sociedade brasileira, bem diferente das preocupações ocorridas no período Imperial. Os republicanos implementaram uma série de reformas para organizar a instrução pública, pois ainda se encontrava deficiente nos seus diferentes tipos de ensino (Souza, 2016, p. 115).

Os concursos públicos desempenharam um papel central no processo de modernização do Atheneu Sergipense. A seleção rigorosa de professores catedráticos e livres foi necessária para garantir a qualidade do ensino, conforme preconizado pela Reforma Rocha Vaz. O processo de seleção consistia em várias etapas, incluindo defesa de teses, provas práticas e orais, e avaliação de trabalhos acadêmicos publicados. Os concursos, abertos tanto para candidatos locais quanto de outras regiões, eram supervisionados por uma comissão formada por membros da congregação do Atheneu. Além dos professores catedráticos, com cargo vitalício, e os professores livres, com mandato de 10 anos, havia também professores honorários e de disciplinas artísticas como Desenho, o que ampliava o quadro de docentes (Souza, 2016).

Essa estratégia de valorização da meritocracia e da alta qualificação dos docentes estava em consonância com a ideia de que uma educação de qualidade deveria ser construída sobre a competência do corpo docente. O rigor no processo de seleção refletia uma tentativa de elevar o nível da educação pública, garantindo que os alunos tivessem acesso ao conhecimento de excelência, preparando-os melhor para os desafios do ensino superior.

Vale ressaltar que o Atheneu Sergipense passou por diversas mudanças de nomenclatura e estrutura ao longo de mais de um século de existência. Cada uma dessas mudanças refletiu a adaptação às políticas educacionais vigentes no Brasil e a tentativa de manter-se fiel a seus objetivos fundacionais: fornecer uma educação secundária de qualidade que preparasse os jovens para o ingresso no ensino superior e para o desempenho de funções notáveis na sociedade. A trajetória institucional do Atheneu demonstra um esforço contínuo em se adaptar às reformas educacionais. Por exemplo, a transformação do Atheneu em Lyceu Secundário de Sergipe em 1881 e posteriormente em Atheneu Pedro II, em 1925, representou

momentos de reorganização de seu currículo e corpo docente para se alinhar às exigências das políticas de ensino federais.

QUADRO 06 – NOMENCLATURAS DO COLÉGIO ATHENEU

Período	Nomenclatura
1870	Atheneu Sergipense
1881	Lyceu Secundário de Sergipe
1882	Escola Normal de Dois Graus
1890	Atheneu Sergipense
1925	Atheneu Pedro II
1938	Atheneu Sergipense
1942	Colégio de Sergipe
1943	Colégio Estadual de Sergipe
1970	Colégio Estadual Atheneu Sergipense
Desde 2003	Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Alves, 2005

Tais mudanças eram acompanhadas de rigorosos processos de seleção de docentes, como evidenciado pelos concursos públicos que exigiam dos candidatos uma defesa de tese, além de provas orais, escritas e práticas. Estes concursos asseguravam a competência dos docentes, mas também posicionavam o Atheneu como uma instituição de vanguarda na disseminação do conhecimento em Sergipe. Os professores do Atheneu se destacavam na sociedade local, contribuindo tanto como educadores e quanto figuras públicas e intelectuais influentes, desempenhando papéis em órgãos governamentais e na imprensa, o que ampliava sua presença para além dos muros da escola.

Por tal processo passaram sujeitos com diferentes formações: farmacêuticos, médicos, bacharéis, engenheiros, cirurgiões, dentistas, mecânicos e até músicos. Os lentes do Atheneu Sergipense se faziam presentes em constantes artigos publicados na imprensa local, disseminando suas ideias, tornando-se visíveis na sociedade. Ao assumirem funções fora daquela casa, em diferentes circuitos culturais, extrapolavam os limites da instituição com estratégias de intervenção na sociedade, tomando assento em cargos legislativos, dirigindo órgãos públicos e políticos. Atuaram criticamente nas decisões da legislação educacional, emitindo pareceres sobre a legislação ao serem solicitados pelo governo (cf. Ata da Congregação de 01/04/1895), ou ainda exigindo modificações no Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe (cf. Ata da Congregação de 01/03/1915), dentre outras inserções. (Alves, 2005, p. 7)

O processo de escolha dos professores no Atheneu Sergipense, durante o período regulamentado pelo Decreto nº 940 de 1926, seguia um rigoroso processo de seleção, similar ao modelo do Colégio Pedro II. Conforme o Regulamento de 1925 (Decreto Nº. 940, 2 de jul.1926) haviam três categorias docentes: catedráticos,

livres, honorários e de desenho. A escolha dos professores catedráticos e docentes livres se baseava em provas que incluíam a apresentação e defesa de teses, provas práticas e orais, todas elas avaliadas por uma comissão de professores. Para os catedráticos, a aprovação e nomeação eram feitas por decreto, e o cargo era vitalício, enquanto os docentes livres tinham mandatos de 10 anos, podendo ser renovados conforme sua contribuição ao ensino (Decreto Nº.940, 2 de jul.1926).

Os docentes livres no Atheneu Sergipense também eram selecionados por concurso, mas com algumas diferenças em relação aos catedráticos. Com um mandato de 10 anos, renovável com base em seu desempenho e contribuição acadêmica, esses professores passavam por uma seleção que incluía a defesa de uma tese de livre escolha, uma prova didática para disciplinas práticas, e uma dissertação de 50 minutos sobre um ponto sorteado, com 24 horas de antecedência. Caso não atingissem a média mínima de 7, podiam participar de novo concurso, porém sem possibilidade de concorrer à vaga de catedrático por dois anos. Além disso, para que o concurso fosse aberto, era necessário um número significativo de alunos que justificasse a contratação. Professores honorários, por sua vez, eram eleitos pela Congregação com base em sua competência notável, sem concurso público, e a nomeação requeria dois terços dos votos dos membros. Já os professores de Desenho seguiam um processo semelhante ao dos docentes livres, com provas didáticas e orais, conforme as diretrizes aplicáveis aos catedráticos (Decreto Nº.940, 2 de jul.1926).

Os concursos para professor Catedrático eram divididos em três etapas principais: defesa de teses, prova prática e prova oral. Na primeira fase, os candidatos apresentavam duas teses, sendo uma de livre escolha e outra sorteada entre dez pontos previamente definidos pela Congregação, avaliando-se seu domínio sobre a disciplina e capacidade de gerar conhecimento relevante. A prova prática, exigida em disciplinas de natureza aplicada, envolvia a resolução de questões sorteadas no momento, com a possibilidade de consulta a materiais, sob a supervisão de uma comissão de quatro professores. Por fim, a prova oral consistia em uma apresentação didática de 50 minutos sobre um ponto sorteado com 24 horas de antecedência, focando na clareza e competência do candidato ao expor o conteúdo. Para ser considerado aprovado, o candidato precisava obter uma média

mínima de 7. Caso contrário, a vaga poderia ser temporariamente preenchida até a realização de um novo concurso (Decreto Nº.940, 2 de jul.1926).

**QUADRO 07 - TESES APRESENTADAS NOS CONCURSOS DOCENTES DO
ATHENEU SERGIPENSE (1926- 1929)**

Candidato	Ano	Cadeiras	Tese de livre escolha	Tese de ponto sorteado
Alberto Bragançade Azevedo	1926	Latim	Syntaxe do verbo esse	A voz passiva, em Latim, construção pessoal e impessoal davorz passiva
Florentino Tellesde Menezes	1926	Sociologia	Influencia do clima nas civilizações, localizado como O clima quente não é impróprio a civilização	O processo da selecção na sociedades. Até que ponto a selecção natural pode influir nas sociedades
Ranulfo HoraPrata	1926	Literatura Brasileira edas Línguas Latinas	A Renascença das lettrasem França	Repercutiu na nossa litteratura o movimento romântico de 1830?
Octávio Espírito Santo	1926	Desenho	-	Que relação existe entre o desenho a mão livre e desenhoGeométrico?
Alfredo Guimarães Aranha	1929	Matemática	Potenciação e Radiação	Esphera. Representação graphica de funcção num syistema de coordenadas rectilineas. Funcções decimaes
João Alfredo Montes			Systema Metrico Decimal	
Maria Rita Soaresde Andrade	1929	Literatura Brasileira e das Línguas Latinas	A mulher na Literatura(das Linguas novi-Latina)	-

Fonte: Souza, 2016, p. 164.

A realização do concurso para professores catedráticos do Atheneu Sergipense entre os anos de 1926 e 1929 foi um marco em um período de transição e reforma no sistema educacional brasileiro, especialmente no contexto da Reforma Rocha Vaz. Essa reforma, que buscou modernizar o currículo e aprimorar a formação docente, promoveu uma nova concepção de educação, enfatizando a importância do ensino secundário como um espaço de formação integral. O concurso, ao selecionar professores para disciplinas fundamentais como Latim, Sociologia, Literatura e Matemática, teve um papel primordial na implementação dessa nova proposta educacional.

As teses apresentadas pelos candidatos refletem tanto a diversidade de abordagens pedagógicas quanto a interdisciplinaridade exigida pela reforma. Por

exemplo, a tese de Florentino Telles de Menezes, que discutia a influência do clima nas civilizações, trazia um tema relevante para a Sociologia e demonstrava a busca por uma compreensão mais ampla das condições sociais e ambientais que moldam as sociedades. De maneira similar, as discussões sobre a Renascença das letras em França por Ranulfo Hora Prata e a análise da presença feminina na literatura por Maria Rita Soares de Andrade evidenciam a intenção de promover um ensino que transcendesse a mera memorização de conteúdos, estimulando a reflexão crítica e a conexão com questões contemporâneas.

5.1 - O CONCURSO PARA A CADEIRA DE SOCIOLOGIA DO ATHENEU SERGIPENSE

A educação, enquanto reflexo das mudanças sociais e culturais, é um campo que revela as complexas interações entre conhecimento, poder e formação identitária. No contexto brasileiro, o ensino de Sociologia emerge como um elemento fundamental na construção do pensamento crítico e na formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Em Sergipe, esse processo ganhou destaque com a abertura do concurso para a cadeira de Sociologia no Atheneu Sergipense, ocorrido em 1926. Os debates que precederam a realização deste concurso, especialmente aquelas na Congregação do Atheneu, evidenciam a importância atribuída à disciplina e ao rigor intelectual esperado dos candidatos.

As discussões sobre a abertura de inscrições para o concurso de Sociologia do Atheneu Sergipense ocorreram no dia 26 de dezembro de 1925²⁴. No dia 13 de janeiro de 1926, a Congregação do Atheneu Sergipense se reuniu e decidiu que as inscrições do concurso para a cadeira de Sociologia seriam publicadas em edital, chamando candidatos para seu provimento. Na ocasião, o presidente Leandro Diniz de Faro Dantas solicitou a Jucundino de Souza Andrade, Luís de Figueiredo Martins, Abdias Bezerra, José de Andrade Carvalho, Quintino Marques, Alberto Bragança de Azevedo e Adalberto Simeão Sobral que escolhessem e organizassem a lista de dez pontos para a temática de uma das teses a serem apresentadas pelos concorrentes. (Souza, 2016):

²⁴ Por determinação do citado Decreto nº. 940, o Atheneu Sergipense abriu concursos para professores para dez cadeiras vagas, a saber: Latim (1926), Sociologia (1926), Literatura Brasileira e das Línguas Latinas (1926 e 1929), Desenho (1926, 1928 e 1929), Aritmética (1926), Cosmografia (1926), Geometria e Trigonometria (1927) e Matemática (1929). O edital do concurso para Professor Catedrático de Sociologia do Atheneu Pedro II foi aberto em 13 de janeiro de 2026, com prazo de inscrição até 10 de julho daquele ano (Souza, 2016, p. 162).

**QUADRO 08 - LISTA DE PONTOS DA TESE DE PONTO SORTEADO DO
CONCURSO DE SOCIOLOGIA (1926)**

Números	Pontos
1º	A organização social como factor no desenvolvimento, da civilização
2º	O meio Geographico. As conquistas, A agricultura, a indústria, e a capital. Sua influência nasociedade e no progresso humano
3º	Darwin. Applicação de suas theorias nas sociedades humanas. Objeções apresentadas
4º	O processo de selecção nas sociedades. Até que ponto a selecção natural pode influir nassociedades
5º	A selecção social, desde os primitivos acampamentos humanos até as sociedades civilisadas
6º	A aristocracia nas sociedades. Sua influencia no programa humano
7º	Influencia dos grandes homens e, das...na vida dos povos, das sociedades e da civilisações
8º	O desenvolvimento da intelligencia na evolução humana. Suas causa, suas leis
9º	Qual o factor mais influente e que mais intensamente actua na evolução do typoo humano
10º	Influencia das religiões na vida dos povos e na formação das civilisações

Fonte: Souza, 2016, p. 178.

A lista de pontos acima reflete as discussões sociológicas do período e oferece um panorama sobre a forma como a disciplina poderia ser abordada no contexto educacional. Cada tema abordado na lista pode ser considerado uma janela para as múltiplas dimensões que a Sociologia deveria abranger no ambiente escolar, proposto para aquele período. Os temas abordados nas teses sorteadas, embora ancorados em contextos científicos e sociais, também dialogam com as tensões políticas, culturais e econômicas da época, evidenciando a necessidade de compreender as dinâmicas sociais em um país em processo de afirmação de sua identidade nacional.

O primeiro ponto da lista, que trata da "organização social como fator no desenvolvimento da civilização", é emblemático desse contexto. No Brasil do início do século XX, a discussão sobre as estruturas sociais se intensificava, especialmente à luz das transformações trazidas pela urbanização e pela industrialização. Essa análise possibilita uma reflexão sobre como as diferentes formas de organização social moldam as interações humanas e influenciam o progresso das sociedades, especialmente em um país marcado por desigualdades profundas.

A discussão das teorias de Darwin e sua aplicação nas sociedades humanas, presente no terceiro e quarto pontos, introduz a complexidade da relação entre ciência e sociedade. No Brasil, essas teorias eram frequentemente utilizadas para justificar hierarquias sociais, e o ensino de Sociologia na época poderia ter se

beneficiado de uma crítica a essas aplicações, promovendo um debate sobre as implicações éticas e sociais das ideias darwinistas. Além disso, a seleção social e a aristocracia, abordadas em pontos subsequentes, refletem a hierarquia social que permeava a sociedade brasileira. O entendimento de como as elites moldam as práticas culturais e sociais ajuda a analisar as dinâmicas de poder e a resistência das classes subalternas, que lutavam por reconhecimento e direitos em um contexto de desigualdade.

Ao final do período de inscrições, apenas um único candidato se inscreveu para o concurso público para a Cadeira de Professor Catedrático de Sociologia. Florentino Telles de Menezes, que apresentou os seguintes documentos: Certidão da Faculdade de Medicina da Bahia, provando que cursou até o 4º Ano neste instituto; patente de oficial da Guarda Nacional; Certidão de idade, comprovando ser maior de 21 anos e menor de 40 anos e Folha corrida. Junto a essa documentação o concorrente entregou para avaliação o número exigido por lei de duas teses: uma sobre o assunto sorteado pela Congregação, “nº. 4 O processo de selecção nas sociedades. Até que ponto a selecção natural pode influir nas sociedades”, e outra de livre escolha do candidato intitulada “Influência do clima nas civilizações”. Apresentou também quatro publicações de sua autoria: Desenvolvimento intelectual dos povos; Leis de Sociologia aplicada no Brasil; Estudo Chorographico e Social do Brasil; Escola Social Positiva (Souza, 2016).

No dia 16 de agosto de 1926, após a apresentação da tese sorteada, a Congregação do Atheneu Sergipense se reuniu no Palácio da Assembleia Legislativa para criar uma lista de trinta temas para a prova oral do concurso de Sociologia. Um desses temas seria sorteado, e o candidato teria 24 horas para preparar sua dissertação, conforme as exigências do decreto federal de 13 de janeiro de 1925. Essa ação demonstra a estrutura formal e o rigor do processo seletivo, que buscava garantir a qualidade do ensino na instituição.

QUADRO 09 - LISTA DE PONTOS DA PROVA ORAL DO CONCURSO DE SOCIOLOGIA (1926)

Números	Pontos
1º	Organização das sociedades. Diferentes phases de sua evolução
2º	Conservação das sociedades. Causa e leis
3º	Como progridem as sociedades. Causas e leis
4º	Decadência e morte das sociedades. Suas causas
5º	Factores biológicos. As influencia nas sociedades
6º	Factores psicologicos. Sua influencia nas sociedades

7º	Factores sociaes. Sua influencia a evolução humana
8º	A civilização. Sãs causas e consequencias
9º	Processos de diferenciação observados nas sociedades. a lei das escoes
10º	Phenomenos intellectuaes observados nas sociedades. Sua influencia no progresso humano
11º	O casamento. Sua influencia na evolução humana
12º	Influencia da raça na evolução social
13º	O progresso social e o desenvolvimento humano. Suas relações
14º	Leis e factores que agem concorrentemente nas sociedades humanas e do animaes. Relações entreestas sociedades
15º	Complexidade do phenomenos sociaes
16º	Influencia da sociedade n evolução humana
17º	A religião e a moral. Sua influencia na civilização
18º	Influencia da guerra na evolução humana
19º	A familia. Sua origem, evolução e influencia na civilização
20º	A agricultura, a industria, o commercio e o capital. Sua influencia nas sociedades e na evoluçãodos povos
21º	Classificação das sociedades. Critica dos methods epregados
22º	A insitação. Sua influencia nas sociedades
23º	Phenomenos sociaes. Suas relações com os outros phenomenos da natureza
24º	Lei da solidariedade social. Lei do gregorismo
25º	Lei dos formalismos sociaes. Lei da mentira do grupo
26º	A hereditariedade e sua influencia nas sociedades
27º	O equilibrio social. Sua influencia na conservação e no progresso das sociedades
28º	A complexidade circular no phenomenos sociaes. Sua influencia no progresso humano
29º	A repetição dos phenomenos em Sociologia. Formas sob as quaes se manifesta
30º	Determinar as causas que provocaram o estacionamento, de certas civilizações, como chinesa, ahindu e a muçulmana

Fonte: Souza, 2016, p. 183.

A lista de pontos da prova oral do concurso abrange uma diversidade de temas que refletem as preocupações sociológicas da época, evidenciando um forte interesse pela compreensão das dinâmicas sociais e suas complexidades. O primeiro ponto, que discute a organização das sociedades e suas diferentes fases de evolução, estabelece um fundamento para a análise estrutural, enquanto o foco na conservação e decadência das sociedades revela uma preocupação com os fatores que garantem a estabilidade social e os riscos de desintegração. Os temas relacionados a fatores biológicos, psicológicos e sociais, assim como o papel da religião e da moral, indicam uma tentativa de integrar diferentes disciplinas para entender o comportamento humano em sua totalidade.

A ênfase na influência da família, da guerra e das condições materiais, como agricultura e comércio, sugere uma análise das forças externas que moldam a vida social, refletindo uma abordagem holística que buscava captar a interconexão entre diversas esferas da experiência humana. Além disso, a crítica à classificação das sociedades e a busca por leis que regem as relações sociais demonstram uma

preocupação com a sistematização do conhecimento sociológico, apontando para um ensino de Sociologia que transmitisse conteúdos e fomentasse um pensamento crítico sobre a realidade social.

A lista da prova oral inclui temas mais dinâmicos a evolução, a conservação e a decadência das sociedades. O foco nos fatores biológicos, psicológicos e sociais, assim como na influência da família e da guerra, indicam uma intenção de aprofundar a compreensão dos processos que governam a vida social. Essa diversidade de temas reflete uma abordagem, que busca descrever e analisar as causas e consequências das mudanças sociais. Além disso, a ênfase na crítica das classificações sociais e a busca por leis que governam as relações humanas demonstram um compromisso com a sistematização e a evolução do conhecimento sociológico. Assim, enquanto a lista da tese se concentra em princípios fundamentais e teóricos, a lista da prova oral apresenta uma exploração mais abrangente e prática das dinâmicas sociais, preparando os candidatos para uma reflexão crítica sobre as realidades contemporâneas.

O concurso para professor catedrático de Sociologia no Atheneu Sergipense, ao incluir temas como a organização, evolução e decadência das sociedades, assim como a influência da família, moralidade, religião e Estado, reflete o caráter normativo e conservador da Sociologia ensinada na época. Sob o entendimento da Sociologia do Currículo, essa seleção de conteúdos não só apresentava conhecimentos sociológicos, mas também reforçava ideais de estabilidade e hierarquia social, alinhando-se aos valores e interesses dominantes da época.

A escolha de temas como a classificação das sociedades e a busca por “leis sociais” indicava uma tentativa de sistematização do conhecimento sociológico que legitimava certas visões de mundo, promovendo a ordem e a continuidade das estruturas sociais como naturais. Em vez de apenas transmitir saberes, o currículo da Sociologia visava moldar uma elite intelectual que valorizasse o papel de instituições como o Estado e a família, vistas como fundamentais para a coesão social.

Ao investigar o concurso para a cadeira de Sociologia no Atheneu Sergipense, é vital considerar as complexidades que envolvem a educação nesse contexto histórico. As discussões realizadas na Congregação do Atheneu, especialmente a solicitação do presidente Leandro Diniz de Faro Dantas para que os membros

elaborassem uma lista de temas para as teses dos candidatos, revelam o profundo significado cultural e político que permeava o evento. A partir da compreensão teórica de Pierre Bourdieu, o concurso pode ser compreendido como uma manifestação das relações de poder que moldavam o campo educacional da época. A seleção dos temas a serem discutidos pelos candidatos reflete um controle significativo sobre o capital cultural que seria transmitido aos alunos, uma vez que a definição do que é considerado relevante no ensino de Sociologia influencia diretamente a formação dos estudantes.

Após a realização das provas orais, a aprovação do resultado do Concurso de Sociologia se deu em sessão pública realizada no salão do Palácio da Assembleia Legislativa do Estado pelos membros da banca examinadora. As notas finais, apresentadas na ata do concurso, mostraram um desempenho notável de Florentino: 9,84 na tese de livre escolha, 9,76 na tese de ponto sorteado e 9,92 na prova oral, resultando em uma média final de 9,84, arredondada para 10,0. Essa média, que atesta seu domínio sobre os conteúdos avaliados, culminou na sua aprovação e na nomeação vitalícia para a cadeira de Sociologia, conforme o decreto publicado em 18 de agosto de 1926.

As notas conferidas à these de livre escolha do candidato apresentaram uma media de 9,84 (nove e oitenta e quatro centésimos), as conferidas à these sorteada por esta Congregação apresentaram uma media de 9,76 (nove e setenta e seis centésimos); e as conferidas a prova oral, apresentaram uma media de 9,92 (centésimos) (nove noventa e dois centésimos) (sic). A apuração final deu, por conseguinte, uma media de 9,84 (nove e oitenta e quatro centésimos), ou seja, em número redondo, dez (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1926, Ref. 496FASS01).

Florentino Telles de Menezes, ao assumir a cadeira de Sociologia, trouxe consigo um capital cultural significativo fruto de sua formação acadêmica e de sua trajetória intelectual. Sua habilitação e o reconhecimento obtido no concurso refletiram suas capacidades individuais e contexto histórico e social em que a Sociologia se afirmava como uma disciplina fundamental para a educação, abrindo caminho para o desenvolvimento de saberes específicos que buscavam entender a complexidade das relações sociais e culturais na sociedade brasileira da época.

5.2 – OS CAPITAIS SOCIOLÓGICOS DE FLORENTINO MENEZES

Florentino Menezes pertence ao grupo dos pioneiros das Ciências Sociais no Brasil que, por amor e curiosidade, abraçavam a ciência e faziam dela o seu ideal de vida. Buscou na Sociologia o conhecimento necessário para entender o florescimento da nova sociedade republicana que via nascer. Residindo na Aracaju do início deste século, foi o responsável pela divulgação e pelo desenvolvimento desta ciência em terras sergipanas. Atualizado com discussões e acontecimentos, tanto nacionais quanto internacionais(1), levou para os meios intelectuais sergipanos as mais recentes análises sociológicas dessa época (Silva, 1998, p. 71).

Ao nos debruçarmos sobre a história da Sociologia em Sergipe, o nome de Florentino Menezes surge como um dos pioneiros nessa área de conhecimento (Silva, 2007, p. 154)

Terceiro, o sociólogo pioneiro, que dedicou sua vida a reflexão, lendo os clássicos e apresentando para o público leitor o resultado de seus trabalhos voltados para uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade e dos seus problemas (Dantas, 2009, p. 5).

Florentino Menezes foi um intelectual que dedicou toda a sua produção à Sociologia. Ao longo de toda a primeira metade do século XX, ele foi o único a se autodeclarar um “sociólogo” no meio cultural sergipano. Não se trata de um intelectual amplamente conhecido. Sua obra foi, em grande medida, ignorada por seus contemporâneos, possivelmente por tê-la produzido em Sergipe, à margem dos centros intelectuais da época. A reputação que deteve, em vida, decorreu, por um lado, de sua defesa dos ideais socialistas naquele estado e, por outro, da sua atuação como um dos primeiros professores de Sociologia do país, no Colégio Atheneu sergipense, ao longo da década de 1930 (Souza, 2024, p.10)

Estudiosos que analisaram a vida e obra de Florentino Menezes o destacam como um dos pioneiros das Ciências Sociais no Brasil e o principal divulgador da Sociologia em Sergipe durante a primeira metade do século XX. Numa época em que a Sociologia ainda estava em processo de consolidação como disciplina acadêmica no país, Menezes abraçou a ciência como objeto de estudo e um ideal de vida. Residindo em Aracaju, ele se dedicou à difusão dos debates sociológicos contemporâneos, trazendo ao público sergipano as mais recentes teorias e análises da nova sociedade republicana em formação. Atuando como um dos primeiros professores de Sociologia no país e o único a se identificar como sociólogo no meio cultural de Sergipe, Florentino firmou-se como referência intelectual e foi responsável por estimular uma reflexão profunda sobre o funcionamento da sociedade e seus problemas.

O candidato aprovado no Concurso em análise nasceu em Aracaju no dia 7 de novembro de 1886, cujos pais foram Álvaro Teles de Menezes (médico) e Francina da Glória Muniz Teles de Menezes (professora). Iniciou os estudos em Engenharia

em Recife, transferiu-se para o Rio de Janeiro, mas adoeceu de beribéri e deixou a escola. Transferiu-se para o Rio de Janeiro para estudar Medicina, mudou-se para Bahia e no terceiro ano, outra vez largou a faculdade por questão de saúde. De retorno a Aracaju, restabeleceu-se, foi nomeado 2º Escriurário do Tesouro do Estado em janeiro de 1912. Esta era uma estratégia recorrente em Sergipe, sobretudo pela ausência de instituições de Ensino Superior em Sergipe²⁵:

Assim, os sergipanos que dispunham de recursos para adquirir diplomas superiores migraram para outros estados. Aqueles que desejavam obter o diploma de bacharel em direito procuraram: a *Faculdade de Direito do Recife*, a *Faculdade de Direito de São Paulo*, a *Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro*, a *Faculdade Livre de Direito da Bahia*, a *Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre*, a *Faculdade Livre de Direito do Ceará* e a *Faculdade de Direito de Paris*. Os interessados nos títulos de médico, odontólogo e farmacêutico buscaram a *Faculdade de Medicina da Bahia*, a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, a *Escola Odontológica de São Paulo*, a *Escola Livre de Medicina de Porto Alegre*, a *Escola Livre de Medicina de Ouro Preto*; e se especializaram: na *Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain*, na *Faculdade de Medicina de Paris* e na *Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra*. Aqueles que desejavam seguir a carreira das armas ou cobiçavam o diploma de engenheiro procuraram: a *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*, a *Escola Militar do Realengo*, a *Escola Militar da Praia Vermelha*, a *Escola Naval*, a *Escola Agrícola*, a *Escola de Agrimensura de Belém*, a *Escola de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande do Sul*, a *Escola Superior de Guerra*, a *Escola Geral de Tiro*, o *Colégio Militar de Barbacena*, a *Escola Militar do Ceará* e o *Instituto Zootécnico*. Os interessados na carreira eclesiástica buscaram: o *Seminário Arquiepiscopal da Bahia*, o *Seminário Episcopal de Maceió*, o *Seminário de Olinda*, a *Universidade de Paris* e a *Universidade Gregoriana de Roma*. Àqueles que não possuíam pecúlio suficiente restava contentar-se com a instrução secundária, ou então, no caso dos sergipanos do oitocentos, tentar obter o subsídio que a *Assembléia Provincial* concedia aos professores primários e secundários desprovidos de meios que desejassem cursar as academias imperiais. importante frisar que apenas os indivíduos com *capital econômico e social* elevado – os filhos dos proprietários de terras e burocratas do alto escalão e com o passar do tempo os filhos de negociantes, burocratas do escalão inferior e profissionais liberais – tiveram acesso à educação no *Império* e na *Primeira República*. Os sergipanos com *capital econômico e social* modesto permaneceram, geralmente, iletrados. Apenas alguns frequentaram as

²⁵ Quanto ao ensino superior, as primeiras tentativas de implantá-lo nas plagas sergipanas remonta aos decênios iniciais da *República*. Em 1898, Daniel Campos, presidente interino do Estado, nomeou uma comissão para elaborar o plano de fundação de uma academia de direito. Em 1907, o presidente Guilherme Campos concedeu uma subvenção à sociedade que criasse uma faculdade de direito na capital. Todavia, nenhuma dessas iniciativas surtiu efeito. Apenas em 1913 surgiu a primeira escola superior de Sergipe: o *Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus*, destinado à educação religiosa. Em 1925, por iniciativa do presidente Maurício Graccho Cardoso, surgem os primeiros cursos voltados para o ensino leigo: a *Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire* e a *Faculdade de Direito Tobias Barreto*. Porém, ambas não obtiveram êxito, pois o governo federal não lhes concedeu a equiparação necessária para atrair a clientela. A primeira escola funcionou durante um ano e a segunda não chegou a funcionar. O desejo de prover Sergipe de uma rede de estabelecimentos de ensino superior só será concretizado a partir da década de quarenta com a instalação da *Faculdade de Ciências Econômicas* (1948), da *Faculdade de Química* (1950), da *Faculdade de Direito de Sergipe* (1951), da *Faculdade Católica de Filosofia* (1951), da *Faculdade Católica de Serviço Social* (1954) e da *Faculdade de Ciências Médicas* (1961), academias reunidas posteriormente na *Universidade Federal de Sergipe*, criada em 1968 (Souza, 2001, p. 45-46).

aulas de primeiras letras ou tentaram constituir um parco *capital cultural* de forma autodidata. Mesmo com a existência de colégios públicos, grande parte desses indivíduos não pôde seguir os itinerários reconhecidos de instrução, pois a matrícula nesses estabelecimentos de ensino impossibilitava-os de manter as suas atividades no campo, na loja ou em qualquer outro lugar onde estivessem contribuindo para a sobrevivência de suas famílias. O ensino superior, pelas mesmas razões, era quase uma quimera para esses mal nascidos (Souza, 2001, p. 46-48).

Embora conste uma citação no Dicionário Armindo-Guaraná relativa a conclusão nos estudos de humanidades na Bahia (Guaraná, 1925, p. 167-168), esse não foi concluído. Segundo Dantas (2009), a trajetória acadêmica de Florentino Menezes foi marcada por interrupções e desafios que afetaram profundamente sua vida e auto percepção. Essa série de obstáculos acadêmicos foi um golpe significativo, pois ele próprio, anos mais tarde, descreveu o abandono como um fracasso pessoal, que o fez sentir-se “um vencido”. Em 18 de janeiro de 1927, o próprio Juvenil da Rocha Vaz, enquanto Diretor do Departamento Nacional do Ensino, encaminhou a Direção do Atheneu um ofício questionando a legitimidade do resultado final do Concurso para a Cadeira de Sociologia:

Em referencia ao relatório que veio anexo ao nosso officio de 27 de Agosto ultimo, relativo ao concurso realizado neste Atheneu para provimentos das cadeiras de Latim, Literatura e Sociologia, devo declarar que só o último, de sociologia, suscita duvidas sobre sua legitimidade. Convém, pois, que exijaes do detentor dessa cadeira a prova de ter ele o curso completo de Humanidades, de acordo com o art. 151 paragrapho único do decreto n. 16.782. Agora em vigor, visto que só a certidão de haver elle cursado até o 4º anno de Medicina, na Faculdade da Bahia, não satisfaz, os requisitos da lei. Saúde e fraternidade – Rocha Vaz, director geral (PETICÃO DESPACHADA. Diário Oficial, 15 de fev. 1927, p. 10.798).

Apesar deste questionamento significativo do então Diretor do Departamento Nacional do Ensino quanto a ausência da posse de capital simbólico “curso completo de Humanidades” e da não legitimidade quanto a posse do “capital” incompleto do curso de Medicina (cursado até o 4º ano), Florentino Menezes foi nomeado em 07 de agosto de 1927 como Professor Catedrático de Sociologia do Atheneu Pedro II, atuando enquanto docente até 18 de junho de 1940, quando se aposentou aos 54 anos. Durante essa atuação exerceu o cargo de Vice-Diretor do Colégio e de todas as atividades previstas em relação à categoria de Professor Catedrático.

De fato, Florentino Menezes não possuía os pré-requisitos formais previstos na legislação para concorrer à citada vaga de Professor Catedrático. Entretanto, partimos do pressuposto de que o então candidato já detinha capitais simbólicos,

culturais e sociais junto ao campo intelectual em Sergipe. Acreditamos que já detinha o capital simbólico de *sociólogo* reconhecido naquele campo social quando se candidatou a vaga de *Professor Catedrático de Sociologia* do Colégio Atheneu Pedro II. A posse desse o capitalizava para o ingresso em uma unidade escolar de destaque e referência no estado de Sergipe e em um cargo com alto valor simbólico. Somente ele não detinha os critérios formais ou isso era uma prática comum, ou seja, se o candidato tivesse os capitais não era necessário atender os critérios estabelecidos no concurso? Outra hipótese é que o fato de não termos o curso específico de formação em ciências sociais acabava impossibilitando a efetivação desta exigência. Então, ficava mais fácil aceitar a inscrição dele porque tinha os capitais embora sem a devida formação.

Vejam os como esses capitais eram constituídos. Em primeiro lugar, estamos nos referindo ao “idealizador” da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), assim como, participou do ato de sua fundação em 06 de agosto de 1912. Além deste capital simbólico, Florentino Menezes foi responsável por convocar seus primeiros integrantes, convidando 40 pessoas e obtendo reações diversas, mas constituindo capitais sociais junto à intelectualidade sergipana. A ideia foi acolhida pelos magistrados do Tribunal de Relação e, junto com os desembargadores, o instituto foi fundado em 6 de agosto de 1912, na sede do Tribunal, onde funcionava o Clube de Esperanto (Dantas, 2012, p. 32). Dos vinte e dois membros iniciais do instituto, pelo menos treze possuíam formação em Direito e uma boa parte compunha a elite do judiciário sergipano. Menezes nunca presidiu o IHGSE, mas fez o discurso de fundação²⁶ e ocupou nele uma diversidade de cargos. Foi 1º Secretário e 2º Secretário por dois períodos. Participou de diversas comissões, dentre as quais as de Finanças, Museu e Biblioteca e Geografia por anos sucessivos (Dantas, 2009, p. 09). O IHGSE teve a função social de consagração (Bourdieu, 2011) de Florentino Menezes. Na Primeira República (1889-1930) foram fundadas dezenas de instituições em Sergipe visando o desenvolvimento intelectual do estado e se constituindo como espaços de consagração:

²⁶ MENEZES, Florentino Telles. Discurso pronunciado pelo acadêmico Florentino Telles por ocasião da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1. n. 1, p. 9-12, 1913.

Data do período republicano a criação das seguintes entidades: *Gabinete Literário Tobias Barreto* (1889), *Clube Literário 24 de julho* (1898), *Clube Esperanto* (1907), *Centro Operário Sergipano* (1910), *Sociedade Médica de Sergipe* (1910), *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (1912), *Centro Literário Educativo* (1914), *Liga Sergipense contra o Analfabetismo* (1916), *Centro Pedagógico Sergipano* (1918), *Centro Socialista Sergipano* (1918), *Centro Cívico Amintas Jorge* (1918), *Grêmio Tomaz Cruz* (1918), *Academia Literária Santo Tomaz de Aquino* (1919), *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Aracaju* (1919), *Hora Literária Santo Antônio* (1919), *Centro de Propaganda do Voto Secreto* (1923), *Instituto Parreiras Horta* (1924), *Sociedade Odontológica de Sergipe* (1928), *Academia Sergipana de Letras* (1929), *Clube Literário Tobias Barreto*⁵³, *Gabinete Literário de Aracaju*, *Sociedade Ensaio Literários e Horas Literárias Sílvia Romero*, *Tobias Barreto*, *Fausto Cardoso e Gumercindo Bessa*. No interior surgiram o *Clube Caxeiral* (1900) e o *Clube Comercial* (1901) em Estância, o *Clube Literário Progressista* (1905) em Boquim, o *Clube Literário Sílvia Romero*⁵⁸ (1918) em Frei Paulo, o *Grêmio Literário Simãoense* (1905), o *Gabinete de Leitura de Riachuelo* (1927) e a *Casa do Livro de Capela* (1928) (Souza, 2001, p. 32).

Além do IHGSE, Florentino Menezes também idealizou três centros com fins intelectuais e políticos. O *Centro Pedagógico Sergipano*, cujo principal objetivo era agenciar o desenvolvimento da literatura pedagógica no estado. Embora não tenha se efetivado na prática, convocou diversos profissionais interessados no adiantamento da instrução, entre os quais: o Diretor da *Instrução Pública*, os inspetores escolares, os diretores e docentes do *Atheneu Sergipense*, da *Escola Normal*, dos grupos escolares e dos colégios particulares. O segundo foi *Centro de Propaganda do Voto Secreto*, que se propunha a trabalhar pela moralização das eleições com o estabelecimento do voto secreto. Seus sócios acreditavam que com este expediente acabaria com as oligarquias, evitaria a vitória dos governos desonestos e despóticos, resolveria o problema das forças partidárias e livraria o país da bancarrota. Por fim, convidou a intelectualidade local para fundar o *Centro Socialista Sergipano*. O objetivo era constituir um fórum para discussão e propaganda das diferentes doutrinas socialistas no estado. Apesar da adesão dos letrados sergipanos, a associação teve duração efêmera, talvez de apenas quatro meses (Sousa, 2001).

Acreditamos que Florentino Menezes quando participou do concurso já possuía capitais suficientes para ser reconhecido pelos pares enquanto um sociólogo a partir da sua produção cultural e atuação no campo intelectual, com pesquisas publicadas que lhes davam notoriedade intelectual. Por outro lado, ele também incorporava os mecanismos de consagração através da participação em instituições, tal como o IHGSE, e de ideários cientificistas que buscavam interferir na realidade local.

Florentino Menezes recrutou membros para o Instituto Histórico e Geográfico mediante critérios de representação social, produziu palestras e discursos e trocou elogios com seus pares. Seu trânsito por algumas escolas superiores da época permitiu que entrassem em contato com as ideias científicas²⁷, uma vez que essas instituições foram os seus principais *lócus* de recepção, reelaboração e divulgação, sobretudo nos museus etnográficos, nos institutos históricos e geográficos, nas faculdades de direito e medicina e nas escolas militares no Brasil de fins do século XIX e início do XX (Souza, 2001).

Estamos nos referindo um intelectual que atuou na chamada *república das letras sergipana* (1889-1930), termo cunhado pela historiadora Cristiane Vitória de Souza para analisar o campo intelectual sergipano nesse período. Dentre os sentidos desse campo, era utilizado pelas entidades, tal como o IHGSE, o volume de capital social como o principal critério de admissão, isto é, recrutamentos através das redes de relações sociais para os quais aspirantes à carreira intelectual estavam em condições de mobilizar (Souza, 2002).

A maioria era oriunda das camadas mais privilegiadas da sociedade, ou seja, das frações altas e médias. Eram filhos de proprietários de terra, comerciantes, industriais e altos funcionários públicos, segmentos que gozavam de um amplo prestígio no *campo social local* (Souza, 2002, p. 200).

O reconhecimento de Florentino Menezes também se constituiu a partir da sua produção intelectual, o que lhe credenciou à condição de um agente com a posse de capitais culturais legítimos para à vaga de Professor Catedrático de Sociologia. Quando participou do Concurso já havia publicado 9 livros: 1. *Estudo Chorográfico e Social do Brasil*. Aracaju, Typografia Amaral, 1912; 2. *Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil*. Aracaju, Typ. Xavier, 1913; 3. *Desenvolvimento Intelectual dos Povos*. Aracaju, Typ. Operaria, 1916; 4. *Influência dos Fatores Geográficos na Formação da Sociedade Brasileira*. Aracaju, Typ. Operaria, 1916; 5. *Escola Social Positiva*. Aracaju, Imprensa Popular, 1917; 6. *O Voto Secreto*. Aracaju, Typ. Moderna, 1924; 7. *Complemento a O Voto Secreto*. SNT, 1925; 8. *Estudo de Sociologia: O Processo*

²⁷ O movimento científicista teve início na Ilustração e atingiu o seu ápice no século dezenove. Ele possuía duas características básicas. A primeira é a crença de que o universo social é regido pelas mesmas leis que rege o universo natural. Deste modo, os fenômenos sociais deveriam ser examinados à luz dos princípios epistemológicos e metodológicos das ciências da natureza. Negava-se o caráter racional a todas as formas de conhecimento extracientíficos. A ciência era considerada o ponto mais alto da evolução intelectual. A segunda característica desse ideário é a confiança irrestrita nos poderes da ciência. Acreditava-se que a ciência deveria intervir nos destinos da humanidade, solucionando seus problemas e indicando um melhor caminho para o progresso e para a civilização (Souza, 2001, p. 49-50).

de *Seleção nas Sociedades*. Aracaju, SNT, 1926; 9. *Influência do Clima nas Civilizações*. Aracaju, SNT, 1926. Além dessas obras, destacam-se publicações junto a Revista do IHGSE: a) Discurso de implantação, Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no. 1, 1913; b) Atas. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no 5, 1916 (Dantas, 2009)²⁸.

Essa produção de Florentino Menezes amplamente influenciada por uma diversidade de autores clássicos, especialmente os positivistas como Augusto Comte, Herbert Spencer e Émile Durkheim, além de socialistas e individualistas como Friedrich Nietzsche. Seus capitais culturais estavam diretamente associados aqueles consagrados na intelectualidade sergipana, sobretudo no âmbito do IHGSE:

Para realizar essa tarefa os bacharéis e doutores que compunham o quadro social do instituto adotaram o ideário cientificista haurido nos estabelecimentos de ensino nos quais realizaram a sua formação. A adesão a esse credo torna-se evidente na leitura das revistas publicadas pela instituição entre 1913 e 1929. Entre os principais autores europeus adotados como referenciais teóricos figuram Ernest Heinrich Haeckel, Frederich Ratzel, Charles Robert Darwin, Hippolyte Taine e Herbert Spencer. Também mostraram conhecer Auguste Comte, Auguste Le Bon, Henry Thomas Buckle, A. Quatrefages, José Ingenieros, Alexander von Humboldt, Enrico Ferri, George Büchner, Bluntschli, Claude Henri de Saint-Simon, Louis Blanc, Babeuf e Karl Marx. Entre os difusores brasileiros do cientificismo utilizaram Sílvio Romero, Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Rudolf von Ihering e Felisbela Freire. A adoção desses autores implicou no emprego de conceitos como evolução, progresso, civilização, organismo, raça, meio, lei, perfectibilidade, povo, hereditariedade, psicologia, nação, filogenia, tradição e patriotismo (Sousa, 2001, p. 90-91).

Publicou obras relevantes, como *Estudo Chorográfico e Social do Brasil* (1912), onde criticava a divisão territorial do país, e *Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil* (1913), discutindo o progresso nacional conforme teorias sociológicas. Em *Escola Social Positiva* (1917), propôs uma reforma social que incluía substituir a aristocracia capitalista por uma intelectual e garantir direitos civis e políticos para as mulheres. Menezes também foi um ativista social. Inspirado pela Revolução Russa, organizou encontros em Aracaju para debater os direitos populares, mas enfrentou resistências

²⁸ Textos publicados pós-concurso. Livros: 10. *Tratado de Sociologia*. Aracaju, SNT, 1931; 11. *Classificações das Sociedades: Estudo de Sociologia*. Aracaju, Voz do Operário, 1931; 12. *A Ilusão Comunista e a Realidade Soviética*. Rio de Janeiro, SNT, 1934; 13. *Grandeza Decadência e Renovação da Vida*. Aracaju, Movimento Cultural de Sergipe, 1952, 4. *A Velhice*. Aracaju, mimeo, 1959. Nas revistas: 1. Revista da Academia Sergipana de Letras (ASL): a) Veneno Doméstico. Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras no. 5, 1933; b) Aspectos Sociais. Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, no 8, 1936; c) Decadência do mundo orgânico. Capítulo do livro em preparo "Grandeza, Decadência e Renovação da vida". Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, no 15, 1951. 2. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE): c) Discurso. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no 15, 1939 (Dantas, 2009).

locais. Decepcionado com a falta de engajamento do movimento operário sergipano, fundou o Centro Socialista Sergipano em 1918, promovendo o socialismo como uma doutrina pacífica e evolutiva. Apesar do entusiasmo inicial, o centro logo perdeu força, revelando as dificuldades para estabelecer uma estrutura socialista duradoura em Sergipe (Dantas, 2009).

Florentino Menezes foi uma figura relevante para o pensamento sociológico e reformista em Sergipe. Com uma formação rica em leituras de autores como Comte, Durkheim e Nietzsche, Menezes acumulou um importante *capital cultural*, que o destacou no campo intelectual sergipano e orientou suas reflexões sobre o desenvolvimento social e político do Brasil. Esse *capital cultural* permitiu-lhe propor transformações na sociedade local, particularmente por meio de seu engajamento no Centro Socialista Sergipano, onde buscava mobilizar a comunidade em prol de mudanças estruturais. Entretanto, as barreiras que encontrou revelam as limitações impostas pelo *campo social* sergipano, onde prevalecia dinâmicas conservadoras e resistente às ideias socialistas. Bourdieu destaca que os campos sociais são espaços de disputas simbólicas, onde as tentativas de transformar as estruturas enfrentam fronteiras e resistências definidas pelas relações de poder. Assim, apesar de sua produção intelectual e do projeto reformista, Menezes viu-se limitado por um campo político que rejeitava tais inovações.

Conforme Souza (2020), a obra de Florentino Menezes reflete sua formação autodidata e uma abordagem eclética, marcada pela ausência do rigor metodológico e teórico que as Ciências Sociais no Brasil viriam a consolidar apenas a partir da década de 1940. Sua abordagem é marcadamente eclética, misturando temas da Sociologia, Biologia e Paleontologia. Menezes explora as relações entre as sociedades humanas e as estruturas sociais do mundo animal, traçando paralelos entre o desenvolvimento da vida orgânica e a evolução das sociedades humanas. Apesar de usar extensivamente categorias biológicas, sua visão não se limita ao determinismo biológico; ao contrário, ele se posiciona mais como um racionalista científico do que como um positivista clássico ao estilo de Auguste Comte.

Os escritos de Florentino Menezes lhe renderam capitais simbólicos que podem ser constatados nas suas publicações. Em algumas é recorrente a reprodução de passagens textos com elogios às suas obras ou as seus capitais próprios, escritos por intelectuais sergipanos e de outros estados, o que indica

também seus capitais sociais acumulados, assim como, uma estratégia recorrente de auto reconhecimento de agentes junto aos campos intelectuais. Vejamos alguns exemplos.

A sua “Escola Social Positiva” é um livro de sã doutrina e vasta erudição, profundo nos conceitos philosophicos e políticos, muito claro nas palavras e, no momento que atravessa a vida universal, de perfeita actualidade. Professor Bricio Cardoso. “Diario da Manhã”, Aracaju, 19 de Outubro de 1917 (Menezes, 1931, p. 09).

Perlustrando-lhe os diversos capítulos [“Escola Social Positiva”] com a afetuosa atenção que nos merece o notável escritor sergipano, inteiramo-nos de que até hoje sobre assumptos inherentes ao socialismo, não ocorre nas letras pátrias mais inteligente assimilação, sob a forma de tão compacta synthese, quanto o trabalho do nosso conterraneo (Maximino Maciel, “Diário da Manhã”, Aracaju, de abril de 1918 (Menezes, 1931, p. 11).

Não me parece tarde para affirmar minha convicção de que o escriptor brasileiro Florentino Menezes é uma gloria viva de Sergipe, seu Estado, cujo prestígio alevantou admiravelmente com as profundas idéas da “Escola Social Positiva”, mais uma das obras mais serias que tenho lido e a mais ousada produção de sociologia em minha terra. Antenor Lyrio Coelho. Da “Voz do Operário”, Setembro de 1914 (Menezes, 1931, p. 13).

Só por isso Florentino Menezes é heroe; porque não é elle somente um jovem de muito talento e de grandes differenças; é tambem um vencedor pelo trabalho, pelo estudo, pela moral com que vive e se apresenta na arena, modesto, conformado, circumspecto e sábio. Helvécio de Andrade, Do “Diário da Manhã”, Aracaju 23 de Setembro de 1917 (Menezes, 1931, p.16).

Numa época em que entre nós, as ambições humanas têm por fim exclusivo, realizar o milagre de resolver o principio egoístico e chatamente burguez de: *vive para ti mesmo* – é digno de applauso o esforço hercúleo de Florentino Menezes, escrevendo mais um livro de litteratura sociologica, enriquecendo, assim o nosso patrimonio philosophico, criando uma *escola* que, seguindo os seus princípios, trará um grande beneficio á humanidade. Zózimo Lima. “Diário da Manhã”. Aracaju, 9 de Fevereiro de 1918 (Menezes, 1931, p. 17).

As Leis de Sociologia [Leis da Sociologia de Sociologia Aplicadas ao Brasil] a trahir estão em cada pagina um pensador de larga envergadura e um sociólogo de indiscutível valimento. Liberato Bittencourt, Do Prefácio da mesma obra (Menezes, 1931, p. 12).

Jamais conjecturara que no tranquillo recesso do nosso Sergipe se encerrasse um moço tão fulgurante mérito, de tanta capacidade de trabalho mental, de tão omnimoda illustração que já lhe outorgassem renome fora das lindes do Estado e até do próprio Brasil. Dr. Maximino Maciel. “Diario da Manhã”, Aracaju, 3 de Outubro de 1918 (Menezes, 1931, p. 10).

Dotado de agudas faculdades assimiladoras, inclinado irresistivelmente para estudos de Sociologia, já tem Florentino Menezes publicado trabalhos de valor incontestável. Dr. Octavio Oliveira. Da “Gil Blas”, Rio de Janeiro, em 1920, sob os números 70, 71, 74,75 e 77 (Menezes, 1931, p.15).

...uma das maiores actividades inttelectuaes e um dos espíritos mais fortes da actual geração brasileira. Coriolano de Medeiros. Do “Correio da Manhã”, da Parahyba (Menezes, 193, p. 17).

Escriptor, sociólogo de largo folego, porem de tempera rija e forte, Florentino Menezes, com o poder de seu talento raro, com o brilhantismo dos predestinados nos domínios das sciencias sociais e philosophicas,

conseguiu se impor, dominar toda uma mocidade litteraria, fazendo-se respeitado e querido. Theophanes Brandão. Do “Correio de S. Francisco”, de Penedo (Menezes, 1931, p. 17-18).

...pensar que é de lá [Sergipe] que se irradia agora pelo Brasil a nova e talvez única científica intuição de Sociologia! Antenor Lyrio Coelho. Do “Correio do Brasil” do Rio de Janeiro de 10 de Outubro de 1927 (Menezes, 1931, p. 22).

Estamos diante de uma prática recorrente na *republica das letras em Sergipe*: a troca de elogios entre pares, através de discursos orais em eventos sociais ou escritos publicados. “Qualificar o intelectual amigo era tão trivial como uma regra de polidez” (Souza, 2002, p. 202). Trata-se de estratégia de fortalecimento ou reconhecimento das vigências intelectuais, fonte de prestígio e da autoridade por eles exercidas e reafirmação dos vínculos. Para os estreantes, a permuta de lisonjas representava a sua aceitação pelo grupo ao qual ansiava pertencer (Souza, 2002).

Embora tenha produzido sua obra intelectual principalmente na capital de Sergipe, é considerado um dos pioneiros da sociologia no Brasil. Sua atuação como professor no Atheneu Sergipense foi fundamental para a formação da disciplina no estado, onde ele elaborou obras que se tornaram referência ao longo do tempo. Ao longo do início do século XX, Florentino introduziu a sociologia em Sergipe e teve a capacidade de analisar a sociedade sergipana de forma crítica. Diferentemente de intelectuais como Sílvio Romero e Tobias Barreto, que seguiram carreiras mais institucionalizadas, Florentino mesclou a observação da realidade brasileira e global com seu contexto regional, o que se refletiu em sua produção teórica e em sua militância. Ele foi um dos poucos intelectuais sergipanos a promover ideias socialistas e a se manifestar contra a estrutura oligárquica da época (Souza, 2020).

O concurso de Sociologia do Atheneu Sergipense revelou a complexidade dos temas abordados na disciplina, assim como a profunda erudição de Florentino Telles de Menezes. Florentino Telles de Menezes, o único candidato “habilitado” (embora não detivesse o título de bacharel), cumpriu as exigências para participar do concurso, apresentando a documentação necessária e as duas teses para avaliação: uma sobre o tema sorteado pela Congregação, intitulada “O processo de selecção nas sociedades. Até que ponto a selecção natural pode influir nas sociedades”, e outra de sua livre escolha, “O clima quente não é impróprio à civilização”. Além disso, Menezes submeteu quatro obras de sua autoria para apreciação: *Desenvolvimento intelectual dos povos*, *Leis de Sociologia aplicada no Brasil*, *Estudo Chorographico e Social do Brasil* e *Escola Social Positiva*.

O rigor da avaliação a que Florentino foi submetido é ilustrado pela cuidadosa análise das suas teses, além da arguição oral sobre os temas. A tese de livre escolha, que foi produzida em fevereiro de 1926, consistia em um texto denso e bem estruturado, com 181 páginas. Em sua obra, Menezes defendia, com base em estudos comparativos, a tese de que o clima quente não necessariamente degenerava as civilizações, desafiando ideias preconcebidas que favoreciam os países de clima frio. Sua obra, *Escola Social Positiva*, refletia as ideias de Herbert Spencer, com uma abordagem evolucionista que se distanciava em alguns pontos, sugerindo novas interpretações sobre a organização e o progresso das sociedades. A fase final do concurso incluiu uma arguição oral baseada em uma lista de trinta pontos, também elaborada pela Congregação. Menezes sorteou o ponto "A hereditariedade e sua influência nas sociedades", demonstrando mais uma vez sua capacidade de articular o conhecimento científico com as demandas do contexto sociopolítico brasileiro da época.

A dedicação de Florentino Telles de Menezes à construção de um pensamento sociológico genuinamente brasileiro ficou evidente tanto na estrutura de suas obras quanto na sua produção acadêmica. Ao defender a tese sobre a influência do clima nas civilizações, Menezes afirmava a necessidade de reconhecer que as civilizações em climas quentes, como as do Brasil, podiam ser tão avançadas e dinâmicas quanto as dos climas frios, argumentando que fatores como a cultura física, a educação moral e a seleção social poderiam compensar os desafios climáticos. Ele utilizou exemplos como os árabes e os sertanejos nordestinos para ilustrar a capacidade de resistência e inteligência das raças que habitam regiões quentes.

As teorias de sua obra "Desenvolvimento Intellectual dos Povos" também contribuíram e comprovaram os argumentos desta tese. Na concepção do autor não admitia-se que apenas a Europa e os países frios tivessem o privilégio de criar doutrinas; era "necessário acabar totalmente com este preconceito de que, nos climas quentes, só podem existir raças degeneradas e sem energia" (MENEZES, 1926, p. 12). Assim, reconheceu que a produção desta dissertação era um trabalho de combate ao erro, chegando a inúmeras conclusões sobre as consequências e proveitos dos climas quentes e frios nas civilizações (Souza, 2016, p. 181).

Este concurso, além de promover o ingresso de um professor erudito na cadeira de Sociologia do Atheneu Sergipense, também evidenciou a relevância da disciplina no projeto educacional da época. A Sociologia, ao lado de disciplinas como Psicologia, Lógica e Instrução Moral e Cívica, era vista como base para a

formação de líderes que pudessem compreender as complexidades sociais e atuar de maneira racional e científica na construção de uma nação moderna. A trajetória e o legado de Florentino Telles de Menezes, especialmente no contexto de sua atuação no Atheneu Sergipense, revelam simultaneamente o seu capital cultural e a importância dada a Sociologia, no contexto educacional, como uma ferramenta de compreensão e transformação social em Sergipe e no Brasil. Sua obra e atuação refletem um momento histórico em que o ensino da Sociologia nas escolas secundárias não era somente uma questão curricular, mas uma estratégia política e intelectual de formação das futuras lideranças do país.

A intelectualidade de Florentino, no entanto, não extrapolou a importância dos primeiros tempos, com a institucionalização da Sociologia na década de 30, ficando com uma atuação limitada ao estado em que morava e lecionava. Enquanto professor de Sociologia do Colégio Atheneu Sergipense, foi responsável pela introdução da Sociologia em Sergipe. Seus estudos foram os primeiros a pensar sociologicamente a realidade sergipana. As questões sociais e econômicas, a política do coronelismo, o atraso cultural da sociedade aracajuana, intrigas e fofocas locais ganharam espaço em sua obra, juntamente com acontecimentos nacionais e mundiais, revelando-se um afinado observador do seu tempo.

5.3 - O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA PERSPECTIVA DE FLORENTINO MENEZES

Florentino Menezes, ao se tornar professor catedrático de Sociologia no Colégio Atheneu Pedro II, ocupou um espaço de grande prestígio e influência no cenário educacional sergipano, assumindo uma posição estratégica na formação intelectual de jovens em um período de transformações sociais e políticas no Brasil. Ele alcançou uma posição de prestígio que lhe conferia um capital simbólico e social significativo dentro do contexto sergipano da época. Florentino acumulou status ao construir uma rede de influência e reconhecimento que não se limitava ao espaço do Atheneu, mas impactava o meio intelectual e político da região. Esse capital social e simbólico reforçava sua autoridade enquanto professor, permitindo que suas ideias fossem mais amplamente valorizadas e discutidas entre seus pares e, especialmente, entre seus alunos.

A trajetória de Florentino Menezes pode ser analisada em paralelo à de outros pioneiros da Sociologia no Brasil, como Fernando de Azevedo²⁹, sobretudo na busca pela legitimação e aplicação do conhecimento sociológico no contexto educacional. Assim como Azevedo, que defendia a Sociologia como uma ferramenta prática para a compreensão e resolução de problemas sociais, Florentino também percebia o ensino da Sociologia como um meio para a formação crítica e cidadã de seus alunos no Atheneu Sergipense. Florentino, ao ensinar Sociologia, almejava mais que a instrução teórica; ele desejava incutir um senso de responsabilidade cívica e social nos estudantes, incentivando-os a refletir sobre as estruturas sociais e seu papel nelas, ideia que converge com os ideais do Movimento Escolanovista de Azevedo.

Desde os pioneiros da Sociologia no Brasil, temos inspiração para pensar a relação entre Sociologia e Educação e entre ciência e ação social. Idealizador do Movimento Escolanovista, Fernando de Azevedo visa à aplicação do conhecimento sociológico na discussão e solução de problemas sociais e sugere o recurso à pesquisa como metodologia de ensino na escola. Atuando também como figura importante do processo de institucionalização da Sociologia no meio acadêmico, Azevedo buscou afirmar o caráter científico da disciplina e a demarcação de seu campo específico de produção de conhecimentos positivos. Para o autor, este seria também o caminho adequado à sua legitimação enquanto disciplina escolar (Caregnato & Cordeiro, 2014, p.46).

Além disso, ao se estabelecer como uma das vozes pioneiras da Sociologia em Sergipe, Florentino empenhou-se na criação de um campo específico de conhecimentos sociológicos, buscando validar a Sociologia como uma disciplina científica e, ao mesmo tempo, aplicável ao cotidiano dos estudantes. Essa busca pela demarcação do campo de atuação da Sociologia, algo também almejado por Azevedo, aponta para o compromisso de Florentino com o desenvolvimento de um sentido sociológico genuinamente brasileiro e adaptado à realidade local.

No início do século XX, o mercado editorial de livros didáticos se expandiu, criando oportunidades para intelectuais, professores e autodidatas se especializarem e atuarem no campo educacional. Como pontuado por Pontes (1989), o *boom* do livro didático foi tão lucrativo quanto a literatura de ficção, e a maioria dos manuais de Sociologia dessa época foi produzida por pensadores de

²⁹ Educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista, com formação em Direito pela USP, Fernando de Azevedo (1894-1974) é considerado figura-chave da educação. Participou de momentos emblemáticos no âmbito educacional, como a criação do Ministério da Educação – na época Ministério da Educação e Saúde –, em 1930, a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, de 1932, a concepção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, e a promoção da Reforma Universitária de 1968. Também elaborou o anteprojeto e o projeto que deram origem à Universidade de São Paulo, em 1934. [Fernando de Azevedo e a defesa da educação para todos – Jornal da USP](#)

áreas como Filosofia e Direito, como Fernando de Azevedo e Carneiro Leão, e não por sociólogos formados. Esses manuais eram, em grande parte, escritos por educadores e pensadores conservadores, que atendiam a uma demanda editorial crescente nas décadas de 1930. Embora a Sociologia fosse vista mais tarde como uma disciplina voltada para o desenvolvimento da consciência crítica, antes da segunda metade do século XX, seu ensino muitas vezes estava alinhado aos objetivos de grupos sociais poderosos, moldando a formação das gerações escolares conforme suas visões de mundo (Cigales, 2014).

Na década de 1930, Florentino Menezes alcançou o auge de seu prestígio como sociólogo e educador, focando suas energias na elaboração de seu *Tratado de Sociologia* (1931), uma obra enciclopédica que se tornaria um manual fundamental para o ensino da Sociologia no Brasil. Distante das agitações políticas da época, como a Revolução de 1930, ele dedicou-se à produção de um texto abrangente, abordando temas essenciais da disciplina, como a história da Sociologia, suas teorias, a estrutura social e suas manifestações. O caráter didático e aplicável da obra, que se estendeu a diversos aspectos da realidade social, não só consolidou Florentino como um dos principais responsáveis pela institucionalização da Sociologia no Brasil, mas também fortaleceu sua posição no ensino secundário, especialmente no Atheneu Sergipense, onde seu livro foi adotado como base para a formação dos alunos (Dantas, 2009).

O prefácio do *Tratado de Sociologia* de Florentino Menezes, oferece uma visão interessante sobre o contexto de sua criação e os desafios enfrentados pelo autor ao inaugurar o curso de Sociologia no Estado de Sergipe. Florentino descreve a dificuldade de encontrar materiais adequados para o ensino da Sociologia, especialmente diante da escassez de obras didáticas no Brasil, o que o motivou a criar uma solução própria. Ele destaca a ausência de um compêndio específico e a falta de textos disponíveis que pudessem atender à complexidade e à amplitude da disciplina sociológica.

A idéia da publicação deste livro apareceu, como uma síntese das diversas condições que orientavam a iniciação e o desenvolvimento do curso de Sociologia em Sergipe, no ano de 1929.

Inaugurado este curso, compreendi logo a dificuldade extrema em que se encontravam as minhas alunas que eram apenas três, as quais não conseguiram, com a urgência necessária para a marcha regular do ensino, o compêndio então exigido pelo regulamento (Menezes, 1931, p. 25).

A obra, composta por dez partes, trazia um vasto panorama dos temas centrais da Sociologia de sua época. Com um caráter enciclopédico, o tratado incluía definições e classificações dos fenômenos sociais, uma análise histórica da Sociologia, hipóteses e teorias, estrutura política e econômica, além de uma discussão sobre evolução e desagregação social. O livro passa a ser adotado como livro didático, refletindo o compromisso de Menezes em difundir o conhecimento sociológico e fornecer uma base ampla e sistemática para o ensino da disciplina.

QUADRO 10 – CAPÍTULOS DO LIVRO TRATADO DE SOCIOLOGIA

Seção	Capítulo	Título
Índice	-	-
Alguns conceitos emitidos sobre o autor e suas obras	-	-
Prefácio	-	-
1ª Parte: Preliminares	I	Definição e generalidades
	II	Natureza e classificação dos fenômenos sociais
2ª Parte: História da Sociologia	III	Os precursores da Sociologia
	IV	Augusto Comte
	V	Herbert Spencer
3ª Parte: Hipóteses e Teorias	VI	O determinismo social
	VII	Os fatores geográficos
	VIII	Concepção biológica
	IX	Influência dos historiadores e antropólogos
	X	Orientação psicológica
4ª Parte: Elementos Sociais	XI	O meio
	XII	O indivíduo e os grupos sociais
	XIII	A família
	XIV	A raça
	XV	A população
5ª Parte: A organização Social	XVI	A estrutura política
	XVII	A estrutura econômica
6ª Parte: Manifestações Psicológicas	XVIII	Psicologia individual e coletiva
	XIX	A linguagem
	XX	A religião
	XXI	A moral
	XXII	A ciência e a arte
	XXIII	O direito
7ª Parte: A evolução Social	XXIV	Origem e conservação das sociedades
	XXV	A evolução das sociedades
8ª Parte: Desagregação e Reconstrução Sociais	XXVI	Decadência e morte das sociedades
	XXVII	A educação
	XXVIII	As transformações sociais
9ª Parte: Conclusões	XXIX	Complexidade do estudo da Sociologia. Dificuldade das pesquisas
	XXX	Os diferentes métodos

Seção	Capítulo	Título
	XXXI	A seleção dos métodos
10ª Parte: Aplicações da Sociologia	XXXII	Os Problemas Sociais
	XXXIII	Os Problemas Econômicos
	XXXIV	Os Problemas Genésicos
	XXXV	Os Problemas Morais
	XXXVI	Os Problemas Religiosos
	XXXVII	Os Problemas Intelectuais
	XXXVIII	Os Problemas Estéticos
	XXXIX	Os Problemas Jurídicos
	XL	Os Problemas Políticos

Quadro elaborado pela autora

O livro *Tratado de Sociologia* de Florentino Menezes reflete uma adaptação ao programa de Sociologia instituído pela Reforma de Rocha Vaz (1925). Esse programa propunha uma abordagem ampla da Sociologia, abordando desde os fundamentos teóricos até as aplicações práticas da disciplina, visando formar cidadãos com uma compreensão sólida das estruturas e dinâmicas sociais. No livro, o autor estrutura sua obra em seções que exploram esses aspectos, cobrindo definições, história, teorias, e até mesmo temas como organização política, economia, psicologia social e moral, alinhando-se à ênfase da reforma na formação cívica e moral. Vale ressaltar que o livro trata de temas das áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Política), ou seja, o caráter inovador deste manual foi muito maior do que os livros elaborados atualmente, já que ele não tinha material e nem referência de como trabalhar a Sociologia nas escolas, entretanto, consegue trazer temas das três áreas que ainda são discutidos até hoje, influenciando a elaboração de currículos e livros didáticos mais atuais.

No geral, o livro apresenta-se como um manual didático e como uma obra de referência abrangente. Ao incluir tópicos diversos e detalhados, percebemos uma intenção em consolidar o estudo da Sociologia em Sergipe e contribuir para a formação de seus alunos no Atheneu, promovendo uma visão ampla e prática da disciplina em um período de crescente interesse pela Sociologia no Brasil. A inclusão de uma seção final dedicada às aplicações práticas da Sociologia em diversos problemas sociais (econômicos, políticos, religiosos, morais) sugere que Florentino buscava não só cumprir os requisitos curriculares, mas também fornecer uma base para a reflexão crítica e prática, preparando os alunos para pensar de forma abrangente e reflexiva sobre as questões da sociedade.

Segundo Bodart & Pires (2021), as disputas em torno da sociedade ideal e do tipo de indivíduo a ser formado influenciam diretamente a definição curricular e, nesse processo, o ensino de Sociologia se configura como um campo estratégico. Esse campo envolve questionamentos fundamentais sobre os agentes sociais que disputam o sentido do ensino da disciplina na educação básica. Quem são esses agentes, e como os interesses econômicos, políticos e culturais deles se refletem na construção do currículo? O ensino de Sociologia tem buscado promover uma transformação ou uma adaptação social? Cada resposta exige uma análise das influências ideológicas presentes nos manuais didáticos, das instituições envolvidas, e das intenções subjacentes à seleção dos conteúdos e abordagens. Essa reflexão ajuda a compreender como a Sociologia é moldada para refletir e potencialmente moldar os valores e ideais que orientam a formação da juventude e, assim, o futuro da sociedade.

O *Tratado de Sociologia* (1931) exemplifica o papel dos manuais didáticos no início do século XX como ferramentas para a disseminação de valores sociais e formação cívica, em um período em que o mercado editorial de livros escolares se expandia. Florentino, embora não formado especificamente em Sociologia, criou uma obra que respondia às necessidades da época, atendendo ao vazio editorial existente e aos interesses pedagógicos do ensino secundário. Seu livro tinha um papel que ia além do conteúdo técnico: promovia valores morais e cívicos, alinhados aos ideais de formação de uma juventude nacionalista e disciplinada. No caso do Atheneu Pedro II, onde Florentino lecionava, o *Tratado* era mais que um simples manual didático; era um instrumento de formação que refletia o poder ideológico de grupos sociais dominantes, reforçando uma visão de mundo que valorizava a ordem e a moralidade social, moldando, assim, a identidade das novas gerações.

Mas, para esta subjecção, eu lembro o facto, e que é de grande importância, deste livro ser destinado a alunos do 6^a ano do curso de humanidades, que vão ingressar nas escolas superiores da Republica, já seleccionados intelectualmente, durante seis longos anos de instrução secundária e cuja mentalidade já atingiu, portanto, um desenvolvimento capaz de uma assimilação superior, mais variada e complexa (Menezes, 1931, p. 30).

A identificação do público-alvo e dos níveis e modalidades educacionais para os quais o ensino de Sociologia é destinado nos manuais escolares aparece geralmente em elementos extratextuais (capa, orelhas) e pré-textuais (folha de rosto,

introduções, prefácios). Esses indicativos permitem compreender melhor o alcance institucional e o impacto social da Sociologia escolar, além de contribuir para uma análise mais precisa dos objetivos educacionais e das metodologias de ensino. Examinar esses aspectos facilita, portanto, o entendimento sobre como a disciplina é direcionada e adaptada ao contexto educacional e às necessidades formativas de diferentes grupos (Bodart & Pires, 2021). Florentino Menezes no prefácio exemplifica o papel do manual na expansão do ensino de Sociologia:

Nas condições impostas pelo momento e pelos interesses do ensino e atendendo ainda às condições anteriores e posteriores, relativas ao meio social envolvente, deveria escrever um livro simplesmente didactico que ficaria adstricto somente aos alunos?

Não seria talvez mais conveniente dar uma amplitude maior, observando e expondo os diferentes problemas sociológicos, de modo a tornai-vos uteis, não só aos estudiosos e leitores em geral, como aos próprios especialistas nesta disciplina?

Ainda desta vez as condições determinaram a minha orientação.

E foi deste modo que resolvi também interessar o meu livro ao publico em geral e aos especialistas, para o que procurei fazer uma aplicação de todos os fenômenos, leis, questões sociológicas, trazendo uma exemplificação desenvolvida e objectivando os factos, afim de tornar a sua leitura mais agradável e mais acessível (Menezes, 1931, p. 30 e 31).

Para Silva (2007), o ensino de Sociologia trazia a idéia da modernidade, e Florentino não deixa essa ideia escapar em suas reflexões sobre a importância da ciência para o estudo e pensamento da sociedade moderna. Florentino Menezes demonstra em seu prefácio uma intenção dupla em sua obra de Sociologia. Embora o propósito inicial fosse atender às necessidades didáticas de seus alunos, ele percebe a importância de uma abordagem mais ampla. Ao refletir sobre as condições de seu tempo, ele opta por escrever um livro que transcenda o uso exclusivamente escolar, contemplando também o público em geral e especialistas. Essa decisão revela uma visão ampliada da Sociologia, como um campo que educa e conecta diferentes setores sociais e intelectuais.

Essa postura nos trás uma compreensão sobre a Sociologia de que o conhecimento ali estruturado visa não só à transmissão de conteúdos, mas também à formação de uma consciência social, crítica e prática, acessível a todos. Menezes busca exemplificar fenômenos sociológicos de maneira acessível, sugerindo que o conhecimento sociológico deve ser útil e aplicável, capaz de promover uma

compreensão mais ampla das relações sociais. Dialogando, portanto, com a ideia de que o currículo não é neutro, mas carrega intenções que variam conforme os contextos sociais e os interesses formativos, procurando, nesse caso, servir tanto à educação formal quanto ao estímulo de um olhar sociológico amplo sobre a sociedade.

Em trecho do discurso escrito para a formatura da turma de 1935, o qual Florentino Menezes foi paraninfo, revela uma visão educacional que vai além da mera transmissão de conhecimento técnico. Ele expressa uma preocupação em moldar a instrução acadêmica e o caráter e a paixão intelectual dos jovens, orientando-os para um ideal de valorização da ciência e da verdade. Florentino vê o ensino da Sociologia como uma ferramenta poderosa para instigar uma mentalidade investigativa e crítica, que leva os alunos a buscarem o conhecimento e desenvolverem um espírito inquisitivo.

Sua fala destaca o compromisso em cultivar, nos estudantes, um “amor à ciência” — um sentimento que ele considera fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. Esse amor, segundo ele, seria capaz de “desvendar a verdade” e iluminar o mundo, sugerindo que ele percebia a ciência como um meio de emancipação intelectual e transformação social. O professor não se via apenas como transmissor de conteúdos, mas como alguém que acende nos estudantes uma “chama sacrossanta”, um incentivo a explorar o conhecimento como uma força vital e transformadora.

Creio ter assim exposto, embora ligeiramente, minha ação, como professor, no Atheneu Pedro II.

O meu trabalho constante, na aula de Sociologia, não se efetivou somente no sentido de aumentar a instrução, elevar a mentalidade da juventude, mas se orientou ainda com uma finalidade mais grandiosa, tal a de acender no coração dos moços, a chama sacrossanta do mais puro ideal e desenvolver em sua alma, o estímulo que é a alavanca formidável, com que se realizam todos os grandes cometimentos, fazendo florescer, para sempre, o amor à ciência, de todos os sentimentos o mais rial, porque ele procura desvendar a verdade, fazendo irradiar do cerebro dos genios as centelhas refulgentes que iluminam os mundos.

E tive a satisfação imensa de ver que o meu trabalho não foi perdido.

Guiados pela fé que só conseguem possuir os moços, fé viva nas vitórias gloriosas do pensamento, levando no coração a esperança e no cérebro a centelha divina da inteligência, partem hoje do Atheneu Pedro II, onze alunos que vão mostrar, em outras paragens, a força criadora da inteligência sergipana.

Meus prezados discípulos:

Hoje começa para vós uma nova fase da vida...

Lembra-vos das grandes verdades que vos transmiti, emanadas da Sociologia, a ciencia das ciencias, a única que se sobrepõe a todos os conhecimentos, porque somente ela é capaz de guiar a humanidade, através dos princípios sombrios e dos abismos insondáveis, onde naufragam os povos.

Guardai nos vossos cerebros e até nos vossos corações, se isto for possível, os principios, que vos transmiti, alicerces inabaláveis da evolução humana, porque fora deles tudo é ilusão e engano.

Lembra-vos sempre, como vos afirmei, que uma aristocracia do pensamento, uma elite intelectual, guiará para sempre os homens e se erguerá gloriosa e magnifica, muito acima da massa informe das sociedades, porque a igualdade é um mito, a homogeneidade foi o caos primitivo, a origem obscura de todas as coisas e a matéria evoluindo se diferencia e se complica.

Não acrediteis, como vos disse, muitas vezes em aula, na supressão do Estado.

Ele é a medula da sociedade, pode ser modificado, transformado, diminuído ou aumentado, mas nunca destruído, porque ele é o poder coordenador de todas as energias, o centro funcional da vida psíquica, ou melhor, da consciencia social e sem ele a sociedade se tornaria um verdadeiro caos, onde as paixões inferiores e as forças desordenadas destruiriam as mais belas criações da civilização, anulando as manifestações gloriosas dos genios.

Como vos ensinei, em diversas aulas, também a idea de patria se impõe ao nosso espirito, como uma necessidade social, resultado de um conjunto imenso de circunstancias que exerceu sua influencia longamente no passado, formando a mentalidade das raças.

Não devemos dizer somente – idea de pátria, porem alguma coisa mais, - sentimentos de pátria, porque esta concepção ja se cristalizou, formando uma base inabalavel na consciencia dos povos.

Do mesmo modo, que o Estado, a familia também não desaparecerá.

Eu me lembro de vos ter ensinado, varias vezes, que se a família não é a celula social é, no entanto, uma instituição basica das sociedades.

Começa a aparecer, como um fenômeno natural, nas formas superiores do mundo biologico, dando origem assim aos primeiros agrupamentos sociaes e nas sociedades mais complicadas ela se apresenta, como fenomeno social, uma força disciplinadora dos instintos, uma manifestação elevada do fenomeno genesisico.

Como uma instituição social , e como tudo na natureza, ela também se transforma, evolue, melhora e se aperfeiçoa, acompanhando sempre a sociedade, em seu desenvolvimento, nesta ascensão sublime para o ideal e para luz.

Foi isto, meus prezados discipulos, o que vos ensinei e o que escrevi nos meus 14 livros publicados que formam a minha modesta, deficiente e obscura bagagem literaria.

Lembra-vos que uma responsabilidade imensa paira, sobre os vosso ombros, a de zelares pela grandeza intelectual de Sergipe, pelas tradições gloriosas da intelligência sergipana.

Nem outra explicação eu posso dar a esta prova de bondade infinita dos meus discipulos, escolhendo-me para seu paraninfo.

Inumeras provas de distinção tenho recebido, não somente de outros Estados da Federação, como de países estrangeiros.

Sociólogos argentinos escrevem-me, pedindo os meus trabalhos, universidades americanas solicitam os meus livros, a “Revista Internacional de Sociologia”, publicada em Paris e notavel escritor francês referem-se á minha obra sociológica, com frases tão elogiosas que honrariam aos maiores sábios da Europa, elevando, deste modo, o meu nome á altura, muito acima daquela em que, na realidade, paira a minha obscura mentalidade, mas tudo isto nada significa para mim, diante da vitória magnifica e sublime, da prova de distinção admirável que acabo de receber dos meus alunos, desta mocidade inteligente e gloriosa que há de manter brilhantemente as tradições intellectuais de Sergipe (Menezes, 1936, p. 15 – 23, grifos nossos).

No discurso com tom de “auto reconhecimento” de Florentino Menezes aos seus alunos de Sociologia, ele reafirma sua adesão ao Positivismo: expõe sua visão da disciplina como uma ciência suprema, capaz de guiar a humanidade nos momentos de incerteza e pelos “princípios sombrios e abismos insondáveis” onde muitas sociedades fracassam. Florentino considera a Sociologia uma base sólida, “a ciência das ciências,” que não só oferece explicações, mas fundamenta os valores e a estrutura social que sustentam o progresso humano.

Nas palavras escritas para o discurso, observa-se que o professor Florentino busca reafirmar sua autoridade e legitimidade no campo da Sociologia, posicionando-se como uma figura central e detentora de um saber especializado que pretende transpor para além das salas de aula do Atheneu Pedro II. A construção de sua autoridade é perceptível em várias camadas de seu discurso, onde Florentino articula capital cultural e social para fortalecer sua posição enquanto catedrático.

Em primeiro lugar, Florentino evoca um ideal de “aristocracia do pensamento”, o que demonstra sua crença em uma elite intelectual que deve liderar a sociedade com base em uma distinção cultural e intelectual. Ao valorizar a Sociologia como “a ciência das ciências”, ele engrandece a disciplina que leciona e fortalece sua própria posição como guardião desse conhecimento essencial, cultivando uma percepção de autoridade inquestionável. Esse movimento não só reforça o capital cultural adquirido por meio de seu conhecimento técnico e erudito, mas também constrói um capital simbólico: ele se apresenta como um intelectual e educador investido de uma missão quase sagrada para guiar e iluminar seus alunos, oferecendo-lhes não só instrução, mas formação de caráter.

Florentino também se vale de uma rede de reconhecimento que ultrapassa as fronteiras locais para consolidar sua posição. Ao mencionar o interesse de sociólogos estrangeiros e o elogio recebido de instituições internacionais, ele amplia seu capital social e simbólico, mostrando que sua obra tem alcance e ressonância além de Sergipe. Esse reconhecimento externo, associado ao respeito e admiração de seus próprios alunos, é mobilizado no discurso para validar sua posição e justificar a relevância de seu trabalho, convertendo o capital social em capital simbólico. Ao falar de seus "14 livros publicados", Florentino se alinha à imagem de um "intelectual produtivo", cuja obra gera capital cultural e contribui para o prestígio e a tradição intelectual de Sergipe.

Além disso, ele utiliza sua posição de professor para legitimar valores conservadores, como a importância do Estado, da família e da pátria, que são defendidos como pilares sociais inabaláveis. Ao reforçar esses valores em suas aulas e em seu discurso, ele agrega uma dimensão moral ao seu capital simbólico, buscando solidificar sua figura como líder intelectual e moral. Essa construção é estratégica, pois Florentino, enquanto catedrático, é também um agente responsável por perpetuar e validar a estrutura do campo educacional e sociológico, alinhando-se com a ideologia dominante da época.

Assim, o discurso de Florentino Menezes não só demonstra sua autoridade intelectual, mas é uma performance que transforma o capital cultural e social em um capital simbólico mais amplo. Ele se afirma como um "sacerdote" do saber sociológico e, ao fazer isso, reivindica sua posição de autoridade legítima, utilizando seu status e suas conexões para consolidar sua posição no campo da educação e da Sociologia em Sergipe.

Esse discurso revela um pensamento que acredita na hierarquia do conhecimento e no papel central da Sociologia como uma força de orientação para a construção de uma sociedade ordenada, próspera e evolutiva. Florentino vê seu trabalho como professor de Sociologia como uma missão de formar uma elite que compreenda e guie a sociedade de maneira ética e racional. Ele espera que esses valores se fixem em seus alunos, inspirando-os a levar adiante esse conhecimento, contribuindo para o fortalecimento das instituições e para a elevação da consciência social.

Em 1940, Florentino Menezes foi aposentado compulsoriamente por uma junta médica oficial, que o considerou incapacitado para o serviço público devido a uma doença não especificada, classificada como "não infectocontagiosa". A natureza exata de sua condição nunca foi esclarecida nos documentos oficiais ou por familiares, embora uma carta de 1943 do sociólogo argentino Ramón Elizondo sugerisse tratar-se de uma enfermidade cardiorrenal (Silva, 1997). A aposentadoria, no entanto, trouxe dificuldades financeiras a Menezes, já que os rendimentos anuais de nove contos, quarenta mil e oitocentos réis não cobriam seu custo de vida, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a inflação era alta e a moeda passou de réis para cruzeiros. Em 1946, ele solicitou uma revisão de aposentadoria, e, dois anos depois, recebeu uma pensão estadual de 500 cruzeiros mensais, ainda insuficiente para suas necessidades (Souza, 2024).

Após a aposentadoria de Florentino Menezes em 1940, a cátedra de Sociologia no Atheneu Sergipense foi assumida pelo professor Manoel Franco Freire³⁰, que permaneceu como responsável pela disciplina até 1943, ano em que ela foi retirada do currículo da instituição. A transição para Freire garantiu uma continuidade temporária no ensino de Sociologia. A retirada da Sociologia em 1943 reflete o impacto da Reforma Capanema, que reorganizou o currículo com foco em disciplinas técnicas e utilitárias, atendendo à demanda de formação de mão de obra qualificada, mas relegando conteúdos voltados à análise crítica da realidade social.

Florentino Menezes contribuiu de forma pioneira para o campo da Sociologia em Sergipe, estabelecendo a disciplina no Colégio Atheneu Sergipense e articulando uma análise sociológica centrada na realidade local. Ao contrário de contemporâneos sergipanos como Silvio Romero e Tobias Barreto, que alcançaram projeção nacional e produziram suas obras principalmente fora de Sergipe, Florentino permaneceu no estado e desenvolveu reflexões diretamente ligadas ao contexto social, cultural e econômico local, oferecendo um diagnóstico das

³⁰ Manoel Franco Freire, filho de João Franco Freire e Eugênia Pinheiro de Carvalho Freire, nasceu em Estância, Sergipe, em 30 de julho de 1896. Realizou seus estudos no Colégio Tobias Barreto antes de se mudar para Aracaju em 1912, acompanhando a transferência do Atheneu Sergipense. Iniciou sua carreira no magistério em 1916, como professor adjunto de Geometria e Trigonometria, e foi nomeado professor vitalício de Inglês em 1923. Em 1924, tornou-se catedrático de Geometria e Trigonometria, acumulando outras funções, como Diretor Geral da Instrução Pública, presidente do Conselho Estadual de Educação e professor em diversas disciplinas. Durante a implementação da Reforma Francisco Campos, lecionou no Curso Complementar em diferentes áreas até 1943 (Souza, 2011).

especificidades sergipanas no cenário mais amplo do Brasil dos anos 1930 (Silva, 1998)

Florentino observou a realidade à sua volta e construiu uma ideia crítica que ressoava com os temas da Sociologia contemporânea. Em suas reflexões, há um esforço para situar Sergipe dentro das questões nacionais e internacionais, sugerindo que os desafios locais eram parte de um cenário mais vasto e interligado. Essa abordagem revela um posicionamento sociológico mais amplo: ele não se limita a uma Sociologia didática voltada apenas para estudantes, mas busca construir um diálogo com a sociedade e especialistas. Esse enfoque reflete uma tentativa de fazer da Sociologia um campo de análise crítico e acessível, capaz de sensibilizar e informar o público sergipano sobre as contradições e possibilidades de transformação da sociedade local.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, podem ser levantadas reflexões que, longe de esgotar o tema, têm como objetivo fomentar questionamentos e inquietações. Tendo em vista os aspectos observados nessa dissertação, a trajetória da disciplina de Sociologia na oferta na Educação Básica brasileira nos mostra um processo marcado por inclusões, reformulações e exclusões nos currículos escolares. Introduzida no final do século XIX, essa disciplina enfrentou desafios significativos para consolidar seu espaço, passando por períodos de obrigatoriedade, exclusão e reinserção ao longo do século XX. Reformas como as de Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931) deram maior formalidade à sua presença nos currículos, mas sua retirada da oferta escolar com a Reforma Capanema (1942) resultou em décadas de ausência enquanto disciplina específica nesse nível educacional no Brasil.

Somente em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.684 – que alterou o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio –, a Sociologia foi definitivamente reintroduzida como disciplina obrigatória no Ensino Médio, sendo reconhecida como fundamental para a formação cidadã e a construção de uma sociedade democrática.

Contudo, a Reforma do Ensino Médio de 2017³¹ e as novas diretrizes da BNCC reacenderam debates sobre sua obrigatoriedade e continuidade, gerando incertezas quanto ao futuro da disciplina e seu impacto na formação dos estudantes.

Nesse sentido, inicialmente esta dissertação tinha como foco o Ensino de Sociologia a partir das mudanças trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O projeto inicial visava investigar a implantação da BNCC em Sergipe, analisando o processo de inserção da disciplina de Sociologia na Rede Estadual de Ensino. Contudo, a ampliação das leituras sobre a produção bibliográfica do Ensino de Sociologia em Sergipe, além das orientações iniciais recebidas da Profa. Dr.^a Vilma Soares e das sugestões dos avaliadores durante a banca de qualificação (os mesmos da defesa) resultaram, em uma significativa reformulação da problemática investigativa. Por um lado, as tensões e incertezas relacionadas à implementação do Novo Ensino Médio, com possibilidades de reformulação ou revogação, ampliaram a complexidade do tema. Constatou-se a ausência de pesquisas mais abrangentes sobre o processo de inclusão e institucionalização do Ensino de Sociologia em Sergipe nas primeiras décadas do século XX, em contraste com o panorama de outras experiências estaduais que possuem maior produção bibliográfica sobre o tema.

Diante dessa lacuna de produção heurística, a problemática de pesquisa foi alterada, abordando os aspectos sociais e históricos que marcaram o processo de inserção do Ensino de Sociologia em Sergipe, com foco no Centro de Excelência Atheneu Sergipense, entre 1925 e 1942. Período este, caracterizado por Reformas Educacionais que garantiram a presença da disciplina no currículo escolar da Educação Básica no Brasil.

Nessa perspectiva, os objetivos específicos traçados para esta dissertação foram reestruturados para explorar diferentes dimensões do processo de inserção e consolidação do Ensino de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense.

³¹ [LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 14 jan. 2025.

Primeiramente, buscou-se acompanhar a oferta de componentes curriculares de Sociologia na instituição, com ênfase na recepção da disciplina em seu contexto histórico. Em seguida, elaborou-se uma cronologia histórica que permitiu identificar os períodos em que a disciplina foi ofertada, destacando os docentes responsáveis e as nomenclaturas utilizadas ao longo do tempo. Além disso, dedicou-se à análise do currículo proposto para a disciplina no Atheneu Sergipense, identificando os conteúdos abordados e seus significados educacionais, como também se investigou o concurso para professor catedrático de Sociologia e a atuação docente de Florentino Menezes (1886-1959), figura central nesse processo, no contexto do então Colégio Atheneu Pedro II.

Os resultados alcançados nesta dissertação indica que a história do Ensino de Sociologia em Sergipe, especialmente no Atheneu Sergipense, está profundamente ligada à reorganização do sistema educacional brasileiro no final do século XIX. A inclusão da disciplina “Sociologia, moral, noções de economia político e direito pátrio” no currículo do Atheneu em 1892 já apontava para uma tentativa de reformulação educacional. Esse movimento visava preparar os estudantes não apenas para os estudos superiores, mas também para a vida social, com ênfase no *civismo*, na *moralidade* e na organização política, com base nos princípios do pensamento positivista, sobretudo, através da manutenção da ordem social.

Pôde ser observado que, no período investigado, que a oferta de Sociologia integrava tanto uma visão ampla da educação, quanto refletia os interesses e disputas próprias do *campo educacional brasileiro*. Esse caráter interdisciplinar inicial se transformou ao longo das primeiras décadas do século XX, especialmente após a sistematização do ensino da disciplina nos cursos superiores e estabeleceram as bases para sua disseminação escolar no Brasil.

Verificou-se que a trajetória da Sociologia no currículo escolar de Sergipe revela um processo contínuo de tentativas e desafios para alterar a educação no estado, alinhando-a com as reformas educacionais nacionais. Durante a década de 1920, período marcado por mudanças políticas e sociais, o Brasil passou por um movimento de urbanização, o que impulsionou à necessidade de uma educação com bases mais seculares. Nesse contexto, a introdução da Sociologia no currículo

do Atheneu Sergipense tornou-se uma tentativa de preparar os estudantes para os desafios sociais e políticos da época.

Conforme demonstramos nesta pesquisa, com a Reforma de Rocha Vaz (1925), a Sociologia foi incluída no ensino secundário, buscando formar cidadãos críticos e conscientes das dinâmicas sociais. Essa mudança estava em sintonia com as influências do pensamento positivista e com as necessidades de uma sociedade que começava a se afastar do modelo agrário, mas ainda enfrentava dificuldades no acesso à educação. Contudo, a plena implementação dessas reformas esbarrou em obstáculos estruturais e na falta de qualificação docente, o que dificultou a consolidação da disciplina no currículo escolar.

Com base nos resultados obtidos nesta dissertação, é possível concluir que a introdução da Sociologia no currículo do Atheneu Sergipense, especialmente a partir da década de 1920, foi fortemente influenciada pelo modelo pedagógico do Colégio Pedro II, referência educacional no Brasil naquela década. Especificamente, a reforma curricular de 1926 no Atheneu, voltada para adequar o ensino às novas demandas educacionais nacionais, incorporou elementos estruturais e metodológicos do currículo do Pedro II, incluindo a Sociologia como disciplina obrigatória. Embora essa inserção tenha sido tardia, ela visava alinhar a instituição aos padrões educacionais do país, especialmente ao modelo do Pedro II, que já consolidava a Sociologia em seu currículo secundário. A disciplina foi oferecida com foco nas principais correntes sociológicas e seus teóricos, porém adaptada ao contexto educacional de Sergipe.

Essa transposição do currículo de Sociologia refletia o esforço em consolidar a disciplina como parte de um ensino secular no Brasil. Por outro lado, também revela as limitações desse processo, como a exclusão social, a forte influência de modelos europeus e a ênfase em uma formação elitista. Além disso, o desenvolvimento da Sociologia no ensino secundário nesse período foi marcado por uma tensão entre teoria e prática e pela busca por uma identidade própria da disciplina em um cenário educacional em constante transformação.

Desse modo, o concurso para a cátedra de Sociologia no Atheneu Sergipense, realizado entre 1926 e 1929, foi um marco na institucionalização da disciplina no ensino secundário de Sergipe, refletindo as mudanças promovidas pela

Reforma Rocha Vaz (1925). A seleção, que buscava consolidar a Sociologia como uma disciplina central no currículo escolar, exigiu a elaboração de teses sobre temas, tais como: 1) “a organização social como fator no desenvolvimento da civilização”; 2) “a seleção natural nas sociedades”. Esses temas, ao mesmo tempo em que desafiavam os candidatos a refletirem sobre a dinâmica social e as transformações das sociedades humanas, revelam uma abordagem que visava não apenas fornecer uma compreensão teórica da Sociologia, mas também reforçar ideais positivistas de ordem e progresso, típicos do contexto político da época.

A pesquisa realizada constatou que Florentino Telles de Menezes, único candidato inscrito no citado certame, demonstrou a posse de *capitais culturais* sobre os temas propostos ao apresentar duas teses que foram avaliadas positivamente pela banca examinadora. Sua aprovação, com média final de 10,0 (dez), não só ratificou seu *capital simbólico*, mas também consolidou sua posição como responsável pela cadeira de Sociologia no Atheneu. A nomeação de Florentino Menezes para o cargo de Professor Catedrático de Sociologia no Atheneu Sergipense, em 1926, marca um ponto decisivo na história do ensino de Sociologia em Sergipe. Embora sua formação formal não estivesse totalmente alinhada com os requisitos para o cargo, sua importância intelectual, sua participação ativa em círculos acadêmicos e seu envolvimento com questões sociais e políticas locais foram determinantes para seu reconhecimento e ascensão.

Por outro lado, a dinâmica social reconstruída nessa dissertação em relação ao citado concurso, revela as condições educacionais de implementação das medidas contidas na Reforma Rocha Vaz (1925), sobretudo pela ausência de quadro de docentes com títulos escolares para assumir algumas disciplinas ainda incipientes, tal como a Sociologia. O processo seletivo, nesse contexto, evidencia as tensões entre a formalização do ensino superior e a valorização do conhecimento gerado em contextos específicos, como o sergipano, onde a flexibilidade das normas acadêmicas possibilitava a inclusão de intelectuais com certos tipos de capitais sociais, culturais e simbólicos, principalmente com reconhecida atuação prática e discursiva no campo intelectual. A trajetória de Florentino Menezes e sua participação exclusiva no concurso demonstram como o campo do Ensino de Sociologia, ainda em formação no Brasil, era moldado por complexas interações entre conhecimento, poder e cultura local.

A pesquisa apontou que Florentino Menezes, ao assumir a cátedra de Sociologia no Colégio Atheneu Pedro II, desempenhou um papel na formação do ensino de Sociologia em Sergipe, consolidando-se como uma figura de influência intelectual. Seu percurso, marcado pela construção de capitais sociais, culturais e simbólicos reconhecidos, contribuiu para afirmar a Sociologia como uma disciplina científica, com pertinência para o contexto local. A aproximação de suas ações aos ideais do Movimento *Escolanovista* de Fernando de Azevedo (1894-1974) reflete seu empenho em promover uma educação que estimulasse a reflexão crítica e a cidadania.

A elaboração de seu *Tratado de Sociologia* surgiu como uma resposta à carência de materiais didáticos apropriados, e sua obra, com caráter enciclopédico e acessível, representou uma solução concreta para o ensino da disciplina na época. A adoção do livro como texto didático no Atheneu Sergipense não só facilitou o aprendizado, mas também refletiu os desafios enfrentados ao inserir a Sociologia no currículo escolar sergipano. Assim, a pesquisa evidenciou a relevância de Florentino Menezes para o processo de institucionalização do Ensino de Sociologia em Sergipe. Esse Professor Catedrático estabeleceu uma tradição sociológica em Sergipe ao abordar as condições históricas e estruturais da sociedade local, antecipando temas centrais da Sociologia crítica, como a análise de poder e da desigualdade. Sua obra se mantém como uma fonte indispensável para compreender as origens e os primeiros movimentos da Sociologia em um estado que, até aquele momento, carecia de uma análise sociológica profunda e sistemática de sua realidade. Dessa forma, conclui-se que o livro didático elaborado por Florentino Menezes constitui uma contribuição pioneira e substancial ao campo do Ensino de Sociologia e ampliou o papel da disciplina como um pilar fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação de uma sociedade crítica deixando um legado duradouro a partir da atuação docente no Atheneu Sergipense.

Contudo, a Reforma Capanema (1942), com seu enfoque no nacionalismo e na construção de uma identidade patriótica a partir do regime do *Estado Novo* (1937-1945), resultou na exclusão da Sociologia do currículo obrigatório, o que impactou diretamente as escolas sergipanas. A retirada da disciplina na oferta escolar em Sergipe não apenas refletiu as tendências nacionais de reorganização do

ensino, mas também evidenciou uma tensão entre as necessidades de adaptação ao novo contexto político e as aspirações para a formação de uma sociedade mais crítica e reflexiva.

O estudo da trajetória da Sociologia nas escolas sergipanas entre 1925 e 1942, desenvolvida nesta dissertação, possibilitou uma compreensão mais aprofundada de como as reformas educacionais nacionais influenciaram as práticas pedagógicas locais e como a disciplina, embora excluída, continuou a representar um campo de reflexão sobre as transformações sociais e políticas que marcaram o estado de Sergipe durante o período.

Dessa forma, a trajetória da Sociologia no currículo escolar de Sergipe, especialmente sua reintrodução na Educação Básica, desempenhou um papel importante na formação do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Durante décadas, a Sociologia esteve ausente ou marginalizada no currículo, mas sua reintegração no Ensino Médio, a partir da Lei nº 11.684/2008, provocou uma revalorização do campo e abriu espaço para novas discussões sobre a função crítica da disciplina na formação de pessoas críticas e reflexivas.

Embora a produção intelectual de figuras como Florentino Menezes tenha sido importante para os primeiros passos da Sociologia no estado, ela não teve o reconhecimento imediato que, em muitos casos, merecia. A análise da trajetória da Sociologia no currículo escolar de Sergipe e sua relação com a criação do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da UFS abre um leque de novas questões que merecem investigação em pesquisas futuras.

Em termos gerais, os resultados desta pesquisa confirmam que o Ensino de Sociologia em Sergipe é fruto de um longo processo de construção histórica, marcado por avanços e recuos, intimamente relacionado ao contexto nacional. Desde suas origens no Atheneu Sergipense, passando pela sistematização nas reformas do século XX, até sua consolidação no ensino básico e superior no contexto contemporâneo, a disciplina reafirma sua relevância como ferramenta para a formação de uma sociedade mais crítica e democrática.

Por fim, a análise das fontes e documentos históricos não apenas revelou as disputas e desafios enfrentados na oferta da disciplina de Sociologia, mas também destacou a atuação decisiva de figuras locais e instituições na sua defesa e consolidação. Esse percurso histórico evidencia o papel fundamental das Ciências Sociais como um campo estratégico para a reflexão crítica sobre a realidade social. Ao compreender a trajetória da Sociologia em Sergipe, fica claro que, apesar das adversidades e das interrupções no processo educativo, o campo das Ciências Sociais como sendo uma ferramenta para o entendimento das dinâmicas sociais, políticas e culturais, tanto no contexto local quanto nacional.

7 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. *A Reforma Gustavo Capanema: vislumbrada no currículo do Atheneu Sergipense (1940-1944)*. 2009. 65 f. Monografia (Graduação). Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2009.

ALVES, E. M. S.; COSTA, P. R. S. M. *Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925)*. In: Revista Brasileira de História da Educação, v. 6, n. 2 [12], p. 31-52, 9 fev. 2012.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense*. RIDPHE_R Revista Ibero-americana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 37-50, 2016. DOI: 10.20888/ridphe_r.v2i2.9243. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9243>. Acesso em: 29 maio. 2024.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense : uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos 1870 – 1908* / Eva Maria Siqueira Alves . – São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: traços de uma história*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 1, p. 133-154, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade. PUC/SP. São Paulo, 2005.

APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre, Artmed, 2006.

Azevedo, Gustavo Cravo de. *Sociologia No Ensino Médio: Uma Trajetória Político-institucional (1982-2008)*. 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

BARBOSA, Ivan Fontes; BARBOSA Anna Kristyna Araújo da Silva; SOUZA Moisés Cruz. Para além do cânone: a mulher os interesses da recepção da sociologia no Brasil; *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 32,p. 157-184, jan./jun. 2022. Disponível em <https://www.sumarios.org/artigo/para-al%C3%A9m-do-c%C3%A2none->

[mulher-nos-interesses-da-recep%C3%A7%C3%A3o-da-sociologia-no-brasil](#), Acesso em: 01 nov. 2024.

BARBOSA, Ivan Fontes; LIMA, Vilma Soares. Metáforas da Perplexidade: miscigenação e parasitismo no contexto da recepção da Sociologia no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, [S. l.], v. 1, n. 47, p. 116–130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/11970> . Acesso em: 7 jan. 2025.

BEAUD Stéphane; WEBER Florence. Observar. In: BEAUD Stéphane; WEBER Florence. *Guia para a pesquisa de campo: Produzir e analisar dados etnográficos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 95-117.

BODART, C. das N.; FEIJÓ, F. CIÊNCIAS SOCIAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–234, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: 15 out. 2024.

BODART, C. DAS N.; PAULA, B. S. L. DE. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS PROGRAMAS PARA O COLÉGIO PEDRO II E NOS MANUAIS ESCOLARES DE DELGADO DE CARVALHO (1926-1933). *Imagens da Educação*, v. 12, n. 3, p. 01-27, 8 set. 2022.

BODART, Cristiano das Neves. 7 erros/imprecisões comuns quando se fala/escreve sobre história do ensino de Sociologia. *Blog Café com Sociologia*. fev. 2022. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/7-erros-impreciso-es-comuns-quando-se-fala-escreve-sobre-historia-do-ensino-de-sociologia>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

BODART, Cristiano das Neves. Motivos para revogar a Reforma do Ensino Médio. *Blog Café com Sociologia*. abr. 2023. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/10-motivos-pararevogar-a-reforma-do-ensino-medio> . Acesso em: 20 de nov. 2023.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia e a BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das competências. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 131–153, 2021. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/298> . Acesso em: 14 jan. 2025.

BODART, Cristiano das Neves. [O perfil do professor brasileiro de Sociologia do Ensino Médio e sua perspectiva da condição docente](#). *Revista Inter-legere*. V.1, n.18. 2016.

BODART, Cristiano das Neves; PAULA, Brena Sirelle Lira de. O ensino de sociologia nos programas para o Colégio Pedro II e nos manuais escolares de delgado de carvalho (1926-1933) *Revista Imagens da Educação*, v. 12, n. 3, p. 01-27, jul./set. 2022 ISSN2179-8427 <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v10i3.57619>. Acesso em: 28 out. 2024.

BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística. *Em Aberto*, Brasília, v. 34, n. 111, p. 113-130, maio/ago. 2021. Disponível em <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4850>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994, p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino secundário. *Decreto-lei nº 4244*. 09 de abril de 1942.

BÚRIGO, Fábio Luiz; SILVA, José Carlos da. A metodologia e a epistemologia na sociologia de Durkheim e de Max Weber. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 128-148. Disponível:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13685/12545/42179>. Acesso em 07 abr. 2023.

CAMPOS, E. J. As novas configurações para o Ensino de Sociologia frente a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. *Desleitura — Literatura Filosofia Cinema E Outras Artes*, 10(10), 2022, p. 225–238. <https://doi.org/10.26893/desleitura.v10i10.135>. Disponível:

<https://philpapers.org/rec/CAMANC-4>. Acesso em: 12 nov. 2024

CÂNDIDO, Antônio. “A Sociologia no Brasil”. In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Ed. Delta, v. 5, 1960.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 39, n. 1, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/37587>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CASÃO, C. D. C.; QUINTEIRO, C. T. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 225–238, 2007. DOI: 10.5433/2176-6665.2007v12n1p225. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3403>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CIGALES, M. P.; ARRIADA, E. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 1882-1942. *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, Ano 2, N. 1, p. 86-100, março/2013. Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/2139>. Acesso em 14 jan. 2025

CIGALES, M. P. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. *Revista Café com Sociologia*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 49–67, 2014. Disponível em:

<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100> . Acesso em: 18 out. 2024.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica*. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014a.

COSTA, D. Florestan Fernandes e o Ensino de Sociologia na Escola Média Brasileira. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], v. 1, n. 9, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4404>. Acesso em: 19 nov. 2024.

DANTAS, Adriana Elias Magno da. Florentino Menezes: Um pioneiro da sociologia no Brasil. *Revista TOMO*, [S. l.], 2006. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.4911. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/4911> . Acesso em: 12 nov. 2024

DANTAS, Ibarê. FLORENTINO TELES DE MENEZES, O SOCIÓLOGO PIONEIRO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 203–225, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18788> . Acesso em: 19 nov. 2024.

DCS. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura*. São Cristóvão-SE, 2023. Disponível: [file:///C:/Users/periclesdcs/Downloads/PPC%20de%20Ci%C3%A2ncias%20Sociais Bacharelado%20e%20Licenciatura%20\[Definitivo\].pdf](file:///C:/Users/periclesdcs/Downloads/PPC%20de%20Ci%C3%A2ncias%20Sociais%20Bacharelado%20e%20Licenciatura%20[Definitivo].pdf). Acesso 20 mar. 2023.

DIAS, Sandra Maria Mattar. *Sociologia no Ensino Médio no Brasil: da intermitência à invisibilidade*. Tese (doutorado), 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade católica do Paraná.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; CIGALES, Marcelo Pinheiro; THOLL, James. Quem conta a história do ensino de Sociologia no Brasil? Um estudo bibliométrico. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 65–87, 2018. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/62>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FERNANDES , Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORELLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO BRASIL E A SOCIOLOGIA (2014 a 2018). *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 262–283, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51545. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545> . Acesso em: 8 jan. 2025.

FLORENCIO, Maria Amélia de Lemos. *O ensino da Sociologia no Nível Médio e as contradições institucionais de sua obrigatoriedade*. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/ispui/handle/riufal/356>. Acesso em: 30 set. 2022.

FLORENCIO, Maria Amélia de Lemos; PLANCHEREL, Alice Anabuki. *A Sociologia no Ensino Médio: o percurso no Brasil e em Alagoas*. Sociedade Brasileira de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. Disponível: [file:///C:/Users/luccy/Downloads/sbs2009_sf Florencio, M A de L%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/luccy/Downloads/sbs2009_sf_Florencio,_M_A_de_L%20(7).pdf). Acesso em: 30 set. 2022.

FORQUIN, J. C. As abordagens sociológicas do currículo: Orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71652>. Acesso em: 8 jan. 2025.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; LOUZANO, Paula Baptista Jorge Young e o campo do currículo: da ênfase no "conhecimento dos poderosos" à defesa do "conhecimento poderoso". *Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 1109–1124, 2014. DOI: 10.1590/s1517-97022014400400201. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/88449> . Acesso em: 1 out. 2024.

GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 42, n. 3, p. 651-664, set. 2016 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000300651&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 17 out. 2024.

GARLET, Alcenir João Ribas. *Ensino de Sociologia na educação básica no Brasil: alguns apontamentos sobre seu histórico e as reformas educacionais*. Monografia, 2022. Licenciatura em Ciências Sociais, UFSM. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23698>. Acesso em: 30 set. 2022. 11:49.

GIL, Antônio Carlos, 1946- *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Candido Alberto da Costa. Sociologia do currículo: perspectivas e limitações. *Fórum educ.*, Rio de Janeiro, 4 (4): 55 -69, out./dez. 1980. Disponível: <https://periodicos.fgv.br/fe/article/download/87492/82305/192126>. Acesso em 05 nov. 2023.

GOODE, William Josiah. *Métodos em pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GUELFY, W. P. *A Sociologia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro (1925-1942)*. 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

JINKINGS, N. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações*, v. 12, n. 1, p. 113–130, 2007.. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391>. Acesso em: 29 nov. 2023

LEITE, Kelen Christina; MARTINS, Marcos Francisco; CORROCHANO, Maria Carla; DA SILVA, Carolina Modena. Sociologia no Ensino Médio: institucionalização da disciplina e produção científica sobre o tema. *Educação*, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 123–134, 2018. DOI: 10.15448/1981-2582.2018.1.25548. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/25548> . Acesso em: 8 jan. 2025.

LIEDKE FILHO, Enno. SOCIOLOGIAS, C. E.; FILHO, E. D. L. A Sociologia no Brasil: História, Teorias e Desafios. *Sociologias*, [S. l.], v. 7, n. 14, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5553>. 2025. . Acesso em 25 nov. 2023

LIMA, Vinícius Carvalho. *O Ensino De Sociologia No Brasil: As Construções De Sentido Da Disciplina Entre Os Anos 1920 E 1940*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2018.

LOPES, T. DA C. A sociologia sai da escola. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 24, n. 1, p. e334, 24 jun. 2024. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/69593>. Acesso em 13 nov. 2024.

LOPES, Thiago da Costa. A sociologia sai da escola: a Reforma Capanema de 1942 e as disputas dos católicos em torno da disciplina no Brasil. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Maringá, v. 24, e334, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbhe/a/bbMcwKQWYGrkCym7jksY4ww/>. Acesso em: 08 jan. 2025.

MACHADO, Celso de Souza (1987). O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33382>. Acesso em: 08 jan. 2025

MACHADO, Olavo. *Ensino de ciências sociais na escola média*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível: <https://repositorio.usp.br/item/000745767>. Acesso em: 31 out. 2024.

MALTA, S. C. L. UMA ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E TEORIAS AFINS VISANDO À COMPREENSÃO E MUDANÇA. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2013. DOI: 10.15687/rec.v6i2.3732. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/3732>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MELO, Manuel Palácios da Cunha e. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

MENEZES, Florentino. *Tratado de sociologia*. Aracaju: [s.n.], 1931.

MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

MICELI, Sérgio. "Introdução: a força do sentido". In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. VII-LXI.

MORAES, Amaury César. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos Cedes*, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-32622011000300004>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 1, p. 5–20, 2003. DOI: [10.1590/S0103-20702003000100001](https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100001). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12391>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo; Cortez, 2001.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 17, n. 17, p. p. 39–52, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2066>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Sociologia do Currículo: origens, desenvolvimento e contribuições. *Em Aberto*. Brasília, ano 9. n. 46. abr. jun. 1990. p.

72-83. Disponível: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2097>. Acesso em: 8 jan. 2025

NOGUEIRA, M. de O. e. O CURRÍCULO NO CENTRO DA LUTA: contribuições de Michael Apple para a compreensão da realidade escolar. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 119–130, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.39814. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n1.39814>. Acesso em: 28 out. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTAYAMA, Shozo (org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1981, v. 3. p. 183-234.

NUNES, Maria Thétis. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. São Cristóvão/SE, Editora: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª. ed., São Cristóvão/SE, Editora: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, A. O CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO (E DISPUTA). *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2013. DOI: 10.15687/rec.v6i2.15308. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/15308>. Acesso em: 14 jan. 2025.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL: UM BALANÇO DOS AVANÇOS GALGADOS ENTRE 2008 E 2017: THE TEACHING OF SOCIOLOGY IN BRAZIL: A BALANCE OF PROGRESS MADE BETWEEN 2008 AND 2017. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 42–58, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n2.46060. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso em: 8 jan. 2025..

ORTIZ, Renato (org.) "Introdução". *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

PACHECO, Débora Reis. *O uso de materiais curriculares de Matemática por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental para o tema espaço e forma*. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Matemática, Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. Os sentidos da Sociologia na Educação Básica: desafios curriculares e as políticas públicas educacionais. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 14, n. Esp., p. 189–208, 2021. DOI: 10.28998/lte.2021.n.Esp.11376. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11376>. Acesso em: 8 jan. 2025.

PARIZOT, Isabele. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, Serge (org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015, p. 85-101.

PEREIRA, Clarice Simão. Contribuições de Michael Young para os estudos curriculares. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza (CE), ano 42, n. 82, p. 73-86, maio/ago. 2020. Disponível: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54650>. Acesso em: 08 jan. 2025.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: o caso brasileiro. *Ciência e Cultura*, n. 41,

abril-1989, p. 378-388. Disponível em: <https://caph.fflch.usp.br/node/49005>. Acesso em: 08 jan. 2025.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RÊGO, Carolina; MENEZES, Maria Luíza; DA SILVA, Geovana. Processo de esvaziamento do Currículo da Sociologia: novo ensino médio, neoliberalismo e livro didático. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 54–76, 2024. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/503>. Acesso em: 15 out. 2024.

RICARDO, M. C. S.; SANTANA LIMA, G. M.; REIS, L. B.; RODRIGUES DEZEM, K. E.; FERREIRA, V. A. Uma proposta em questão: como fica o Ensino de Sociologia a partir da Base Nacional Curricular Comum? *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 3, n. 1, 13 out. 2019. Disponível: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/8676/pdf_221/. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTOS Isabella Silva dos; SOARES, Mariana Fátima Muniz (org.). *Currículo de Sergipe: integrar e construir: Ensino Médio*. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Esporte e da Cultura, 2022.

SANTOS, Karla Jamylle Souza; SANTOS, José Diones Costa dos; Colégio Atheneu Sergipense: história, memória e patrimônio cultural; Colóquio Internacional "educação e contemporaneidade", 7., 2013, São Cristóvão. Anais eletrônicos... São Cristóvão: EDUCON, 2013. Disponível em: http://educonse.com.br/viicologuio/publicacao_eixos.asp. Acesso em: 02 nov. 2024

SANTOS, Marcio Antônio Raiol dos; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia Passos; LIMA, Rafael Rodrigues. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 202–220, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.215. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso em: 15 out. 2024.

SERGIPE, Governo do Estado de. Decreto nº. 940, de 02 de julho de 1926. Diário Oficial, 03. Jul. 1926.

SILVA, Carolina Modena da; CARVALHO, Juliana Marques de. O ensino de Sociologia na educação básica: história, lutas e conquistas. V *Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica*. 23 a 25 de julho de 2017. Disponível: <http://www.adaltech.com.br/anais/eneseb/resumos/PPT-eposter-trab-aceito-0005-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Ileizi Fiorelli, O Ensino de Sociologia e a BNCC. BRUNETTA, Antônio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. Disponível: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059967/Ileize%20BNCC.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Tânia Elias Magno da. A sociologia em Sergipe: um olhar sobre o pioneirismo e a atualidade. In. PLANCHEREL Alice Anabuki, OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de (orgs.). *Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Tania Elias Magno. *A volta da disciplina sociologia nas escolas de Ensino Médio*. Desafios para a formação profissional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis, Vozes, 1996.

SILVA, Vanessa Alves da Et. all. A base nacional comum curricular e o Ensino de Sociologia: uma análise acerca dos possíveis espaços no documento destinados para a disciplina de sociologia no Ensino Médio. *Anais VII CONEDU* - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67516> . Acesso em: 30/09/2022 11:27.

SIQUEIRA ALVES, E. M.; OLIVEIRA, J. P. G.; COSTA, R. M. A Reforma Gustavo Capanema no Atheneu Sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961). *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 180–194, 2020. DOI: 10.21879/faeoba2358-0194. 2020, v 29, n 59, p. 180-194. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeoba/article/view/8287>. Acesso em: 12 nov. 2024

SIQUEIRA ALVES, E. M.; OLIVEIRA, J. P. G.; COSTA, R. M. A Reforma Gustavo Capanema no Atheneu Sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961). *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 180–194, 2020. DOI: 10.21879/faeoba2358-0194.2020.v29.n59.p180-194. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeoba/article/view/8287>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOARES, J. C. A construção do currículo de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941). *Cadernos de História da Educação*, 14(1), 2025, 95- 113. Disponível: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32117>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SOARES, J. da C. Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). *Revista Café com Sociologia*, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 76–95, 2015b. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/535> . Acesso em: 8 jan. 2025.

SOARES, J. da C. Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945). *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, v. 15, n. 3 (39), p. 293-320, setembro/dezembro 2015c. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40792>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOARES, Jefferson da Costa. A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NO COLÉGIO PEDRO II (1925-1941). *Cad. Hist. Educ.*, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 95-113, jan. 2015 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-78062015000100095&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 nov. 2024. Epub. 20-Mar-2024. <https://doi.org/10.14393/che-v14n1-2015-6>.

SOARES, Walter Felizola. Esboços de Ensaio - A Reforma Capanema: a exclusão da Sociologia. *A Voz do Estudante*, Aracaju, Ano I, Nº 8, 27 jan. 1944, p. 01; 10.

SOCIOLOGIAS, C. E.; FILHO, E. D. L. A Sociologia no Brasil: História, Teorias e Desafios. *Sociologias*, [S. l.], v. 7, n. 14, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5553>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SOUZA, Cristiane Vitório de. A “REPÚBLICA DAS LETRAS” EM SERGIPE (1889-1930). São Cristóvão-SE, 2001. Monografia (Licenciatura em História), DHI-UFS.

SOUZA, Cristiane Vitório. A "república das letras" em Sergipe (1889-1930). *Revista de Aracaju*, Aracaju, ano LIX, 2002, nº 9, p. 189-208

SOUZA, Lucas Marcelo. Sociologia no Ensino Médio: entre a contingência e essencialidade. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35–51, 2017. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/3>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SOUZA, Moisés Cruz. Florentino Menezes: Por uma sociologia da realidade natural. *Revista COSMOS*, 2020. Disponível: <https://periodicos.ufs.br/COSMOS/article/view/13523>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SOUZA, Moisés Cruz. *Florentino Teles de Menezes, criador de sistemas: uma interpretação sociológica do seu pensamento (1946-1953)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SOUZA, Moisés Cruz; Florentino Menezes: Por uma sociologia da realidade natural; *COSMOS*, Revista de Graduação em Ciências Sociais, v. 1 n. 1 (2020): Sociologia brasileira; 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/COSMOS/article/view/13523/10632>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOUZA, Suely Cristina Silva. O Atheneu Sergipense nos Tempos da Reforma Francisco Campos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 4, n. 7, 2022. DOI: 10.20952/revtee.v0i0.2260. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2260> . Acesso em: 8 jan. 2025.

SOUZA, Suely Cristina Silva. *Uma História Da Disciplina Matemática No Atheneu Sergipense Durante a Ação Da Reforma Francisco Campos (1938-1943)*. 2011. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27 a 56, 2006. DOI: 10.1590/S0034-76122006000100003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6803>. Acesso em: 17 out. 2024

TRAPP, R. A Sociologia censurada: Raça, classe e a pesquisa em Ciências Sociais na ditadura militar brasileira (1971-1977). *Revista de História*, [S. l.], n. 180, p. 1-32, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.169268. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/xwyLd3pNQztPPwbTQZwdgWn/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLE, Ione Ribeiro Sociologia da educação: currículo e saberes escolares / Ione Ribeiro Valle. 2. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo, Campinas: Cortez: Universidade Estadual de Campinas, 1995. 2v.

WIECZORKIEWICZ, A. K.; BAADE, J. H.; ENS, R. T. A Sociologia no Currículo do Ensino Médio Brasileiro. *Extensão em Foco*. [S. l.], v. 9, n. 1, p. 92-106, 2021. DOI: 10.33362/ext.v9i1.2726. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/2726>. Acesso em: 30 set. 2022.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. *Revista Educação Pública*. Disponível: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>. Acesso em: 17 out. 2024.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190–202, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2707>. Acesso em: 17 out. 2024.

8 – FONTES CONSULTADAS

8.1- DOCUMENTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE (CEMAS)

417 FASS06 CX. 113 - Resumo do Conteúdo: Termo de inscrição para os concursos de professor do Colégio Atheneu contendo os nomes dos candidatos e os documentos apresentados pelos mesmos.

54 FASS05 CX. 137 - Resumo do Conteúdo: Correspondências recebidas sobre diversos assuntos relacionados ao ensino.

433 FASS01 CX.15 - Resumo do Conteúdo: Atas que registram os concursos para preenchimento de cadeiras no Atheneu Pedro II. Nelas há descrições dos concursos e as assinaturas dos presentes.

440 FASS05 CX. 102 - Resumo do Conteúdo: Ofício expedido ao Diretor do Departamento Nacional de Ensino solicitando reconhecimento da inscrição para o concurso da cadeira de Sociologia no Atheneu Pedro II.

167 FASS03 CX. 41- Resumo do Conteúdo: Boletins de resultado final, julgamento de provas escritas, julgamento de exames de promoção, exame oral, prova prática, prova parcial.

325 FASS03 CX. 48 - Resumo do Conteúdo: Boletins com as médias gerais das disciplinas, dos alunos de 1ª e 2ª séries dos cursos Prés de Direito, Medicina e Engenharia.

320 FASS03 CX. 48 - Resumo do Conteúdo: Boletins anuais de exames das disciplinas, das 1ª e 2ª séries.

503 FASS03 CX. 56 - Resumo do Conteúdo: Boletins de notas dos alunos das 1ª e 2ª séries do curso Complementar Pré-Jurídico, das 1ª e 2ª séries do curso Complementar Pré-Politécnico, da 1ª e 2ª séries do curso Complementar Pré-Médico.

299 FASS04 CX. 95 - Resumo do Conteúdo: Caderneta da 2ª série, do curso Complementar Pré Jurídico.

327 FASS04 CX. 71 - Resumo do Conteúdo: Cadernetas da 1ª e 2ª séries.

480 FASS09 CX. 125 - Resumo do Conteúdo: Quadros de funcionários, dos docentes, disciplinas e séries.

106 FASS01 CX. 05 - Resumo do Conteúdo: Atas dos exames do curso Complementar.

199 FASS10 S/CX - Resumo do Conteúdo: Livro de matrículas das 1ª, 2ª e 3ª séries, dos cursos Pré-Jurídico, Pré-Médico, Pré-Politécnica, Clássico e Científico.

8.2 – DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (ARQUIVO CEMAS)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VI, 37 da Republica, N. 1739, Aracaju, quarta-feira, 02 de Dezembro de 1925.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VII, 38 da Republica, N. 1839, Aracaju, Sábado, 10 de Abril de 1926.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VII, 38 da Republica, N. 1873, Aracaju, Quarta-feira, 26 de Maio de 1926.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VII, 38 da Republica, N. 1880, Aracaju, Quinta-feira, 03 de Junho de 1926.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VII, 38 da Republica, N. 1929, Aracaju, Quinta-feira, 05 de Agosto de 1926.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VII, 39 da Republica, N. 2081, Aracaju, Terça-feira, 15 de Fevereiro de 1927.

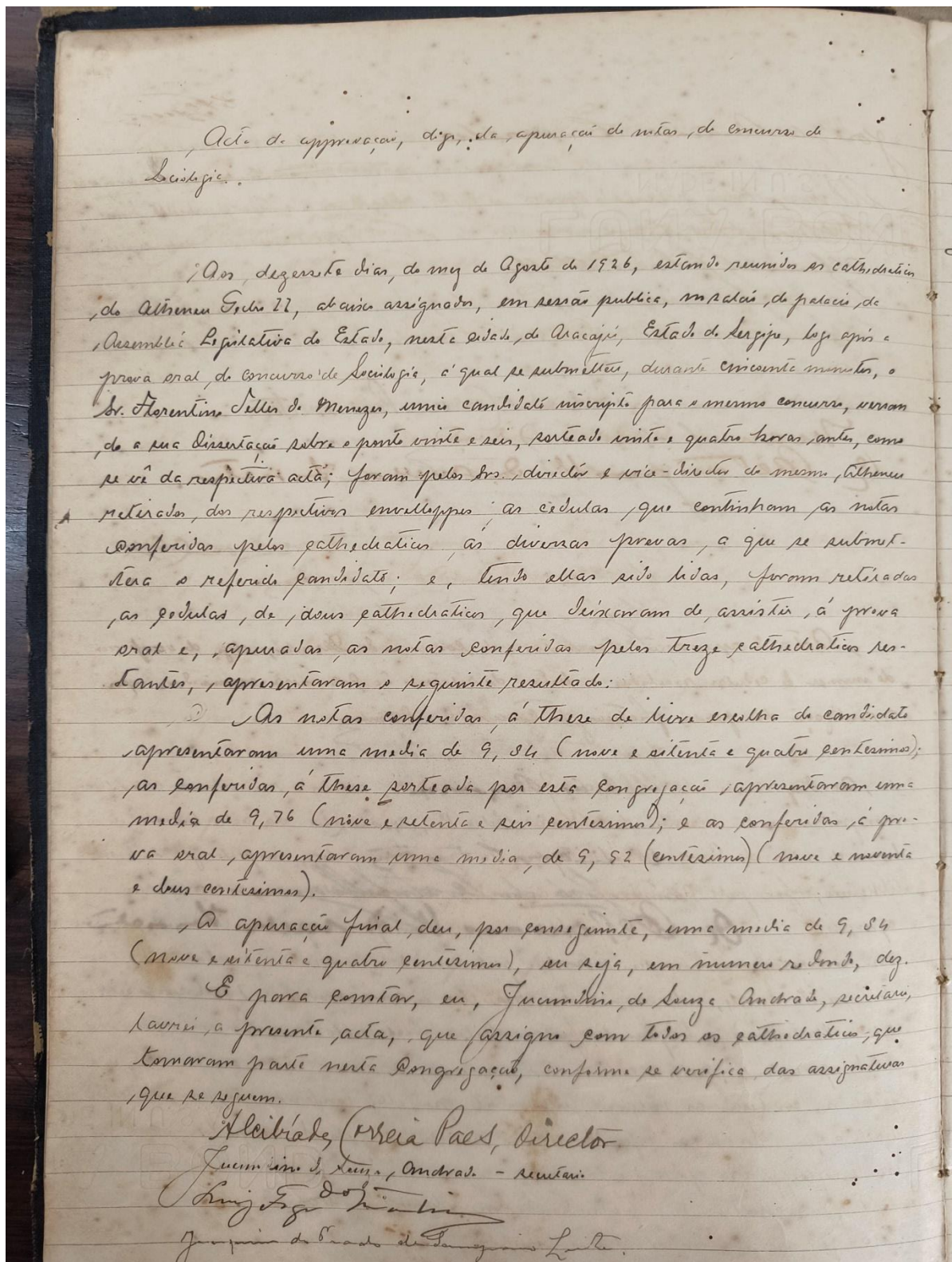
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VIII, 39 da Republica, N. 2145, Aracaju, Quinta-feira, 05 de Maio de 1927.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano VIII, 39 da Republica, N. 2.188, Aracaju, Sexta-feira, 01 de Julho de 1927.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano XVIII, 48º da Republica, N. 6.624, Aracaju, Quinta-feira, 19 de Novembro de 1936.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Imprensa Oficial, Ano XX, 50º da Republica, N. 7.256, Aracaju, Terça-feira, 15 de Março de 1938.

ATA DE APROVAÇÃO DE FLORENTINO MENEZES NO CONCURSO PARA CATEDRÁTICO DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA



OFICIO DE FLORENTINO MENEZES SOBRE A CONTESTAÇÃO DE SUA
INSCRIÇÃO NO CONCURSO DO ATHENEU PEDRO II.

Aracaju, 11 de Março de 1927.
Exm.^o Sr.^o Dr.^o Inspector do
Ensino no Atheneu Pedro II.

Tem por fim acompanhar o
meu offício e parecer annuo do
illustre antecessor, Dr. Jose Luiz
da Costa Filler, dirigidos ao Exm.
Sr.^o Dr.^o Director do Departamento
Nacional do Ensino e que se referem
ao meu concurso de cadeira de
Etiologia no Atheneu Pedro II.

Dep.^o a V.^o encaminhar os referi-
dos documentos ao Director
do Departamento daquelle Departa-
mento do Ensino, a fim de que se
faça apastada a duvida ora exis-
tente, sobre a inscrição no re-
ferido concurso.

E aproveitando a oportunidade,
apresento a V.^o os meus pro-
tectos de elevada estima e consi-
deração.

Sauda e fraternidade.

Florentino Teller de Menezes.

LIVRO DE REGISTROS DE FUNCIONÁRIOS DO ATHENEU PEDRO II

(continuação)

Atheneu Pedro II

Guarda do pessoal docente no dia 27 de Junho de 1927

N.º	Nomes	Cargos	Data da 1ª prova	Pess. N.º
30	Florentino Telles de Menezes	prof. lect. de Sociologia	24-8-1926	18
31	Odorico Espinosa Louro	prof. interino de Estatística	1-4-1927	22
32	Adolpho Villadas	" adj. de Geom. descrip.	25-7-1916	32
				4
				5
				6
				7
				8
				9
				10
				11
				12
				13
				14
				15
				16
				17
				18
				19
				20
				21
				22
				23
				24
				25
				26
				27
				28
				29
				30
				31
				32

Resumo da matricula de 1928

Séries	Sexos		Total
	Masculino	Feminino	
1ª	15	4	19
2ª	6	2	8
3ª	14	—	14
4ª	4	1	5
5ª	2	4	6
	41	11	52

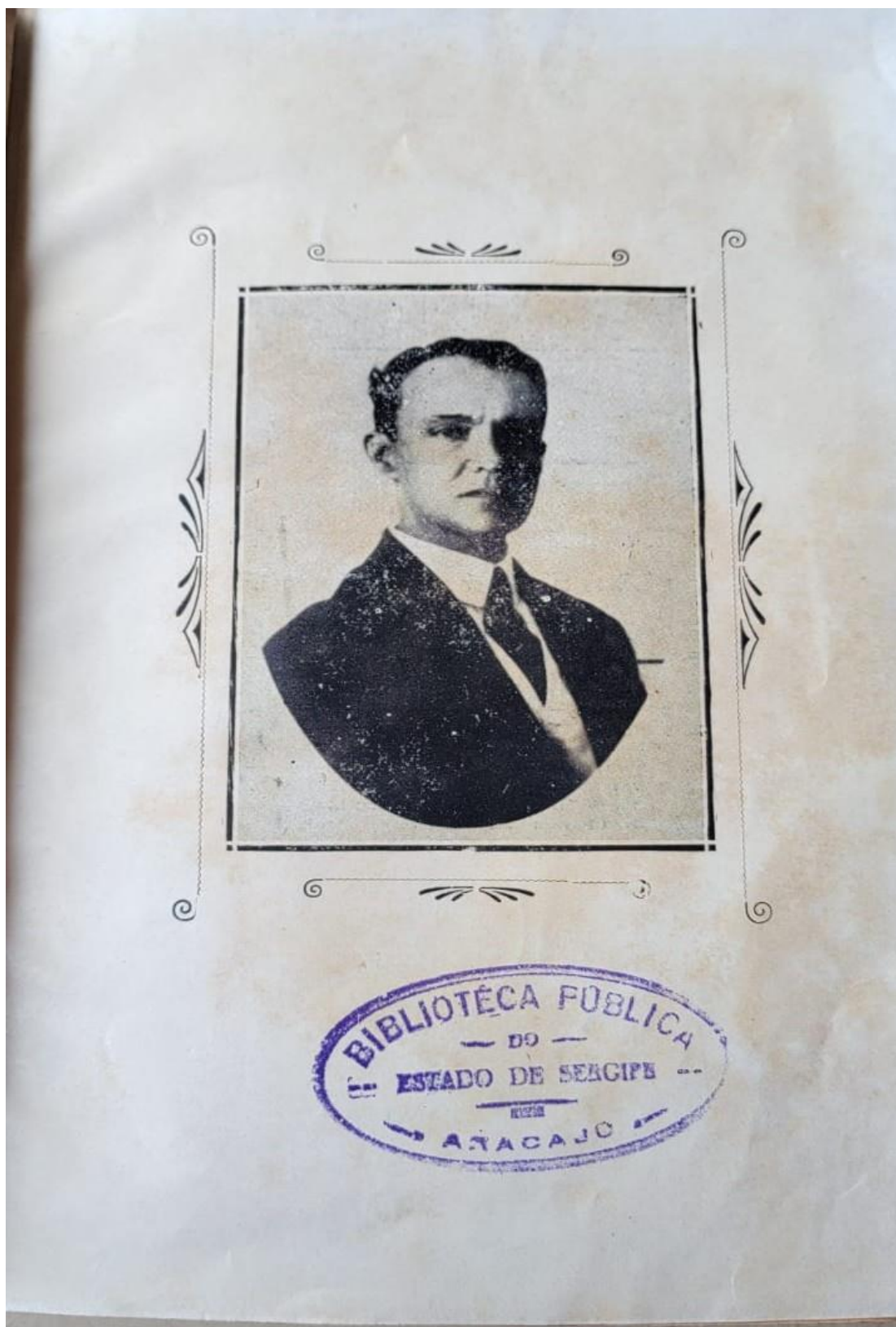
**CADERNETA COM OS NOMES DAS TRÊS PRIMEIRAS ALUNAS DE
FLORENTINO MENEZES – TURMA DA 6ª SÉRIE DE 1929**

19													
6ª série	1ª trimestre					2º trimestre							
Nome	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves			
Clotilde Barbosa Joy	25	10	10	26	8	8	10	10	10	29	9	9	1070
Edson Junc	25	-	6	26	26	5	4	6	25	5	3	5	45833
João de Almeida Lima	25	4	2	26	5	6	4	3	3	5	1	5	45
Maracaria Rony	25	25	5	4	5	5	2	6	25	8	6	2	49
Manoel Kelly Cacho	25	25	25	25	4	4	6	-	4	6	-	4	-
Roberto Carlos e Roberto Lima	25	-	6	26	5	6	26	6	5	6	6	7	610

29													
6ª série	1ª trimestre					2º trimestre							
Nome	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves			
Amalia Soares de Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Lucia Benfaim Campy	25	6	7	6	9	25	6	7	6	9			
Elisabeth Benfaim Campy	25	6	7	6	9	25	6	7	6	9			

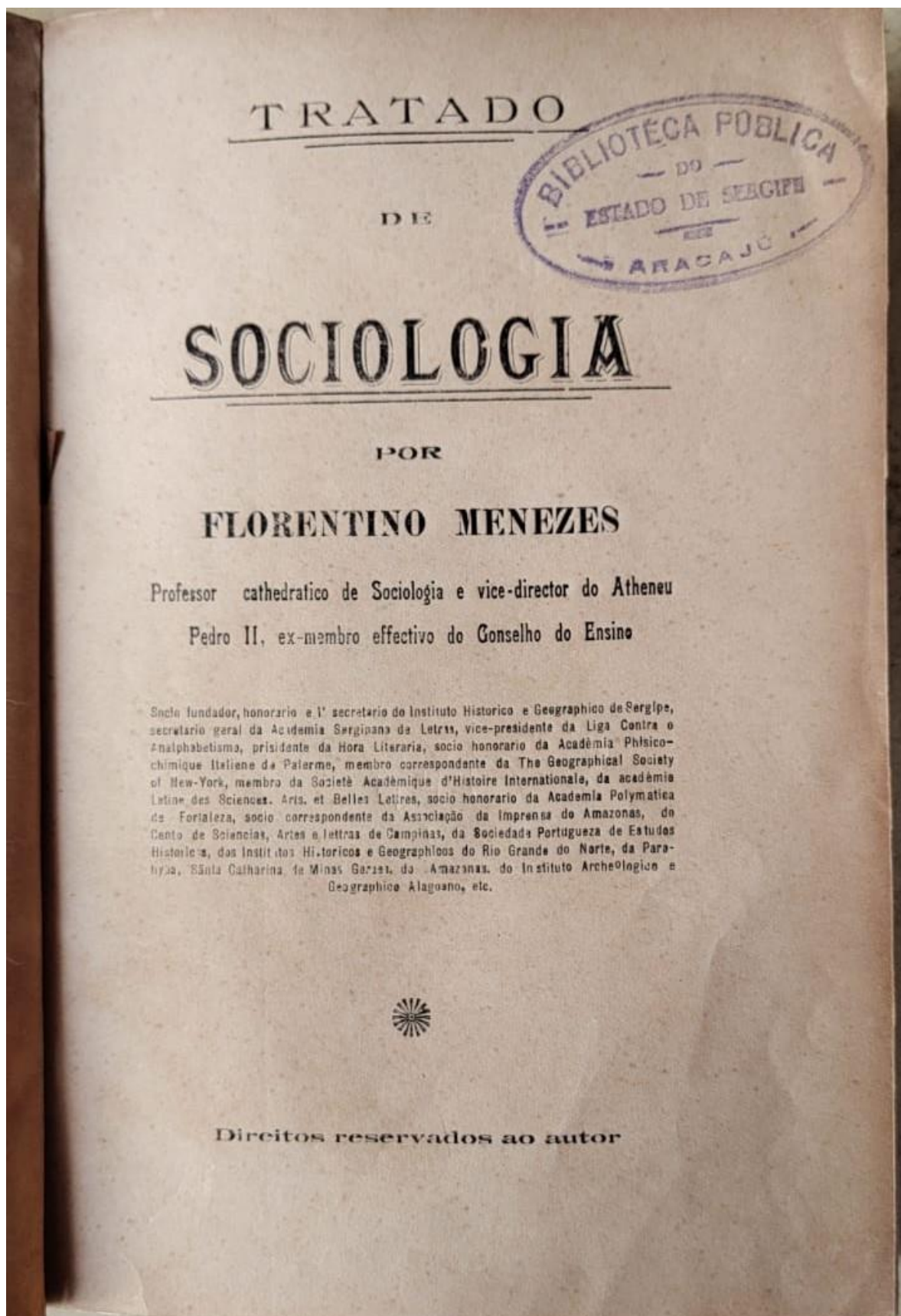
29													
6ª série	1ª trimestre					2º trimestre							
Nome	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves	Alves			
Amalia Soares de Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Lucia Benfaim Campy	25	6	7	6	9	25	6	7	6	9			
Elisabeth Benfaim Campy	25	6	7	6	9	25	6	7	6	9			

Fonte: CEMAS,

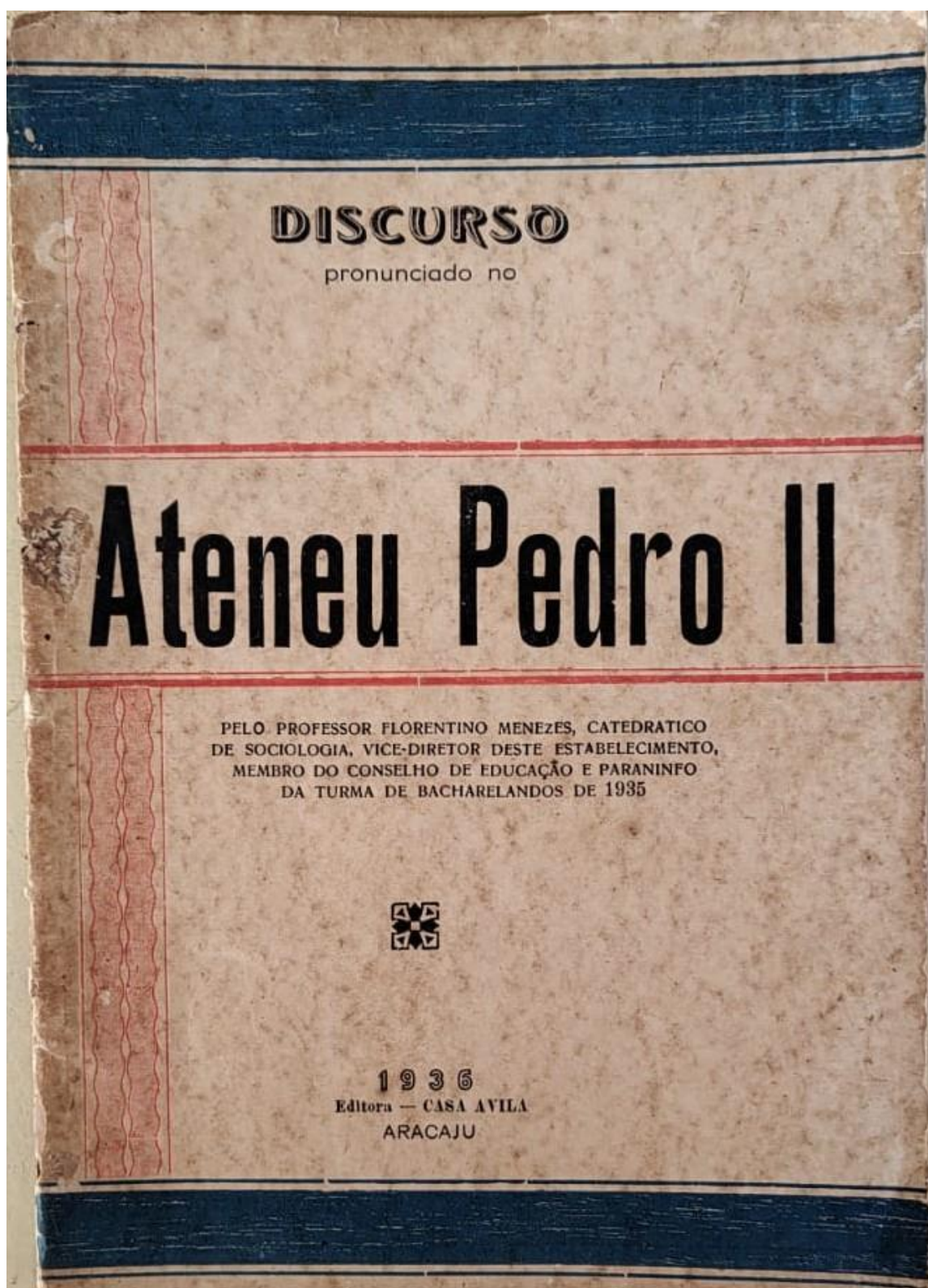
FLORENTINO MENEZES (1886-1959)

Fonte: Menezes, 1936

TRATADO DE SOCIOLOGIA (1931)



**DISCURSO DE FLORENTINO MENEZES – PARANINHO DA TURMA DE
FORMANDO DO ATHENEU PEDRO II (1936)**

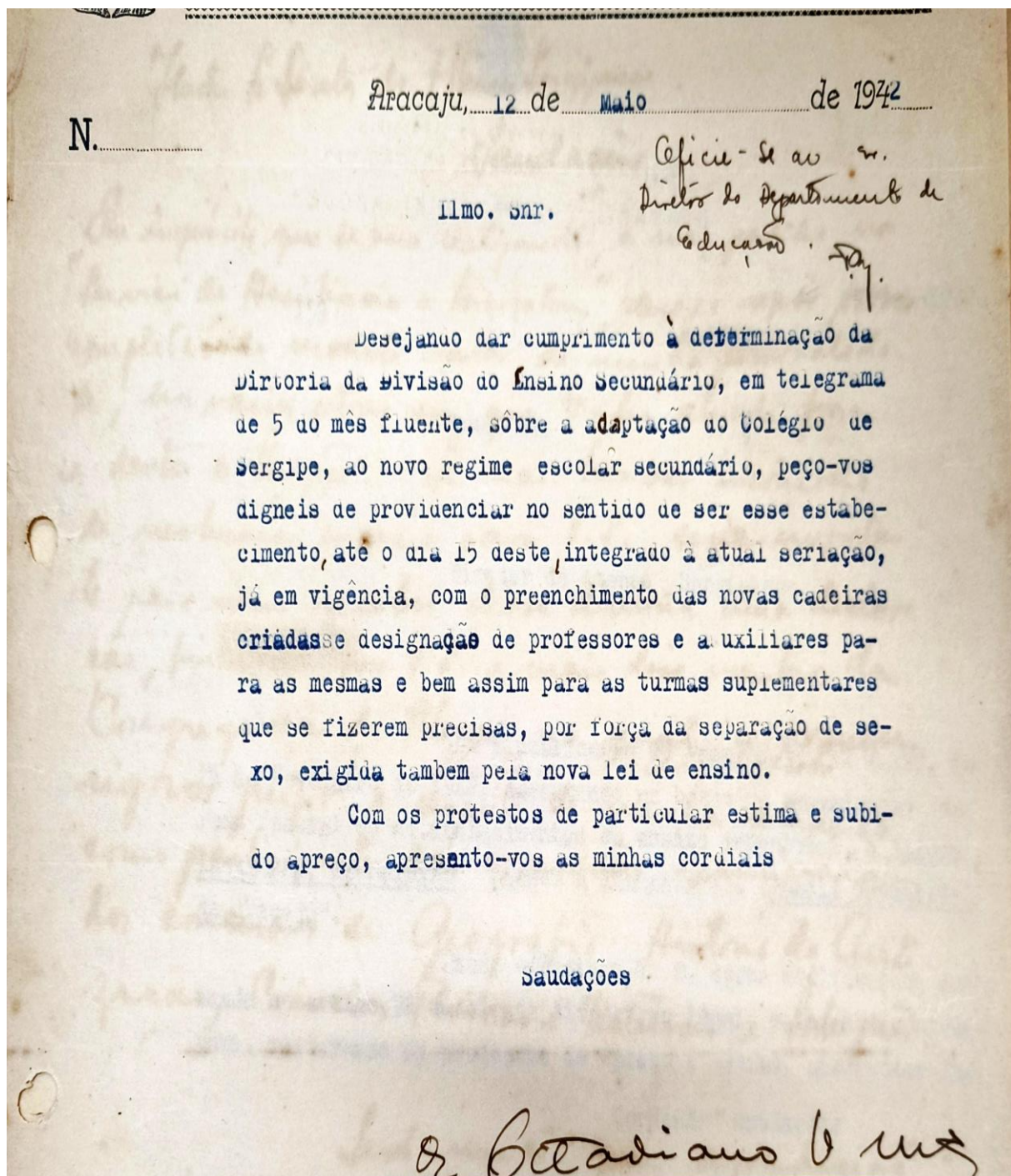


Fonte: Biblioteca Pública Ephifanio Dorea.

TURMA DE FORMANDO DO ATHENEU PEDRO II (1936)



DOCUMENTO SOLICITANDO ADAPTAÇÃO A REFORMA CAPANEMA (1942)



Fonte: CEMAS.

ARTIGO DE VALTER FELIZOLA SOARES

Falta de Cooperação

Ninguém poderá avaliar o que sejam as lides jornalísticas. Aquele que nunca entrou na composição de Jornal nada sabe deve permanecer colado. Um pequenino jornal, um jornal estudantil, não dá trabalho, qualquer artiguinho preenche suas páginas. Puro engano! A não ser que se não dê valor à matéria a ser publicada, a ser lida.

Isto vem a respeito da elaboração de "A VOZ DO ESTUDANTE", o jornal da classe estudantil sergipana, o jornal que está vencendo, mesmo que para isso tenhamos lutado febrilmente!

É triste de dizer-se, mas, a turma do Grêmio tem se havido, para levar adiante a Idéia que nos guia. Fizemos, em edição passada, ou melhor, em todos os números fazemos anelos videntes aos estudantes em geral, à Geração Moderna de Aracaju para que nos auxilie, nos envie artigos, contos, críticas, ensaios, qualquer coisa — e até o momento tem sido, uma luta titânica! Com poucas exceções temos de andar atrás de um e de outro, atrás de uma produção qualquer!

Em parte eles tem razão. Não remuneramos pessoas alguma. Nem tampouco ganhamos. Lutamos porque temos um Ideal. Temos um futuro a realizar. É essa Geração que tanto fala em Liberdade, numa Aurora Transformadora, foge da luta, esconde-se vergenhosamente daqueles que procuram realizar alguma coisa. Daqueles que procuram mostrar aos sergipanos o que é a Mocidade moderna, essa mocidade ansiosa, asfixiada. Essa mocidade que se extasia ante os acontecimentos mundiais, essa mocidade que sofre porque há ainda os resquícios de uma Civilização decedida, essa mocidade que sabe sofrer! tendo certeza que trombetas universais anunciam brevemente o Império da Luz!

Estudantes de Sergipe! Atenção! Não é mais possível continuar nessa inconsciência prejudicial! Levantemo-nos! Tomai coragem e façamos todos um só bloco! Construamos uma grande frente internacional! O mundo se esfacela! A nós, a Mocidade, está entregue o futuro da Humanidade, o futuro de nós mesmos! Olhem para o Brasil! Para esse mundo que nós mal o conhecemos!

O Grêmio Cultural "Clodomir Silva", espera, de hoje por diante, que todos nos dêem produções. Queremos auxílio de todos! Precisamos acabar com esse gabi-netismo exagerado! Precisamos chegar ao povo! O povo precisa de nós!

"O regime cujo princípio não se discute, é um regime, pela sua própria desconfiância, condenado à anti-patia ao deserdito e à morte". Ruy Barbosa.

Nós, a mocidade sergipana, cumprimentamos cordialmente todos os estudantes das Nações Unidas! Irmanamo-nos com aqueles que, de acordo com as convicções dos seus ideais, abrem novos rumos para a consciência coletiva! Saudamos os que preparam no coração e no espírito dos povos, um radioso futuro em que todos possam pensar, prosperar e viver livremente! Aos estudantes das nações aliadas, um abraço fraterno dos seus irmãos de Sergipe!!!

A Voz do Estudante

ÓRGÃO DO GRÊMIO CULTURAL "CLODOMIR SILVA"

Diretores - responsáveis: FLORIVAL RAMOS, GORDANO FELIZOLA e ANTÔNIO CLODOMIR

ANO I — ARACAJU, 27 de JANEIRO DE 1945 — N. 8

ESBOÇOS DE ENSAIOS

Walter Felizola Soares

— I —

A Reforma Capanema — A exclusão da SOCIOLOGIA

"A beleza está na força de vontade. A luta tornar-se-á mais fácil e grandiosa no idealismo que invocamos. O esforço é o principal e indispensável. Combater, sem finalidade é desperdiçar energia e valores".
H. N. Jânir — Uma noite na biblioteca

Diversos estudiosos já disseram, e é uma coisa evidente que, reformas e aberturas de inquéritos, são das coisas nossas, as mais corriqueiras.

Na parte que se refere ao ensino, estou me referindo ao secundário, elas têm sido várias. Depois da revolução de 30, houve a Francisco Campos que perdurou até pouco tempo.

Vemos, no seu conjunto, uma tendência para o super-cientificismo sem uma prévia e metódica preparação introdutória à mentalidade ainda em formação dos impúberes jovens.

O certo, porém, é que, hoje em dia, já não mais existe a Reforma Francisco Campos, mas sim a Reforma Capanema.

É chegada a hora de, num imparcial cortejo, com a pouca e confusa luz que me alumia, defrontarmos as duas Reformas.

Se, como já notamos, na anterior havia cientificismo, na moderna se observa um classicismo exagerado, um, podemos dizer, tira ânimos de muita gente. Pois estudar-se línguas quase que só, relegando para planos secundários, supérfluos pela intenção, as disciplinas essenciais à vida, é não compreender o evolucionar da Humanidade, da espécie humana.

Na Francisco Campos, devemos notar o

seguinte: se houvesse uma supressão do acúmulo de matérias em cada matéria, o problema estaria resolvido. Na atual, em certos cursos, ou na sua totalidade, vê-se o contrário. Exiguidade.

Há também um ponto paradoxal na Reforma Capanema, já ponderado por Azevedo Amaral, é a divisão: cursos clássico e científico, e diz ele: "Por que sujeitar uma parte dos jovens a seguir o trilho errado da prematura super-alimentação artificial desse cientismo exagerado? O ensino secundário não é uma etapa educacional de aquisição de conhecimentos. É uma fase ginástica do espírito para a formação das características superiores da personalidade. O melhor instrumento dessa ginástica é exatamente o ensino clássico..."

Por que esse habelismo? Por que uma parte de estudantes aprenderão biologia e a outra filosofia, se nelas há um verdadeiro paralelismo, uma complexa aproximação? Que adianta saber matemática decorativa e formularia sem se apoiar firmemente na Lógica inofismável dos axiomas imperecíveis? Para que melhor exemplo senão na história? Olhem os processos da Matemática moderna, Descartes, Pascal, Euler, Gauss, Leibnitz, eram somente matemáticos.

(Continua na 10.ª página).

VOZ DA MADRUGADA...

poema de florival ramos

para J. M. Fontes

Os meus olhos não recuam
deante os suplicios dos que sofrem na fria madrugada !
A minha boca continua sempre livre
para falar aos homens dos homens...
porque há, como um declinar de sol, no tempo,
muitas vidas que se fecham de sombras e silêncio !...

Nós temos que encontrar a *Rosa da Esperança*,
seja ouvindo o troar dos canhões
ou a voz dos bárbaros inconscientes,
porque o destino de cada um
está pedindo um novo destino...
neste momento, quando escutamos o choro dos infelizes inocentes,
e sentimos que em nossos olhos
correm lágrimas de outros olhos...
e em nosso peito batem todos os corações feridos !

Vamos tirar os impecilhos da estrada do tempo !
Não deixemos que o mar fale
aos ouvidos das crianças inocentes e abandonadas
e bata no peito dos homens cansados,
porque o desvio das nossas vistas
será ensejo para que os nossos rumos
tomem rumos diversos,
e na solidão algumas lâmpadas se apaguem !...

A Manhã que vai nascer,
será um novo mundo na Consciência Universal...

ESBOÇOS DE ENSAIOS

(Conclusão da primeira página)

co Não! Eram também filósofos. Eram lógicos puros.

Como poderá um primeiranista clássico atinar perfeitamente com a Psicologia moderna, com o experimentalismo de Wundt, com a Teoria das localizações cerebrais de Broca, com o frenologismo de Gall, se não estuda ainda biologia, se ela não faz parte do primeiro ano?

É deveras triste a situação da mocidade contemporânea. Além do crepitar desse vulcão mundial, há confusões onde não se devia haver.

Está potentado que a atual geração, as futuras não, porque isto se acabará, intelectualmente, é uma geração decrepita. São baltalhões de mocas de cabelos brancos. Parece haver lodacais imensos dentro das velhas árvores do Brasil.

A EXCLUSÃO DA SOCIOLOGIA

Agora, entrarei justamente no mais essencial, da causa das minhas cogitações, na SOCIOLOGIA.

Antigamente havia uma cadeira de Economia Política e outra de Sociologia. Numa

prova concludente de que preparavam homens hábeis para a vida. Homens que podiam enfrentar as diversas carreiras do labor humano. Pois, como é sabido de todos, na atual situação das coisas, 50 % dos estudantes não ingressam nas Faculdades. Assim, terminam o curso sem noção nenhuma do que sejam os problemas sociais, as formas de governo, a formação e desenvolvimento da sociedade, o que é, em suma, o homem econômico, o homem social.

Hoje, como se depreende, o cenário mudou totalmente. Nada mais existe daquelas épocas efervescentes do academismo brasileiro. Somos uma mocidade morta. "Engasgaram a mocidade". Os estudantes têm de se haver começando a história dos hebreus, como primeiro povo, sobre a face da terra, e dar latim por 7 anos. Numa volta à Roma antiga, como se pudéssemos voltar ao passado, sem saberem que a Humanidade evoluiu...

No entanto, me pergunto a mim mesmo, qual a causa de A SOCIOLOGIA ter sido desterrada?

Que é a Sociologia? Qual a sua necessidade?

Nada tenho a dizer, pois tenho certeza que é do conhecimento geral, que a Sociologia é a ciência do século. Não podia ser de outro modo. Ela é o resultado da história da humanidade. Veio se estratificando. Camadas por camadas, até surgir esplendidamente, no verbo destruidor e edificante do grande Augusto Comte. Contudo, porém, com os eternos embargadores do bem estar humano, pois vivem num pensar eterno numa vida eterna, a SOCIOLOGIA sofreu os maiores descalabros. Foi olvidada por muitos países. E o resultado é vemos os países que a cultivam carinhosamente, terem uma estabilidade política e social surpreendentes, enquanto nós, só hoje, apesar da REFORMA, vemos estudiosos santificando-a.

Em todos os países hodiernamente se arvoram pedestais à Sociologia. No Brasil, nefelitatamente, proscreveram-na. Sim, verdade que nas Academias se estudam as matérias que ela totaliza, com descortínio. Mas, no curso secundário, é o seu lugar, como plasmadora de intelectuais, como edificadora dos futuros estadistas da nossa nacionalidade, da Humanidade. Pois o gênio não tem pátria. Na inteligência ainda em formação, já inquirindo sobre o alfa e o ômega das coisas, era que ela devia estar. O rapaz teria outra orientação. Não viveria nessa degenerescência moderna. Pensaria no mundo. Nos acontecimentos rotativos das coletividades. Conheceria melhor o que é nosso. Se interessaria pelos nossos problemas que urgem solução. Não viveria dandizado pelo "How are you?".

A "história de um erro", terá seu término. Pois a mocidade brasileira, parcelada, já cultua os modernos sociólogos: Durkheim, Gilberto Freyre, Tarde, Caio Prado Júnior e Florentino Menezes!

União Estadual dos Estudantes

Com o comparecimento de todos os seus membros, reuniu-se no último sábado, a União Estadual dos Estudantes. Entre os assuntos tratados, ficou resolvida a publicação de uma série de estudos culturais, a começar por uma de Donald Pierson sobre problemas sociológicos.

Ficou também assentada a tiragem do primeiro número de "Geração", órgão de pensamento estudantil de Minas, que deverá aparecer na primeira quinzena de dezembro vinhouro.

Foram ainda discutidos outros assuntos de interesse, entre os quais o sucesso que vem alcançando o "Parque da Co'ra Fumando", especialmente trazido a esta Capital pela U. E. E.